

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

A PROPAGANDA OFICIAL NO ACRE E O REFORÇO DE UMA
IDENTIDADE FLORESTAL

ANTÔNIO HENRIQUE MARTINS DE CARVALHO

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A PROPAGANDA OFICIAL NO ACRE E O REFORÇO DE UMA
IDENTIDADE FLORESTAL**

ANTÔNIO HENRIQUE MARTINS DE CARVALHO

Sob a Orientação da Professora

Profa. Dra. Silvia Maria Melo Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Dezembro de 2014

320.98112

C331p

T

Carvalho, Antônio Henrique Martins de, 1974-
A Propaganda oficial no Acre e o reforço
de uma identidade florestal / Antônio Henrique
Martins de Carvalho. - 2014.
77 f.: il.

Orientador: Silvia Maria Melo Gonçalves.
Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2014.
Bibliografia: f. 73-77.

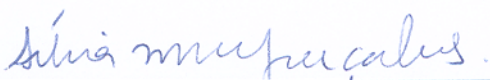
1. Acre - Política e governo - Teses. 2.
Acre - História - Teses. 3. Povo da floresta
- Acre - Teses. 4. Propaganda - Acre -
Teses. 5. Identidade social - Acre - Teses.
6. Partido dos Trabalhadores (Brasil) -
Teses. I. Gonçalves, Silvia Maria Melo,
1950- II. Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em
Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

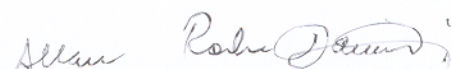
ANTONIO HENRIQUE MARTINS DE CARVALHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

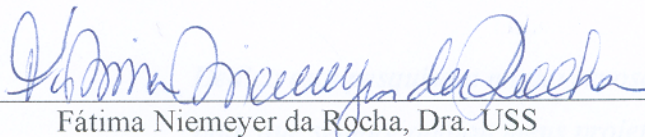
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/08/2014.



Silvia Maria Melo Gonçalves, Dra. UFRRJ



Allan Rocha Damasceno, Dr. UFRRJ



Fátima Niemeyer da Rocha, Dra. USS

Dedico esta pesquisa a minha esposa Aline de Sousa Loli, que sempre apoiou meus projetos de vida e aos meus pais, Antônio Geraldo de Carvalho e Maria Aparecida Martins de Carvalho, que de variadas formas conduziram minha história até aqui.

AGRADECIMENTOS

Reconheço primeiramente o esforço empreendido pelo Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Acre ao compreender a necessidade de apoiar o desenvolvimento de seus servidores e apoiar materialmente minha caminhada.

Ao programa de pós-graduação em Educação Agrícola que acolheu minha proposta de trabalho.

À Silvia Maria Melo Gonçalves que confiou em minha capacidade de trabalho me dando muita liberdade de condução.

A todos os meus colegas de turma no mestrado que proporcionaram momentos riquíssimos de convivência e debates de ideias. Como uma turma de estudos é também um lugar especial para fazer amizades agradeço especialmente ao Ueliton Santana, a Ana Santos e ao Juliélmo Aguiar que se revelaram meus companheiros mais próximos neste longo período de camaradagem.

RESUMO

CARVALHO, Antônio Henrique Martins de. **A Propaganda Oficial no Acre e o Reforço de uma Identidade Florestal**. 2014. 77 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014

No início da década de 1990, os militantes do Partido dos Trabalhadores no Acre entenderam que somente com a conquista do poder político institucional seria possível reorientar os rumos do desenvolvimento regional que durante toda sua história foi alvo de projetos desenvolvimentistas dos governos centrais. Ainda sob impacto da morte de Chico Mendes e influenciado pelas propostas e conquistas dos “Povos da Floresta”, um grupo de militantes começou a articular um projeto político que teve entre seus objetivos resgatar a identidade acreana que entendia gozar de pouca unidade. Para tanto, um dos eixos de sua atuação se daria no campo da comunicação com uma política pública de massificação dos valores e símbolos próprios da acranidade. Ao conquistar pelo voto o governo do Estado, em 1999. Esse projeto foi posto em prática e toda uma série de ações coordenadas com outras políticas públicas ressignificaram o valor dado à floresta e aos seus povos tradicionais. Referenciada em autores dos chamados Estudos Culturais a presente pesquisa buscou reconhecer entre as posições essencialistas e construtivistas da identidade em qual polo se situou o projeto de identidade cultural posto em movimento pelo governo do Estado. Para tanto, elegemos uma amostra de propagandas e estabelecemos a frequência de acionamentos de símbolos referenciados nos índios, seringueiros e na floresta dentro das peças publicitárias. Também propusemo-nos a traçar uma breve narrativa da história dos “Povos da Floresta” assim como a emergência do Partido dos Trabalhadores como principal força política no Estado do Acre. O resultado desse trabalho levou-nos concluir que o recurso a essencialismos históricos foram a tônica das mensagens publicitárias, subordinando outras possíveis representações de identidade cultural que aparentemente ganhou espaços no decorrer dos sucessivos governos.

Palavras-chave: Identidade, propaganda, Povos da Floresta, Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

CARVALHO, Antônio Henrique Martins. **Official Propaganda in Acre and the Strengthening of a Forest Identity**. 2014. 77f. Thesis (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. In 2014.

In the early 1990s the militants of the Workers Party in Acre understood that only by conquering the institutional political power would be possible to reorient the direction of regional development that throughout its history has been subject to development projects of the central government. Still under the impact of the death of Chico Mendes and influenced by the proposals and accomplishments of the "People of the Forest", a group of militants began to articulate a political project that had among its objectives rescue Acre identity understood that enjoy little unity. For both of the axes of its activities would occur in the field of communication with the public policy of mass eigenvalues and symbols acreanidade. In winning the vote by the state government in 1999 this project was put in place and a whole series of coordinated actions with other public policies reformed the value given to the forest and its traditional peoples. Referenced authors in the so-called Cultural Studies this study sought to recognize between essentialist and constructivist positions of identity in which pole stood the project of cultural identity set in motion by the state government. To elect both a sample of advertisements and establish a frequency drives symbols referenced in the Indians, rubber tappers and the forest in official advertisements. Also we proposed to trace a brief narrative of the history of the "People of the Forest" and the emergence of the Workers Party as the main political force in the state of Acre. The result of this work led us to conclude that the use of historical essentialism were the keynote of advertising messages subordinating other possible representations of cultural identity that apparently tended to win spaces in successive governments.

Keywords: Identity, advertising, Forest Peoples, Workers Party.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. OBJETIVOS	5
1.1. Objetivo Geral	5
1.2. Objetivos Específicos	5
2. MÉTODO	6
2.1. Instrumento (método técnico)	6
2.2. Procedimento (método lógico)	6
3. A IDENTIDADE NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS	7
3.1. Os Estudos Culturais	7
3.2. A Identidade na Perspectiva dos Estudos Culturais	9
3.3. Comunidades Imaginadas.....	11
3.4. Performatividade e Citacionalidade	12
4. A FLORESTA ACREANA – UM POUCO DA HISTÓRIA DE ÍNDIOS E SERINGUEIROS	13
.....	13
4.1. Os Povos Indígenas	13
4.2. Os Seringueiros	20
4.3. A União Política dos Povos da Floresta e a Formação do Símbolo de uma Nova Identidade Regional.....	30
4.4. A Emergência do Partido dos Trabalhadores no Acre e suas Ligações com os Movimentos Sociais do Campo.....	42
5. AÇÕES E PROPAGANDAS PARA UMA NOVA IDENTIDADE	51
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
7. BIBLIOGRAFIA	73

INTRODUÇÃO

Acho que não há nessa nação nada de bárbaro e de selvagem, pelo que me contaram, a não ser porque cada qual chama de barbárie aquilo que não é de costume.

Michael de Montaigne – Os Ensaios.

Quando, em 2011, mudei-me para o Acre, fui movido por duas sensações complementares que impregnavam meus pensamentos já há uns dois anos. O primeiro sentimento era uma espécie de ímpeto aventureiro em conhecer uma região que povoava meu imaginário como sendo uma terra “distante” e de “oportunidades”, típica de uma narrativa mítica de “eldorado” que permitiria a um professor recém-formado conquistar um lugar social de reconhecimento. A outra sensação, decorrente da primeira, misturava uma espécie de estranhamento com o “jeito” das gentes do lugar com uma sedução pela paisagem que eu conhecera numa breve viagem anterior. As poucas referências que eu possuía do Acre chegavam-me por falas contraditórias que ora colocavam aquela região amazônica como uma terra de degredados, a “Sibéria tropical” (termo tomado emprestado do professor e historiador acreano Francisco Bento da Silva) ora colocavam-na como a última “fronteira” do desenvolvimento onde era possível prosperar. O fato é que ao fixar-me no Estado, deparei-me com uma riqueza cultural tão hibridamente fascinante que fui levado pela experiência da alteridade a compreender mais sobre mim mesmo e aguçar minha vontade de estudar mais sobre sua história cultural. Inicialmente, morando em Rio Branco, logo me transferi para Xapuri e agora resido em Tarauacá. A cada mudança desta, em que reforço meus contatos com regiões diferentes do Estado, compreendo com mais clareza algumas suspeitas que intuitivamente levaram-me em 2012, a propor uma pesquisa de mestrado questionando a noção de *acreanidade* que estava sendo construída a partir de sua história recente. Como professor de educação básica, esta investigação me permitiria tanto o crescimento profissional pelo aprofundamento de conhecimentos sobre a região que agora moro quanto me possibilitaria contribuir para a ampliação do rol de estudos disponíveis para a sociedade local.

A fim de tentar vislumbrar quais concepções de identidade cultural circulavam sobre o acreano, compreendi muito cedo que as constantes propagandas do governo do Estado seriam um material rico para minha pesquisa, que iniciado como leituras de aproximação de um forasteiro curioso sobre região, apontavam-me que o grupo liderado pelo Partido dos Trabalhadores manifestava publicamente a intenção de reorientar o desenvolvimento do Estado, tendo como referência as lutas sociais travadas nos meios rurais das décadas de 1970 e 1980, no Acre. Para esse propósito, o grupo logo percebeu que ressignificar o valor da floresta, e dos povos que dela dependiam, era central para frear o modelo de desenvolvimento vigente que impregnava as mentes e os corações de grande parte da população local. Ideologias desenvolvimentistas estiveram presente, com diferentes enfoques e nuances, em quase todo percurso histórico da região, mas uma vertente delas tornou-se clara e conflitante na segunda metade da década de 1960 quando o governo militar implantado pouco tempo antes buscou implementar um modelo econômico assentado na expansão da fronteira agropecuária em moldes tradicionais pela incorporação de áreas de floresta a serem derrubadas para a inserção de empreendimentos agrários. Partindo de Becher (1982; 1990), Machado (1982), apud Allegretti (2008, p.44), o governo brasileiro de então alegava

um componente geopolítico baseado nos riscos de “internacionalização” e “subversão” da Amazônia. (...) O modelo partia do suposto de que a Amazônia era uma região vazia e que precisava ser incorporada à nação brasileira e ao mercado nacional como forma de evitar ser cobiçada por outros países ou desagregar-se em conflitos internos.

Não obstante, a implantação desse modelo de desenvolvimento encontrou fortes resistências no Acre, onde uma economia extrativista apoiada no trabalho de inúmeros seringueiros que exploravam a coleta do látex e também de outros produtos florestais não madeireiros como a castanha, óleos/resinas como as de andiroba, copaíba, etc., além de frutos da floresta como açai, buriti, pataú para a produção de vinho, passaram a sofrer grande pressão para o abandono de seus modos tradicionais de vida articulados com a floresta permitindo assim que os desmatamentos dessem lugar aos novos empreendimentos agrários. Inicialmente sem visibilidade e contando com pouco apoio, os seringueiros passaram a se agrupar em sindicatos de trabalhadores rurais e a organizar “empates”, ou seja, fazer parar a derrubada da floresta interpondo-se entre as motosserras e as árvores. Com a acentuação dos conflitos e o desenvolvimento das lutas, o clima de antagonismo foi se aprofundando, levando a inúmeras mortes, dentre elas a do líder seringueiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, membro do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), militante do Partido dos Trabalhadores (PT), Chico Mendes, em dezembro de 1988. No interior desses acontecimentos, uma nova consciência foi sendo forjada com base na defesa do modo de vida tradicional dos seringais e das comunidades nativas bem como na luta contra os desmatamentos. Disso resultou a discursivização de uma nova identidade coletiva, onde seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, pescadores artesanais, juntamente com inúmeras nações indígenas, se autodenominaram “defensores da floresta” e, fora do marco tradicional de controle político-clientelista e do modelo sindical reivindicativo moderno, criaram o conceito de reserva extrativista, auxiliando a implantação de suas primeiras unidades em 1990 (ALEGRETTI, 2008).

Afirmando-se inspirar na luta dos seringueiros e dos “Povos da Floresta”, Partido dos Trabalhadores, ao conquistar o governo do Estado do Acre, em 1990, aprofundou o movimento político/ideológico que propagandeava a valorização da floresta e de suas gentes, buscando romper com a ideologia de progresso das décadas anteriores, que favorecia a fixação de representações simbólicas sobre a floresta como sinônimo de atraso e que, em sentido oposto, o universo urbano e o agronegócio eram sinônimos de desenvolvimento. Segundo Pinheiro (2009B, p.4),

Ao denominar-se “Governo da Floresta”, o Partido dos Trabalhadores assume o discurso de que a preservação da floresta, associada à manutenção dos seus habitantes nos locais de origem e à melhoria da qualidade de vida destes é o eixo fundamental da sua ação, cujo um dos vértices é justamente a elevação da autoestima dos membros dessa população.

E para tanto, os artífices desse novo projeto perceberam a importância que os meios de comunicação desempenhariam para essa finalidade, confirmando aquilo que Hall (1997, p. 4) salientou ao afirmar que “não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma —política cultural”. Assim, nossa pesquisa buscou demarcar alguns símbolos que remetem ao campo acreano e que foram mobilizados para contribuir na massificação de uma percepção positiva sobre o meio rural e sobre a identidade cultural acreana através da publicidade oficial veiculada nas emissoras de televisão no Estado, corroborando para aquilo que Canclini (1998, p. 162) caracterizou como

“teatralização do poder” ao afirmar a força política do patrimônio cultural e natural teatralizado em comemorações num tempo de cultura predominantemente visual.

A partir da demarcação desses símbolos, procuramos identificar em qual perspectiva situa-se a identidade cultural em questão, tomando como referência as tensões existentes entre as concepções *essencialistas* e *não essencialistas* advindas das teorizações desenvolvidas pelos Estudos Culturais. Segundo Hall (1992, p. 2) essas duas noções têm origem nas concepções de sujeito que se apresentaram na história moderna, na primeira, que ele chama de *Iluminista*, a identidade é tratada de maneira unificada como um conjunto de características claras e que não se alteram no tempo, aproximando-se das concepções de senso comum que a entendem como um “conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, profissão, sexo, defeitos físicos e impressões digitais”, conforme nos sugerem os dicionários (FERREIRA, 1973, p.651). Na segunda noção, que ele chama de *sociológica*, há um entendimento de que o sujeito é formado na relação com os universos socioculturais que ele habita, assim, é na interação dos elementos de ordem subjetiva com os lugares externos objetivos que a identidade é formada. Na terceira concepção de sujeito, a *pós-moderna*, as mudanças estruturais e institucionais que estão agora em curso têm alterado as paisagens sociais, desestabilizando os quadros de referências que davam ancoragem estável aos indivíduos no mundo social tornando as identidades, antes mais ou menos unificadas, provisórias, abertas e fluidas.

A questão da identidade é um assunto bastante discutido nos meios acadêmicos atuais. Sua atualidade é em grande parte estabelecida por algumas características de nosso tempo que, em processo acelerado de rompimento de fronteiras pela globalização, tencionam as pessoas a transitarem em espaços e tempos cruzados levando-nos à produção de complexas figuras de identidade e, ao mesmo tempo, de desorientação. Woodward (2013, p. 21) afirma que isso pode levar não só a um distanciamento da identidade em relação à cultura local como também a uma resistência que busque reafirmar as identidades locais ou, ainda, desencadear o surgimento de novas posições de identidade cambiantes.

Para quem vive no Acre parece-nos não ser necessário muito esforço para perceber que o visível reforço da identidade regional pode ser um reflexo desse processo de aceleração de fluxos e rompimentos de antigas fronteiras. Assim habilitamo-nos a discutir o projeto de identidade cultural regional posto em movimento pela publicidade oficial do governo do Estado, nas três primeiras gestões do Partido dos Trabalhadores no Acre.

Conforme afirmando anteriormente, este trabalho partiu da intenção manifestada pelos militantes do Partido dos Trabalhadores em estabelecer uma nova política voltada para o desenvolvimento local baseado na exploração sustentável dos recursos florestais, bem como proporcionar bem-estar às pessoas que vivem na floresta através de uma política pública que ressignifique o valor da floresta e dos homens e mulheres do campo. É justamente essa situação que observamos atualmente no Estado, onde o grupo político liderado pelo PT procura massificar uma ideologia que legitime suas ações como sendo uma continuidade das lutas políticas dos *Povos da Floresta*, movimento social recente do campo acreano. Esse processo tem como um de seus pontos centrais uma política de comunicação e publicidade que propõe ressignificar a acreanidade como sendo alimentada por conteúdos cujo simbolismo remete à floresta. Como o discurso publicitário eficiente é carregado de códigos culturais não verbais que possibilitam sua fácil interpretação pelos sujeitos, o seu alcance social é enorme. Sua capacidade de projetar ativamentos e esquecimentos na memória coletiva confere-lhe uma forte conotação de veículo de ideologias. Assim, acreditamos que situar como a identidade regional em geral, e a do campo em particular, é representada por meio da propaganda oficial no Acre, permite-nos ampliar a compreensão dos fundamentos epistemológicos, pedagógicos, históricos, políticos e culturais dessa realidade. Para tanto, questionamos se a identidade cultural desse projeto político apresenta-se de forma *essencialista*, como um centro articulador da diferença em relação a outras identidades regionais, ou se pelo

contrário, apresenta-se aberta o suficiente para ser capaz de incluir uma pluralidade de referências sem subordiná-las.

A fim de observarmos as propagandas como veículos de marcas culturais e valores sociais definidores da identidade, analisaremos um conjunto de documentos que apresentam uma linearidade histórica estabelecida pelos sucessivos governos petistas. Este arquivo é formado por duas propagandas em vídeo do governo de Jorge Viana - PT (1999 a 2006) e outras duas do governo Binho Marques – PT (2007 a 2010). As mesmas foram encomendadas pelos órgãos governamentais a agências de publicidade privadas e foram veiculadas em diversas emissoras de TV no Estado bem como na TV pública local. É por meio deste arquivo que pretendemos estudar como se constroem os processos de identidade local a partir de elementos simbólicos originados num contexto sócio histórico específico, a saber, os movimentos sociais do campo acreano das décadas de 1970 e 1980 e a emergência do Partido dos Trabalhadores como principal força política eleitoral no Estado do Acre.

Essa dissertação foi desenvolvida em quatro capítulos. O primeiro inicia-se com esta breve apresentação e introdução, onde também delimitamos o tema, problematizamos a questão da pesquisa, justificando sua importância, e apontamos quais peças publicitárias utilizaremos na análise deste trabalho.

No segundo capítulo mostramos os objetivos a que nos propomos. No terceiro apresentaremos o referencial teórico dos Estudos Culturais que fundamenta nosso trabalho. No quarto capítulo, apresentaremos um histórico sobre os símbolos que julgamos compor o núcleo de sentido articulador da identidade acreana e como eles foram vinculados ao Partido dos Trabalhadores e aos mandatos por eles posteriormente conquistados. No quinto capítulo traçaremos uma trajetória metodológica de análise das propagandas televisivas e as discutiremos em articulação com outras ações que buscaram massificar as novas referências identitárias do governo do Estado do Acre. No sexto e último capítulo faremos nossas considerações finais.

1. OBJETIVOS

1.1. Objetivo Geral

- Identificar em qual perspectiva situa-se as representações sobre a identidade acreana disparada pela propaganda oficial do governo do Estado do Acre.

1.2. Objetivos Específicos

- Conhecer a frequência de acionamentos de determinados símbolos do campo numa amostra de publicidade.
- Traçar a trajetória histórica dos segmentos sociais de índios e seringueiros e sua convergência com a emergência do Partido dos Trabalhadores como principal força política no Estado do Acre.

2. MÉTODO

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, que, segundo Martins (2004, p. 292), “privilegia, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais”. Considerando que o objetivo deste estudo é compreender o fenômeno da identidade regional acreana através da análise de uma amostra publicitária selecionada entre as propagandas disparadas pelo governo do Estado do Acre entre 1999 e 2010, o método qualitativo é o mais adequado por sua flexibilidade característica quanto às técnicas de coleta de dados e na sua heterodoxia no tratamento dos mesmos.

2.1. Instrumento (método técnico)

Como *método técnico*, utilizamos os procedimentos da Análise de Conteúdo Temática a fim de estabelecermos a frequência de acionamentos de elementos do banco de símbolos do meio florestal. Como a nossa amostragem publicitária é de propagandas em vídeo, realizamos a *decupagem como listagem posterior* para o estabelecimento da frequência de acionamentos dos símbolos florestais e isolar as manifestações imagéticas e sonoras dos mesmos.

2.2. Procedimento (método lógico)

Como *método lógico* de análise, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e, posteriormente submetemos o tratamento das propagandas à crítica apoiada nas teorizações dos chamados “Estudos Culturais” acerca da identidade cultural.

3. A IDENTIDADE NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS

3.1. Os Estudos Culturais

Nosso trabalho tem como objetivo principal analisar como estão se desenvolvendo os processos de ressignificação da identidade acreana a partir de um projeto político partidário. Assim, faz-se necessário apresentar alguns elementos importantes acerca da discussão teórica sobre a questão da identidade na atualidade. Porém, antes de falarmos especificamente da questão, julgamos imprescindível situar o lugar epistemológico de onde falamos para que o caminho trilhado nessa dissertação possa ser melhor compreendido.

A referência que nos alicerça são os Estudos Culturais (EC) de tradição britânica. Apesar de estar disseminada e possuir características próprias em cartografias diversificadas como países asiáticos, latino-americanos e também europeus, o seu surgimento na Inglaterra, em meados do século XX, refletia uma intensa movimentação intelectual no cenário político do pós-guerra, apontando para uma nova problematização e conceituação da teoria cultural. Costa; Silveira; Sommer, (2003, p. 36) afirmam que em revista à literatura mais proeminente dos Estudos Culturais é possível perceber que as preocupações dos estudiosos concentraram-se nas problematizações dos conceitos extremamente escorregadios e carregados de preconceito dos termos *cultura* e *popular*. Tanto o primeiro quanto o segundo eram impregnados e hierarquias originárias de uma tradição que entendia como expressões válidas somente as que comportavam os padrões estéticos elitizados do período. Por isso, o projeto inicial dos Estudos Culturais Britânicos era

Pensar as implicações da extensão do termo 'cultura' para que incluía atividades e significados das pessoas comuns, estes coletivos excluídos da participação na cultura quando é a definição elitista que a governa. (BARKER, BEEZER, 1994, p. 12 apud COSTA, SILVEIRA, SOMMER, 2003, p. 2)

A partir dessa flexão pluralizante da noção de cultura é que podemos pensar em termos de uma cultura juvenil, uma cultura surda, uma cultura empresarial etc. Da mesma forma, o termo popular foi flexionado para que a polissemia abarcada por ele pudesse ser contemplada numa luta constante de ressignificação discursiva e simbólica.

Com a intenção de historicizar para socializar a cultura, os fundadores dos EC, apesar de não terem uma unidade de perspectiva de problematização, uniam-se na importância que davam para o fato de se analisar o conjunto da produção cultural de uma sociedade a fim de entender a multiplicidade de ideias e comportamentos compartilhados pelos que nela viviam. Para tanto, mobilizaram aportes teóricos interdisciplinares de vários campos do conhecimento, como a Filosofia, a Psicologia, a Sociologia, a Semiótica, a História da Arte, dentre outras.

Segundo Bordini (2006, p. 14), os EC nasceram de uma insuficiência da Teoria Literária das décadas de 1950/60 que não considerava nas análises a inserção sociocultural e a materialidade dos processos de produção e recepção dos textos em favor de uma essencialização universalista de formas e sentidos. Seus mais proeminentes estudiosos propunham um método de trabalho que transitava das análises literárias para a análise cultural, onde na primeira etapa enfocavam os elementos de linguagem em sua relação funcional, estética, psicológica e cultural decorrente do intercâmbio de necessidades tanto do indivíduo que escreveu a obra quanto da sociedade onde ele se insere. Na segunda etapa, os valores socioculturais tanto da sociedade quanto do indivíduo deveriam emergir, já que de forma dialética esses valores se refletem de forma incompleta e sujeita a mudanças nas seleções, transformações e rejeições operadas pelo indivíduo na obra. Ainda

referenciados na mesma autora, os expoentes da Escola de Birmingham, onde foi fundado o Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS), em 1964,

Perceberam que a valorização das manifestações populares, a investigação dos processos materiais de formação do público leitor, a defesa ao direito de acesso aos bens da alta cultura pelos grupos minoritários, exigiam que se considerasse não apenas a literatura, mas a cultura em que esta se produzia como novo campo de discussão teórica.

E é na dimensão da cultura que, segundo Hall (apud COSTA; SILVEIRA; SOMMER; 2003, p. 3), as lutas pelo significado são travadas com os grupos minoritários tentando fazer frente às imposições de significado que sustentam os interesses dos grupos mais poderosos de uma sociedade capitalista que é por excelência desigual em diversos aspectos, como o étnico, sexual, geracional e social.

Esta “*virada cultural*”, um dos termos estabelecidos para designar a expansão da percepção epistemológica da cultura, permite-nos ver um livro didático, um manual de conduta escolar ou um funk como verdadeiros artefatos culturais que produtores de representações que estabelecem sentidos nos circuitos culturais específicos onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas. É importante salientar novamente o que afirmamos em parágrafo anterior referenciado em Maria da Glória Bordini que, na abordagem dos EC, esses artefatos são estudados principalmente em seus processos sociais de produção, distribuição e recepção, bem como na forma pela qual eles são apropriados pelos atores sociais mais do que como artefatos culturais em si mesmos.

Costa, Silveira, Sommer (2003, p. 40) afirmam que o que caracteriza os Estudos Culturais é “serem um conjunto de abordagens, problematizações e reflexões situadas na confluência de vários campos já estabelecidos, é buscarem inspirações em diferentes teorias, é romperem certas lógicas cristalizadas e hibridizarem concepções consagradas”. Mas os mesmos autores, apesar de concordarem com Stuart Hall de que os E.C. são uma teoria aberta que recusa o metadiscurso, argumentam que ela não pode ser vista de maneira simplista, pois

De acordo com Sardar e Van Loon (1998), toda esta dificuldade para definir os Estudos Culturais não significa que “qualquer coisa pode ser Estudos Culturais, ou que estudos culturais podem ser qualquer coisa” (p. 9). Há, segundo estes dois autores, pelo menos cinco pontos distintivos dos EC. O primeiro é que seu objetivo é mostrar as relações entre poder e práticas culturais; expor como o poder atua para modelar estas práticas. O segundo é que desenvolve os estudos da cultura de forma a tentar captar e compreender toda a sua complexidade no interior dos contextos sociais e políticos. O terceiro é que neles a cultura sempre tem uma dupla função: ela é, ao mesmo tempo, o objeto de estudo e o local da ação e da crítica política. O quarto é que os EC tentam expor e reconciliar a divisão do conhecimento entre quem conhece e o que é conhecido. E o quinto, finalmente, refere-se ao compromisso dos EC com uma avaliação moral da sociedade moderna e com uma linha radical de ação política.

Dante dessas distinções, acreditamos que os subsídios fornecidos pelos EC nos proporcionam uma lógica para estudar e mapear a relação entre a publicidade oficial do Governo do Estado do Acre e o mundo social de onde ela emerge e para onde ela se volta. Adotamos a noção de metodologia como uma lógica de pesquisa assumida de Piedras & Jacks (2006, p. 6), que a compreende como um ponto de vista lógico-metodológico de onde é possível analisar a publicidade a partir do deslocamento epistemológico proposto pelos EC, conforme decorre da reflexão de Luis Jesús Galindo Cáceres:

Para entender, o pesquisador requer um método de configuração que lhe permite distinguir níveis e complexidades de componentes e relações entre elementos. Em outras palavras, o pesquisador requer um ponto de vista lógico-metodológico, de uma teoria e de um programa metodológico. (GALINDO CÁCERES, 1997, p.68 apud PIEDRAS, JACKS, 2006, p. 6)

3.2. A Identidade na Perspectiva dos Estudos Culturais

O conceito de identidade é extremamente complexo e ainda é causa de intensos debates na teoria social, porém uma corrente de pensadores argumenta que contemporaneamente estamos vivendo uma crise da identidade promovida por mudanças estruturais nas sociedades a partir da intensificação do fenômeno da “globalização” que, atravessando as fronteiras nacionais, estabelece fluxos de trocas das mais variadas ordens entre as comunidades, desestabilizando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, raça, etnia, nacionalidade e que anteriormente forneciam sólidas localizações para os indivíduos sociais (HALL, 1992).

A fragmentação dessas antigas paisagens culturais sólidas é própria da modernidade tardia, que tem entre suas principais características uma intensa capacidade metabólica para absorver a mudança. David Harvey (apud HALL, 1992, p. 4) caracteriza a contemporaneidade não apenas “como um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente”, mas como “caracterizada por um processo sem fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior”. Assim, diante desse panorama em constante mutação, as identidades anteriormente estáveis são constantemente rearticuladas de acordo com as novas possibilidades de posições de sujeito.

Em seu livro *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Stuart Hall apresenta-nos um exemplo que ilustra bem esta pluralização da identidade: (HALL, 1992, p. 5):

Em 1991, o então presidente americano, Bush, ansioso por restaurar uma maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras.

No julgamento de Bush, os eleitores brancos (que podiam ter preconceitos em relação a um juiz negro) provavelmente apoiariam Thomas porque ele era conservador em termos de legislação de igualdade de direitos, e os eleitores negros (que apoiam políticas liberais em questão de raça) apoiariam Thomas porque ele era negro. Em síntese, o presidente estava “jogando o jogo das identidades”.

Durante as “audiências” em torno da indicação, no Senado, o juiz Thomas foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra, Anita Hill, uma ex-colega de Thomas. As audiências causaram escândalo público e polarizaram a sociedade americana. Alguns negros apoiaram Thomas, baseados na questão de raça; outros se opuseram a ele, tomando como base a questão sexual. As mulheres negras estavam divididas, dependendo de qual identidade prevalecia: a sua identidade como negra ou sua identidade como mulher. Os homens negros também estavam divididos, dependendo de qual fator prevalecia: seu sexismo ou seu liberalismo. Os homens brancos estavam divididos, dependendo, não apenas de sua política, mas da forma como eles se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo. As mulheres conservadoras brancas apoiavam Thomas, não apenas com base em sua inclinação política, mas também por causa de sua oposição ao feminismo. As feministas brancas, que frequentemente tinham posições mais progressistas na questão da raça, se opunham a Thomas tendo como base a questão sexual. E, uma vez que o juiz Thomas era um membro da elite judiciária e Anita Hill, na época do alegado incidente, uma funcionária subalterna, estavam em jogo nesses argumentos, também questões de classe social.

A questão da culpa ou da inocência do juiz Thomas não está em discussão aqui; o que está em discussão é o “jogo das identidades” e suas consequências políticas.

Esse exemplo aponta como a identidade é contingencial, como os deslocamentos identitários ocorrem, além de nos mostrar como as identificações dependeram da maneira como as pessoas foram recrutadas para ocupar inconscientemente as *posições-de-sujeitos-particulares*. Esse recrutamento ideológico ocorre através dos sistemas de representações que criam por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos formas pelas quais os sujeitos se auto reconhecem. Woodward (2000, p. 18) afirma que “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possíveis aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar”, entendendo a publicidade como um dispositivo de representação, a mesma autora complementa que “em momentos particulares, as promoções de marketing podem construir novas identidades [mas] os anúncios só serão “eficazes” no seu objetivo de nos vender coisas se tiverem apelo para os consumidores e se fornecerem imagens com as quais eles possam se identificar.”

Mas da mesma forma que essa concepção aberta, não essencialista ou construcionista (para citar algumas das várias formas que esta percepção é nomeada por estudiosos) tem sua origem em meados do século XX, anteriormente tínhamos outras concepções de indivíduo, portanto de identidade, que simplificada poderiam ser descritas como mais ou menos estáveis e localizadas no interior de grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna, como o Estado, a classe social, o gênero etc. Nessas concepções, o indivíduo era o centro dos discursos sobre a identidade; mas aceitando a crítica ao individualismo racional do sujeito cartesiano, a Sociologia entendeu que antes de qualquer processo de individualização existiam processos de grupo e normas coletivas que subjaziam a qualquer contrato entre os sujeitos individuais. Assim, novas explicações emergiram, colocando os indivíduos como formados subjetivamente pelos processos sociais e inversamente como sustentadores das estruturas sociais no desempenho de papéis (HALL, 1992, p. 8). No período anterior à concepção acima, centrada no sujeito sociológico, movimentos como a Reforma Protestante, o Humanismo Renascentista, as revoluções científicas e o Iluminismo consolidaram o mundo moderno com toda uma tradição filosófica de ênfase no individualismo do sujeito racional no centro do conhecimento, que pode ser sintetizado na máxima cartesiana do *Cógitio*. E mesmo nesse período já existiam elementos críticos que apontavam para o descentramento do sujeito moderno. HALL elenca os principais acontecimentos como sendo os seguintes:

- A interpretação que uma vertente dos teóricos marxistas leu parte dos escritos de Karl Marx no sentido de que os indivíduos não poderiam de nenhuma forma ser os autores da história por estarem condicionados pelas estruturas materiais e culturais herdadas das gerações anteriores. Ao retirarem o indivíduo do centro de um sistema teórico, deslocaram a ideia de essência universal de homem oriunda da tradição filosófica moderna.
- A Teoria Freudiana do inconsciente que postulou que a identidade é formada ao longo do tempo por complexas negociações psíquicas inconscientes e que a ideia da unidade dos sujeitos é uma fantasia, pois ela permanece sempre incompleta.
- Os trabalhos derivados do estruturalismo linguístico de Ferdinand Saussure, que afirmaram ser a língua um sistema social preexistente a nós e não um sistema individual, além de os significados das palavras não serem fixos e adquirirem sentido sempre na relação com outras palavras do interior do código linguístico; portanto, existem sempre significados suplementares que não controlamos, não permitindo sucesso em nossas tentativas de criar mundos fixos e estáveis.
- Os estudos de Michael de Foucault, que produzindo uma “genealogia do sujeito moderno” destacou o surgimento do “poder disciplinar” ao longo do século XIX, ocupando-se com a regulação e a vigilância de populações inteiras, com o indivíduo e com o corpo através do desenvolvimento de saberes especializados, regimes

administrativos e conhecimentos das “disciplinas” das Ciências Sociais que individualizam cada vez mais o sujeito através de novas instituições coletivas (escolas, prisões, hospitais, etc).

- O impacto do feminismo nos movimentos sociais a partir da década de 1960 que, começando como um movimento de contestação da posição social das mulheres, refletiu o enfraquecimento das identidades mestras de classe social, permitindo a emergência de lutas políticas baseadas em identidades fragmentadas como as de gays, lésbicas, negros, pacifistas etc.

Diante do quadro, os Estudos Culturais sustentam uma concepção de identidade como um quebra-cabeça incompleto onde, dependendo das forças em questão, os sujeitos inconscientemente posicionam-se, inclusive diante da questão da identidade nacional/regional, ou dito de outra maneira, os Estudos culturais sustentam que

O que denominamos nossas identidades poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos viver, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. (HALL, 1997 p. 8)

3.3. Comunidades Imaginadas

Dentre as inúmeras formas identitárias reconhecidas na modernidade tardia, uma em especial figura como forma poderosa de identificação. Trata-se da identidade nacional, ou regional, que, diante dos avanços dos processos de globalização, aparecem tensionadas por ambiguidades e contradições entre o local e o global. A intensidade dos fluxos culturais contemporâneos leva muitos a acreditarem numa homogeneização cultural com um crescente distanciamento da identidade local. Paralelamente, estudiosos como Kevin Robin (apud HALL, 1992, p. 21) argumenta que ela pode levar a um processo de resistência e fortalecimento das identidades regionais e locais com novas posições de identidade se considerarmos que ao lado da tendência de homogeneização há uma fascinação pela diferença e uma mercantilização da “alteridade” com a exploração da diferenciação local. Para HALL (1997, p. 3),

O resultado do *mix* cultural ou sincretismo, atravessando velhas fronteiras, pode não ser a obliteração do velho pelo novo mas a criação de algumas alternativas híbridas, sintetizando elementos de ambas, mas não redutível a nenhuma delas – como ocorre crescentemente nas sociedades multiculturais, culturalmente diversificadas, criadas pelas grandes migrações decorrente de guerras, misérias e dificuldades econômicas do final do século XX.

Nesse tópico apontaremos algumas ideias à respeito da emergência da identidade regional que tanto parece importante para o projeto de governo do Partido dos Trabalhadores no Acre. Tradicionalmente as relações de poder foram encaradas nas Ciências Sociais como uma problemática a ser tratada no campo da política, onde a cultura surgia como um espaço de ação política, mas não necessariamente como lugar de poder. Porém, o dilema da identidade nacional na América Latina levou a intelectualidade a compreender o universo da cultura como algo intrinsecamente ligado às questões políticas (ORTIZ, 2004, p. 125).

Contrariamente ao que dita o senso comum, não nascemos brasileiros ou acreanos. Embora nasçamos no interior de Estados instituídos, isto é uma construção social sujeita a transformações na forma como é representada ao longo do tempo. Assim, em nosso desenvolvimento somos

levados a assumir posições de identidade relativa a esse aspecto. Tornamo-nos brasileiros porque a cultura nacional nos é apresentada de maneira aparentemente homogênea centrada nas ideias de nação e língua pátria formando um *sistema de representação* capaz de nos atrelar a uma comunidade simbólica.

As culturas nacionais e regionais são construídas por meio do *discurso*, que é um modo de criar sentidos com os quais podemos nos identificar e que passam a influenciar a organização de nossas ações, bem como a concepção que temos de nós mesmos. Mas como essas culturas são formadas? Primeiramente devemos ter em mente que sendo produto discursivo, são as narrativas sobre as mesmas que, ao acionar suas histórias e literaturas, fornecem os elementos que as representam, permitindo a partilha de uma ideia comum entre seus membros sobre a nação, dando-lhe sentido. Por isto que Benedict Anderson (1983 apud WOODWARD, p. 24) a entendeu como uma “comunidade imaginada”. Nessas literaturas e histórias sobre a nação, ocorre a criação de mitos fundacionais onde se localiza o ponto original da nação com um povo ou um evento passado parecendo dar sentido ao presente e orientando o futuro e que, por isso, devem ser celebrados nas práticas rituais de suas tradições, inventadas ou não. Porém, a trajetória histórica da imensa maioria dos povos atualmente apresenta diferenças por ser híbrida; assim, os sistemas de representação cultural da nação buscam gradualmente assimilar e subordinar as diferenças estabelecendo um “teto político” que as abarque criando padrões que permitam a emergência da identidade e lealdade à nação.

Em nosso trabalho, parece ser importante realçar aquilo que Katryn Woodward caracterizou como sendo as duas tendências de pensar a identidade nacional, a primeira como sendo aquela que

Busca recuperar a “verdade” sobre seu passado na “unicidade” de uma história e de uma cultura partilhadas que poderiam, então, ser representadas, por exemplo, em uma forma cultural como o filme, para reforçar e reafirmar a identidade. [...] A segunda concepção de identidade cultural é aquela que a vê como uma questão tanto de ‘tornar-se’ quanto de ‘ser’. Isto não significa negar que a identidade tenha um passado, mas reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos e que, além disso, o passado sofre uma constante transformação. (WOODWARD, 2000, p.28)

3.4. Performatividade e Citacionalidade

Para discutirmos um projeto identitário posto em circulação através da publicidade oficial de um governo de Estado, entendemos que o conceito de *performatividade* será de substancial importância. Sua formulação inicial, segundo Tomaz Tadeu Silva (2013, p. 93), está ligado aos estudos da linguagem de J.A. Austin que, problematizando a visão geral sobre a limitação descritiva de certas proposições expôs a existência de outro tipo que tem a característica de “fazer com que as coisas aconteçam”. Embora alertando que aparentemente somente as sentenças do tipo “Eu vos declaro marido e mulher” ou “Declaro aberta esta reunião” sejam consideradas propositivas, alguns enunciados descritivos acabam funcionando como propositivos, já que, através da repetição constante, eles reforçam uma situação existente como uma identidade ou uma característica física. Um fato muito comum para exemplificar a situação é o que ocorre em muitas escolas quando os professores, ao rotularem um aluno como pouco inteligente com afirmações do tipo “Antônio é burro” acabam ativando uma rede ampla de atos linguísticos que pela repetição reforçarão ou criarão para uma coletividade uma situação que aparentemente parecia ser uma descrição.

A repetibilidade da linguagem é chamada por Derrida (1991 apud SILVA, 2013, p. 94) de *citacionalidade*, pois semelhante à escrita, cada variação do enunciado performativo deve referir-se a noções anteriores que, mesmo fora de seu contexto, refira-se a um sentido, significado ou valor estabelecido anteriormente. Quando outras pessoas, inclusive o próprio Antônio de nosso exemplo, começam a afirmar algo semelhante, não se trata de uma opinião exclusivamente dele, mas sim de uma posição referenciada em contextos sociais mais amplos e anteriores.

4. A FLORESTA ACREANA – UM POUCO DA HISTÓRIA DE ÍNDIOS E SERINGUEIROS

“Um objeto não existe por si só; ele existe para um grupo e em relação a ele” (ABRIC, 1994 apud BUENO, 2008). Em nossa pesquisa, propomos que num determinado período emergiu uma nova percepção sobre a floresta que rivalizava com a percepção anterior onde a mesma era tida como símbolo de atraso da sociedade acreana. Assim, o espaço geográfico onde se situa o Estado do Acre experimentou no passado e vive hoje um processo de ressignificação em que diversos grupos olham-no de forma diferenciada. Aceitando que nada existe por si só, já que é o olhar humano que ao debruçar-se sobre as coisas atribui-lhes significados, entendemos que a floresta acreana é um espaço social constituído a partir do mosaico de interesses que ali se cruzaram ao longo de sua história. Leach (apud ANTONACCI, 1999, p. 3) apresenta-nos uma ideia de espaço sociocultural que sustenta esta percepção sobre a Amazônia acreana como um constructo.

A ideia de natureza como polo oposto à cultura é, com efeito, em si mesma, um produto cultural. O conteúdo efetivo da “ideia de natureza” muda à medida que se percorre o mapa geográfico, na mesma proporção em que muda a própria natureza.

Podemos constatar essa afirmação analisando a perspectiva histórica de percepção que o senso comum tem e que em outros tempos as ciências alimentaram como sendo a Amazônia um espaço homogêneo, quando o que temos na realidade é um mosaico de mais de uma centena de paisagens naturais, além de inúmeros subsistemas marcados por uma grande diversidade de grupos sociais. O discurso de homogeneidade do espaço amazônico serviu de base para inúmeros experimentos e práticas de submissão, colonização, integração e desenvolvimento, onde se tentou em diversos períodos influir de fora para dentro (FATHEUER, 2012). Apesar de ser possível observar em vários períodos históricos esta representação sobre a floresta amazônica como espaço de conquista, tomaremos como referência apenas aqueles que se situaram a partir do último quarto do século XIX, quando a região onde se situa o Acre passou a ser percebida como espaço pertencente ao Estado Brasileiro. Nessa rica e complexa história, interessa-nos especificamente os discursos sobre os seringueiros e índios, assim como suas relações com a floresta. Evidentemente a formação do espaço social da região do atual Estado do Acre não se inicia com esses dois grupos sociais apenas aparentemente homogêneos. Mesmo antes do surgimento das sociedades que o senso comum classifica como indígenas, já existiam grupos humanos que circulavam e viviam na região, como nos provam os vestígios arqueológicos deixados nos *Geoglifos*. Ao mesmo tempo, desde o período colonial e imperial brasileiro, existiram experiências de ocupação na Amazônia, mas a natureza impunha sérios limites à empreitada humana e reforçava a representação da região como um lugar insalubre, cheia de enfermidades endêmicas e animais perigosos, além de um calor semelhante a um inferno. Isto relegava à região uma espécie de condenação ao extrativismo esporádico. Porém, mesmo sabendo da existência de histórias anteriores, para o objetivo do trabalho, nos ateremos aos grupos sociais apontados anteriormente.

4.1. Os Povos Indígenas

Em sua tese de doutorado, Silva (2009, p.27) introduz uma breve contextualização histórica sobre algumas características dos povos que habitavam a floresta onde hoje se situa o território acreano com uma pergunta inquietante e de extrema relevância para esse trabalho ao questionar “como viviam esses antigos habitantes das florestas que hoje são resgatados pelos discursos oficiais

e apresentados como detentores de valiosos saberes no processo de discussão de novas alternativas de sobrevivência e de organização econômica, política e social da região”. Entendemos que traçar algumas considerações de natureza histórica, como nos instiga o referido autor, é fundamental para se compreender quais elementos culturais indígenas inspiraram e encorajaram as lideranças da coalizão partidária denominada Frente Popular do Acre (FPA), liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), para negar velhos conceitos de desenvolvimento e utilizar-se do símbolo nativo a fim de compor uma série de peças publicitárias fixadoras de uma determinada identidade acreana.

Ainda referenciado no mesmo autor, compreendemos que a reconstituição dessas histórias, ainda que parcialmente, é extremamente difícil dada a escassez de conhecimentos arqueológicos sobre as mais de uma centena de etnias que viviam nessas florestas no período anterior ao da instalação da economia extrativista estabelecida no último quarto do século XIX. Após esta instalação, o trabalho fica menos difícil, pois já existem inúmeros estudos de relevo publicados. Assim, nossa tentativa constituir-se-á no delineamento da narrativa historiográfica oficial e de algumas análises sociológicas para que possamos nos aproximar de uma resposta à questão apontada no primeiro parágrafo.

Reduzidos a 17.578 indivíduos num universo populacional de 733.559 no Estado (censo 2010) e divididos em etnias como a dos Jaminawá, Kaxinawá, Kulina, Mãxineri, Nukini, Poyanawa, Katukina, Jaminawá Arara, Apolima Arara, Kaxarari, Kuntanawa, Ashaninka, Apurinã, Kulina Madjá, Nawa, Shanenawa, Yauanauá e grupos isolados, os índios que habitam parte do território acreano são os representantes legítimos das mais de uma centena de grupos que aqui viviam no período anterior à economia gumífera no século XIX.

Segundo Padilha (2012, p.27), uma determinada narrativa sobre a história indígena no Acre ascendeu à condição de discurso oficial no governo da Frente Popular do Acre (FPA), liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1999. Nesse período, a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) passou a ser a principal ONG a difundir uma ideia de divisão do tempo proposta pelo antropólogo Txai Terri Aquino que, grosso modo, pode ser dividida em quatro tempos.

O primeiro corresponde ao “*Tempo das Malocas*” e nele é contada a história dos diversos povos indígenas antes do contato com os primeiros exploradores da frente de extrativista do látex. Desse período podemos destacar como características que poderiam apontar para outras possibilidades de sociabilidade e de resistência à destruição ambiental tão discursivamente impregnadas na ideologia do governo do Estado do Acre que se auto intitulou de *Governo da Floresta* a inexistência da noção de Estado e a percepção diferenciada na necessidade do trabalho. A primeira característica decorre da forma específica em que as “sociedades primitivas” relacionam-se com o poder. Segundo Clastres (apud SILVA, 2009, p.29)

Determinar as sociedades primitivas como sociedades sem Estado é enunciar que elas são, em seu ser, homogêneas porque indivisíveis. E reconhecemos aqui a definição etnológica dessas sociedades: elas não têm órgão separado do poder, o poder não está separado da sociedade.

Para os membros das sociedades primitivas, a figura da autoridade do chefe que manda e que reivindica para si a institucionalização de seu poder capaz de pensar por todos é absurda, pois a posição do grupo em relação a esse líder que tenta criar um tipo de poder de comando seria a de recusa tanto do corpo social quanto dos indivíduos que virariam as costas e ignorariam todas as tentativas de estabelecimento de poder além do que lhe fora socialmente permitido (SILVA, p.29).

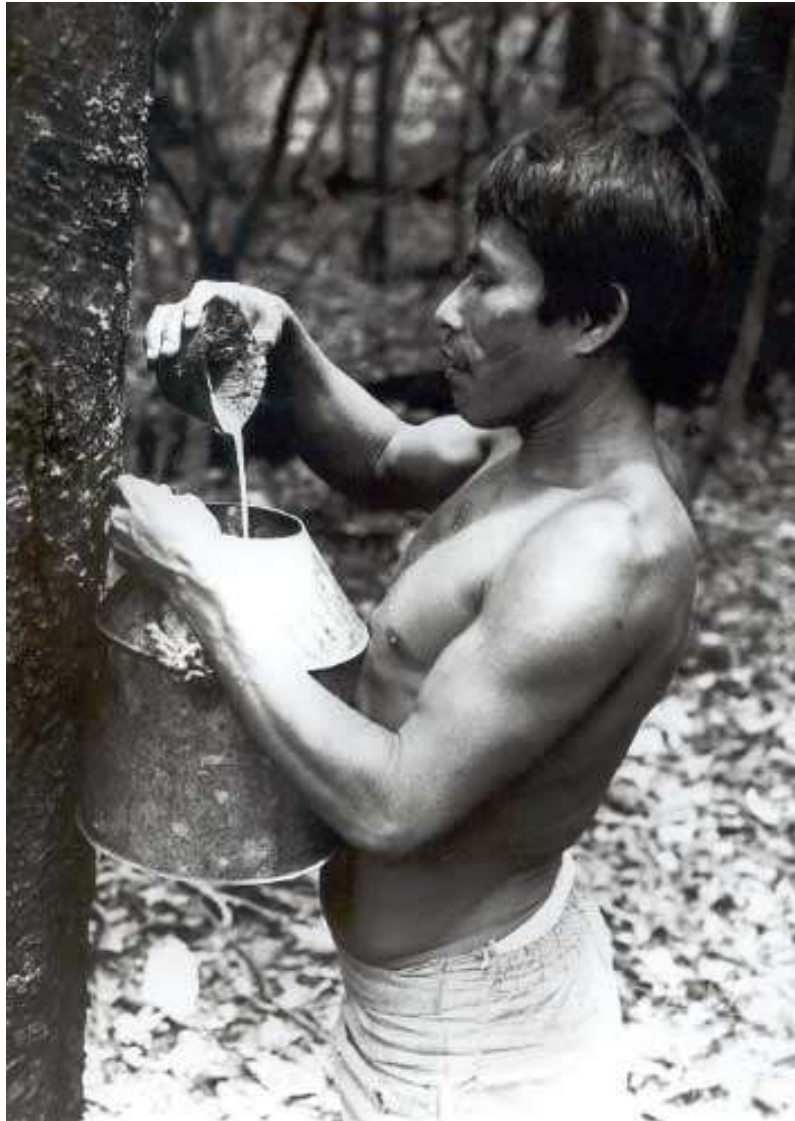
Em relação à noção do trabalho, devemos antes de tudo lembrar que as condições ecológicas da região amazônica proporcionavam abundância para a reprodução material das sociedades cuja

organização em grupos raramente ultrapassava o número de mil indivíduos. Ao contrário das civilizações andinas, que são conhecidas por seu grande desenvolvimento tecnológico e político, os grupos humanos que habitavam o atual território acreano deslocavam-se continuamente para a prática de sua agricultura itinerante ou de corte e coivara suficientes para a manutenção do grupo. Assim, a atividade do trabalho de plantio e colheita, por bom senso, não deveria ultrapassar a quantidade suficiente para a satisfação de suas necessidades e o tempo de vida utilizado em atividades mais prazerosas do que o labor para a produção de excedentes (SILVA, p. 34).

O segundo tempo, chamado “*Tempo das Correrias*”, é entendido como “sinônimos de dizimação, dispersão, escravidão ou submissão dos índios à empresa seringalista” (Castelo Branco, 1961, apud MORAIS, p.133). Nesse período, que se inicia no último quarto do século XIX e se abrandava com a decadência do primeiro ciclo exploratório na segunda década do século XX, o crescente aumento da demanda de borracha, especialmente a de melhor qualidade, denominada *Acre Fina*, extraída da árvore conhecida como seringueira (*Hevea brasiliensis*) e do caucho extraído da árvore conhecida como caucheira (*Castilloa elástica*), levou a conflitos caracterizados pelo uso extremo da violência física e simbólica contra os índios que, para não serem mortos ou escravizados pelos invasores, corriam” de uma região a outra em movimentos de fugas para as cabeceiras dos rios e de enfrentamentos que a historiografia local deu o nome de “*correrias*”. Sobre essas duas frentes extrativas, Almeida (2004, p. 36/37) afirma que

a diferença ecológica e econômica entre seringais e cauchais era acompanhada de contrastes étnicos. Nos cauchais empregava-se mão de obra indígena, que era explorada de modo tão brutal e temporário quanto as próprias árvores de caucho, sendo exemplo disso as atrocidades do Putumayo e outras menos célebres de Madre de Dios/Mamoré. Já nos seringais do Acre, a mão de obra era constituída de imigrantes nordestinos; a população indígena local foi vítima das atrozidades “*correrias*”, em que os índios eram aniquilados não em função da submissão à disciplina do trabalho forçado, mas para dar lugar aos imigrantes brasileiros.

O “*Tempo do Cativo*”, terceiro na cronologia oficial, inicia-se com a inserção do índio na empresa seringalista como diarista, seringueiro, trabalhador braçal e outras funções subalternas.



Índio da etnia Kulina extraindo Látex em foto de Heine Hener (1986).
Fonte:<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kulina/457>



Indígena de etnia não identificada produzindo *péla* de borracha.
Fonte: http://www.altinomachado.com.br/2005_12_01_archive.html

Apesar de se iniciar cronologicamente ainda no “*Tempo das correrias*”, o marco de sua intensificação ocorre com o começo da decadência do primeiro ciclo da borracha, em 1912, quando as sucessivas baixas de seu preço no mercado internacional, provocadas pela concorrência do produto originário da Ásia, promove o refluxo da migração de sertanejos nordestinos para o Acre e a intensificação do uso da mão de obra indígena devido ao seu baixo custo de introdução no modo de produção dos seringais. Esse tempo, associado com o “*tempo das correrias*”, é lembrado pelos índios ao “*espalhamento*” das populações e a sua correspondente invisibilidade identitária, já que, para escapar à violência do contato os nativos, tendiam a abandonar seus traços culturais e adotarem os hábitos dos seringueiros fazendo-se passar por caboclos (MORAIS, 2008, p.135). No período em questão, a ideologia do colonialismo com sua “*missão civilizadora*” enfatizava a necessidade de educar os povos “*atrasados*” para incorporá-los ao mundo moderno e civilizado. Para tanto, acreditava-se ser legítimo o emprego das mais variadas formas de coerção e violência para atingir este fim, pois, ao final desse longo processo de tutela sob o domínio dos interesses das sociedades e povos mais avançados, os nativos estariam aptos a participar do mundo civilizado. Para isso contribuía a ciência da época que legitimava o racismo contra estes povos que no Brasil se manifestou através do ideal do branqueamento da população como forma de superação do atraso civilizatório. Essa ideologia sustentou um racismo assimilacionista que gozava de ampla aceitação na opinião pública brasileira. Assim, o processo de contatos que tinham como referência ideal a sociedade não indígena acarretou o laminamento do estoque étnico e cultural indígena através das gerações com a progressiva diminuição da população absoluta e com o desaparecimento de etnias inteiras. No contexto apresentado, compreende-se por que a incorporação do trabalho nativo deu-se de forma subalterna com os mesmos sendo fortemente discriminados no interior dos seringais e impedidos de manifestar seus hábitos culturais. Uchoa, Iglesias, Teixeira (2003, p.221) apresentam-nos um trecho significativo para a compreensão do que afirmamos acima acerca do período:

O maior desejo que tem os Kaxinawá ou quaisquer outros índios, desde que entram em relações amistosas com os caríús é o de ser batizados, pois observam logo que os seringueiros só matam os que não o são, embora esses já sejam amigos ou mansos, como dizem aqueles que não têm o menor escrúpulo de atirarem num índio pagão, embora manso, só pelo prazer de verificar a boa pontaria de seu rifle.

Infelizmente os padres que por lá andam só batizam por dinheiro e muito caro, 40 e tantos mil réis cada um, de sorte que alguns patrões se esquivam por isto, de mandar batizar índios mansos de seus seringais.

O Índio batizado “identifica-se” logo com os seringueiros, julga-se um outro homem, um “carua” ou civilizado, e não admite que o chamem mais de índio, nome que reputa injurioso, tal como os nossos pretos, que não gostam que se lhes chamem de negros.

Na mesma perspectiva, Arruda (2009, p.165) afirma:

Com a crise da borracha a partir de 1912 e a interrupção da busca de mão-de-obra nordestina, intensificou-se ainda mais o trabalho indígena. Estes, descaracterizados de suas formas específicas de vida, passaram a ser classificados e discriminados como “caboclos”. Os seringais, espalhados ao longo dos rios sedimentaram-se como unidades de dominação sobre as aldeias. Sua estratégia eram as “correrias”, multiplicadas nessa época no intuito de escravizar ou mesmo dizimar os indígenas tanto no Acre, quanto nas áreas fronteiriças amazônicas da Bolívia e do Peru. Entretanto, surgiram focos de resistência. Pequenos grupos conseguiram se refugiar nas cabeceiras isoladas e a maioria foi obrigada a se modificar para não desaparecer. Passaram a adotar o modelo de casa do “branco”, a manipular ferramentas, a deixar de usar a língua materna, comunicando-se através do português e/ou do espanhol. Esse processo se aprofundou de tal forma que alguns grupos desapareceram, enquanto que outros, mimetizados em “caboclos”, viviam espalhados nos seringais da região, vivendo clandestinamente sua indianidade.

Ainda que incompleta, a assimilação foi uma estratégia de sobrevivência do tempo do cativo e a atual emergência de grupos reivindicando o reconhecimento de suas ancestralidades e cultura é uma prova de que essa assimilação não foi total. Esse processo, conhecido hoje como *etnogênese*, onde de forma criativa ameríndios sujeitados historicamente a mudanças ressurgem etnicamente e também reinventam tradições culturais, foi por nós acompanhado na constituição de uma comunidade denominada “*Mehenoklu Kayonalu*” (onça pintada) que reivindica identidade Manchineri em Xapuri/AC.

O último tempo é conhecido como “*Tempo dos Direitos*” e se inicia a partir das ações desencadeadas pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e pela FUNAI no Acre, no início dos anos 70, quando se começa a pensar a população indígena como étnica e culturalmente diferenciadas. O contexto de época é marcado pelos conflitos entre fazendeiros, que chegaram ao Estado estimulados pelos incentivos governamentais para a implantação de projetos agropecuários, e os posseiros-seringueiros e posseiros-índios.

Nesse período, certos setores da sociedade acreana ocultavam a presença indígena no território contribuindo para que o Estado fosse considerado uma região onde os povos indígenas haviam sido extintos ou incorporados à comunhão nacional (BARNES, 2006, p.38). Porém, os levantamentos feitos pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) comprovavam a existência dos índios e a divulgação entre eles de que eram portadores de direitos que poderiam ser reivindicados em função de sua condição. Conforme Morais, p.136,

Houve uma emergência étnica/indígena, pela qual as populações que anteriormente camuflavam sua identidade como indígenas se colocaram no centro das discussões e reivindicações de direitos que esta condição oferece. Neste sentido, a recuperação de uma identidade indígena esteve associada à descoberta da existência desses direitos.

A partir da emergência da mobilização indígena e de setores a eles ligado, inúmeros direitos foram conquistados, como o Estatuto do Índio, em 1973, e a inclusão de um capítulo dedicado aos indígenas na Constituição Federal de 1988. Porém, algumas lideranças e estudiosos atualmente reconhecem que apenas a garantia do direito não é suficiente para que as condições de vida do nativo melhorem. A mobilização para a efetivação desses direitos é fundamental e é aí que reside a grande crítica ao indigenismo oficial que, com sua cronologia histórica teleológica apontando para a chegada do “*Tempo dos Direitos*” e até mesmo na sua ampliação para um “*Tempo do governo dos Índios*”, a partir da criação da Secretaria Especial dos Povos Indígenas (SEPI) no governo petista, contribui na desmobilização ao apontar para uma suposta superação dos embates e o fim da necessidade de lutas políticas, já que os povos indígenas agora também estão no poder e devem, portanto, apenas viabilizar as condições técnicas e sociais ao seu desenvolvimento.

Essa divisão da História tem por finalidade justamente neutralizar as mobilizações e as lutas por direitos. Se no tempo do direito todos os direitos já foram conquistados, então por que lutar? No tempo dos direitos chegaram mesmo a anunciar o “Tempo do governo dos índios” que corresponde justamente à ascensão de um grupo político, resultante de uma frente de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) conhecida como Frente Popular do Acre (FPA), que inaugura, já com a eleição de Jorge Viana para governador em 1999, o que chamaram de Florestania sob o slogan “Governo da Floresta” que permanece até hoje. O chamado tempo dos direitos vem justamente para negar direitos aos povos indígenas e desarticular suas formas de lutas. (PADILHA, p. 28)

Com a criação da Secretaria Especial dos Povos Indígenas (SEPI), as instituições de representação dos Índios, como a União das Nações Indígenas (UNI/AC), foram assumindo o papel de gestora de serviços e esvaziando suas funções políticas, o que levou ao seu colapso e acarretou a perda do controle social do movimento por parte dos índios (PADILHA, p. 28), uma vez que na intenção de implementar o seu Plano de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PSDA), o governo do Estado desmobilizou através da desqualificação e/ou cooptação as diferentes forças políticas do movimento e incorporou seletivamente a partir de seus interesses as demandas das comunidades indígenas (SOUZA, FALCÃO, SANTANA, 2010, p. 10).

Ainda que os avanços proporcionados com a legítima existência de 34 Terras Indígenas como elemento para a permanência das identidades indígenas através de seus territórios, bem como do reconhecimento da mudança de paradigma proporcionada pelos governos da FPA em relação à valorização identitária dos povos indígenas do Acre (SOUZA, FALCÃO, SANTANA, 2010, p. 12) e da verificação da emergência de novas identidades que centradas em etnicidades revitalizadas, como a dos Manchineri em Xapuri, demandam-se novos desafios tanto para os povos indígenas como para a sociedade não indígena que se propõe a discutir novas alternativas de sobrevivência, de organização econômica, política e social. Diante desse quadro, o apontamento feito por Nilson Euclides da Silva sobre a invejável capacidade de resistência e a complexa engenharia política de negação de um poder separado do corpo social contém os apontamentos dos limites que o Estado deve se colocar para atingir os fins a que se propõe, respeitando a diversidade de vozes e as identidades que se manifestam no Acre. E essa possibilidade é real quando percebemos que, apesar de todas as investidas históricas contra esses povos, sociedades tão diferentes e singulares como a

dos nativos que vivem isolados no Acre parecem desejar continuar a existir “livres e selvagens” e “sem fé, sem lei e sem rei” ou como escreve o estudioso citado acima

Os “selvagens nômades” das florestas desafiam a razão e a autoridade do “chefe civilizado” e legitimamente eleito. Com seus corpos cobertos de tinta e plumas, desafiam a lógica da sobreposição de um modelo de “homem civilizado” sobre o outro, um “selvagem” livre e soberano. Ressaltam com seus gestos uma provocação e incomodam quando demonstram não precisar de nada que esse outro, “o civilizado”, possa oferecer. Desejam o silêncio das matas e o direito de não serem “cidadãos”, mas essencialmente homens livres e iguais. Repousemos nosso olhar sobre “esses selvagens” e deixemos que as águas dos rios tortuosos deslizem silenciosamente. (SILVA, 2009, p. 40)

4.2. Os Seringueiros

Outro grupo social fundamental para se compreender o processo de ressignificação identitária no Acre é o dos seringueiros, visto que no complexo ambiente social, político e econômico contemporâneo vivido na Amazônia Ocidental sua figura “ressurja como símbolo de um projeto político que se apresentou ao cenário nacional como capaz de realizar uma profunda transformação histórica” (SILVA, p. 56). E como toda comunidade imaginada ganha identidade no processo discursivo, um dos elementos comuns narrados pelos construtores da ideia de acreano é a sacralização da figura do seringueiro, que tornou-se a figura central de um paradigma identitário.

O seringueiro é o trabalhador extrativista do látex produzido pelas árvores nativas da Amazônia conhecidas como seringueiras. Foi na disputa entre brasileiros, bolivianos e peruanos sobre o controle do resultado econômico do trabalho desses extratores nos fins do século XIX, e que culminou com a incorporação do Acre à nação brasileira é que se sustenta o mito fundador que orienta a ideologia do discurso de Florestania dos governos da Frente Popular do Acre (FPA). O mito fundador é o processo de significação especial de um momento passado que sustentará uma narrativa e imporá um vínculo interno com o mesmo passado enquanto momento original. Orlandi (apud MORAIS, 2008, p. 77) sobre o assunto afirma:

O discurso fundador, segundo Orlandi, é aquela fala “que transfigura o sem sentido em sentido” (2003[1993]: 08); são aqueles discursos “que vão nos inventando um passado inequívoco” que vão nos “empurrando um futuro pela frente e que nos dá sensação de estarmos dentro de uma história, de um mundo conhecido”, e com isto contribui para a produção de um sentimento de pertencimento. O discurso fundador é enunciado que ecoa e produz “efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana, de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica”. (2003[1993], p.12)

Nessa perspectiva, a figura do seringueiro confunde-se com a ideia de acreano, já que, anteriormente às lutas travadas entre brasileiros, bolivianos e peruanos, o que existia era grupos de nativos e migrantes em disputa por territorialização de um espaço geográfico que inicialmente pertencia aos Estados da Bolívia e do Peru, herdeiros de parte do Império Colonial Espanhol por força dos acordos estabelecidos por Portugal e Espanha nos tratados de Madrid, em 1750, Santo Idelfonso, em 1777, e parcialmente ratificada na Convenção Especial de Comércio Navegação e Limites assinada entre Brasil e Peru, em 1851, e no Tratado de Ayacucho firmado em 1867 por Brasil e Bolívia.

Após a primeira metade do século XIX, a região começou a ser percorrida por pescadores e coletores de produtos florestais que, movidos por interesses particulares percorriam os rios

da região. Segundo Ranzi (2008, p.28), as iniciativas oficiais do Estado brasileiro só se iniciaram por volta de 1850, quando os chamados “encarregados de índios” adentraram a região procurando aldear os nativos para transmitir-lhes a cultura “civilizada” de modo a melhorar-lhes a vida e, ao mesmo tempo, facilitar os interesses econômicos que se manifestavam sobre a região, como o da necessidade de estabelecer comunicação fluvial com a Bolívia para transporte de bovinos para abastecimento da província do Amazonas.

Dados de Tocantins (apud RANZI, 2008, p. 34) indicam que a partir de 1879 a região foi ocupada em caráter econômico e permanente pela exploração da borracha demandada pelo avanço da indústria europeia e norte-americana que, encontrando a seiva da seringueira (*Hevea Brasiliensis*) sua matéria prima quase que exclusiva, atingiu a região onde hoje se encontra o Estado do Acre. O pioneiro nessa investida foi o cearense João Gabriel de Carvalho e Mello que, conhecedor da região há algum tempo, foi financiado pelo português Elias José Nunes da Silva que, estabelecido em Belém com uma casa comercial, bancou a ocupação e o início da colonização do Acre (RANZI, 2008, p. 35). Nesse período, o nordeste brasileiro era castigado por secas periódicas e um sem número de sertanejos encontrando-se em situação de miséria nos campos e com riscos sérios de sobrevivência emigravam para as cidades buscando refúgio. A situação possibilitou que os seringalistas do Pará e do Amazonas desencadeassem uma propaganda de arregimentação para trabalho na colonização agrícola da Amazônia e em especial para a abertura de novos seringais promovidos pelo “boom” da borracha.

Chama a atenção o quadro de desolação que pairava sobre as famílias de trabalhadores miseráveis que comporiam as frentes pioneiras de seringueiros do Acre. Ao se debruçar sobre os escritos de Euclides da Cunha acerca do cotidiano dos brasileiros que vieram para o Acre, Silva apresenta-nos seguinte passagem:

Quando as grandes secas flamejavam sobre os sertões adustos e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia, de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia em libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, as carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia-vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão marginalizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços de família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia àquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com seus famintos, com seus febrentos, seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas, feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a interferência governamental. Nunca, até os nossos dias, acompanhou um só agente governamental, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem. (CUNHA, 1986, apud SILVA, 2009, p. 57)

Ao chegar em seus destinos no Acre, as condições iniciais eram precaríssimas devido ao primitivismo da região. Na formação dos seringais, o processo era relativamente simples e nele o descobridor ia subindo os rios e reservando para si certa quantidade de área, chegando algumas a “dez e quinze mil metros de frente, sem limitação quanto aos fundos, pois iam até topar com outro explorador que viesse em sentido contrário, tendo alguns se apossado de rios inteiros ou de quase todo” (Castelo Branco, 1961, p.17, apud Morais p. 64), demarcando seus domínios com o estabelecimento de roçados nas extremidades das praias e na colocação de tabuletas com os nomes dos proprietários. Nessa, época já existia legislação que previa o registro das terras ocupadas junto à administração da província do Amazonas, porém poucos se preocuparam com a legalização de seus domínios, já que o processo de registro oficial era demorado.

A relação social de produção da borracha ficou conhecida como sistema de aviamento e nele o seringueiro era mantido numa relação de dependência perpétua através do endividamento contínuo. A palavra aviamento é derivada da ação de aviar, que consiste no fornecimento a crédito de materiais necessários para realização de um trabalho. Para iniciar a exploração de um seringal, o patrão seringalista conseguia financiamentos com as casas aviadoras de Belém e Manaus para a compra de mantimentos e instrumentos necessários à produção, além de valores para o recrutamento e transporte de trabalhadores nordestinos para seus seringais. Para estabelecer o primeiro vínculo de dependência, o seringueiro já chegava aos locais de trabalho endividado com os custos da viagem de seus locais de origem para o seringal. Conforme afirmado anteriormente, concorria para facilitar essa situação o contexto de regiões do nordeste que no período de intensas secas tornava sertanejos de regiões do interior do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba sensíveis às propagandas que acenavam com a possibilidade de uma vida material próspera no extrativismo gumífero. Uma vez estabelecido no Acre, a dependência aprofundava-se, pois era impedido de plantar roçados para subsistência por um rígido sistema de obrigações e punições que o levava a empregar toda sua força de trabalho no corte da seringueira, assim todo produto necessário para sua manutenção deveria ser adquirido no barracão do seringalista, gerando dívidas e, em situações excepcionais, saldos. Ainda no início da implantação do sistema comercial-gumífero-exportador, o vigor dessa atividade nas áreas iniciais de exploração no Pará e no Amazonas já demonstrava o fenômeno de distorção econômica promovido pela grande valorização da borracha que levava ao declínio da atividade agrícola e o direcionamento de toda mão de obra disponível para a extração do látex. A valorização do produto no mercado externo concorria para atrelar quase exclusivamente o seringueiro à atividade de corte e, ao mesmo tempo, não estimular o desenvolvimento das atividades agrícolas de subsistência, gerando uma constante crise de alimentos que proporcionava a existência de mais um mecanismo de exploração do trabalhador através do monopólio de fornecimento de gêneros de subsistência a preços elevados no barracão. Situação esta que inclusive concorria para o agravamento de sua saúde, uma vez que os produtos à venda no barracão em quase nada eram adequados a esse trabalhador, conforme evidencia Ranzi (2008, p. 181/182):

A base alimentar do seringueiro foi precária e desfavorável ao metabolismo humano e à sua resistência física grandemente comprometida com a suscetibilidade maior às doenças, transformando o homem extrator de seringa em um ser debilitado, que definhava aos poucos, corroído pelas conservas, bebidas perniciosas e sem os medicamentos necessários para controlar suas doenças como anemias e hepatites, agravadas pelas constantes febres prostradoras como o beribéri, uma avitaminose causada pela falta de alimentos frescos e de verduras, fonte de vitaminas e sais minerais e o impaludismo ou malária, fazendo-o tremer de frio e de fraqueza e que só por um esforço humano extraordinário conseguiria resistir às crises periódicas e continuar a extração.

Verdadeiramente um escravo de um sistema brutal de constante endividamento e isolamento, o seringueiro “quando chegava à barraca de paxiúba no ‘centro’ do seringal, era para casar com a selva. Um casamento rigidamente monogâmico, em que o enxoval do noivado só se prepararia depois: a borracha, só borracha” (TOCANTINS, 1982, p.104) e as chances de melhoria de vida e de retorno à região de origem eram a cada ano um sonho mais distante. Mesmo durante os conflitos que ocorreram de 1899 a 1903, consagrados pela historiografia como *Revolução Acreanae* que em algumas narrativas parecem unificar todos os atores sociais na direção do ideal de emancipação, os papéis e desejos de seringalistas e seringueiros não coincidiam. Para parte dos primeiros tratava-se de uma luta para manter suas propriedades, visto que num dos decretos publicados pelo representante do governo boliviano, o Consul José Paravicini, a necessidade de

registro das terras na secretaria da delegação boliviana no prazo máximo de um ano era condição para a continuidade da posse e exploração dos seringais (MORAIS, 2008, p.63). Já para os seringueiros, a participação nos combates alimentava o sonho de “quebrar todas as pesadas correntes que os amarravam na grande selva” (BASTOS, 1927 apud MORAIS, 2008, p. 85).

Diante do cativo ao qual milhares de indivíduos estavam submetidos no sistema de aviação, o prefeito departamental do Alto Juruá, coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, editou em 1905 uma lei do trabalho objetivando regularizar o trânsito de *regatões* – nome dado aos indivíduos que realizam comércio ambulante ao longo dos rios - e demais instrumentos legais para a intervenção do poder estatal sobre o monopólio dos patrões dos sistemas produtivos da borracha (BARNES, 2006, p. 30), porém sem sucesso. Em outro momento, criou-se o Banco da Borracha com o objetivo de financiar os seringalistas e vender o produto diretamente ao seringueiro, mas o quadro não se modificou, pois contrariava os interesses dos financiadores do empreendimento (RANZI, 2008, p. 173).

Euclides da Cunha assim descreve a situação desse trabalhador:

E vê-se completamente só na faina dolorosa. A exploração da seringa, neste ponto pior do que a do caucho, impõe o isolamento. Há um laivo siberiano naquele trabalho. Dostoiévski sombrearia suas páginas mais lúgubres com esta tortura: o homem constringido a calcar a vida inteira a mesma “estrada”, de que ele é único transeunte, trilha obscurecida, estreitíssima e circulante, ao mesmo tempo ponto de partida. Nesta empresa de Sísifo a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo a vida toda, automaticamente, por movimentos reflexos – se não o enrija uma sólida estrutura moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças e ilusões ingênuas e tonificante alacridade que o arrebata àquele lance de ventura, em busca da fortuna. (CUNHA, 1966, apud SILVA, p.64)

Esse trabalho solitário e desgastante começava antes do amanhecer, quando com sua pequena lanterna de querosene, a *poronga*, saía para percorrer uma das duas ou três “*estradas de seringa*” de sua responsabilidade fazendo os cortes nas árvores no clima ainda ameno da madrugada que impedia a rápida coagulação do látex e conseqüentemente o maior tempo de escorrimento do leite na pequena tigela depositada ao pé da seringueira. Depois de três ou quatro horas dando a volta numa estrada cortando e depositando as tigelas, ele retornava a sua barraca onde preparava uma refeição com os alimentos adquiridos no barracão e complementados com alguma caça ou pesca. Feita a refeição, ele retornava para a mesma estrada recolhendo o leite depositado nas tigelas para logo em seguida iniciar o processo moroso e extremamente insalubre de defumação do látex no interior de uma pequena barraca chamada de *tapiri*, onde existia uma pequena fôrnelha chamada de *boião* e que possuía um orifício de aproximadamente oito centímetros para a saída de uma densa fumaça direcionada para um pequeno guindaste formado por dois pedaços de paus fincados verticalmente no chão e que sustentavam outro pedaço de pau disposto horizontalmente onde se formava a *péla* de borracha.



Foto de um seringueiro em seu *tapiri* produzindo *péla* borracha.

Fonte: <http://acpurus.com/?p=4932>

Para a confecção de uma “*péla*” de borracha de aproximadamente cinquenta quilos, o seringueiro gastava em torno de outros cinquenta frascos de látex que despejados sucessivamente sob o sistema defumador coagulava lentamente até adquirir a coloração negra.

A rotina de isolamento, de alimentação desequilibrada, de desgaste físico para dar conta da extração de entre cem e duzentas seringueiras com elevado primitivismo técnico ainda hoje são verificados em diversas colocações. Assim, pode-se intuir que essas condições de vida e de trabalho associadas às enfermidades endêmicas da região foram responsáveis pela debilitação física de milhares de seringueiros.

Este sistema socioeconômico desenvolvido em dependência externa e assentado no mono-extrativismo tinha uma estrutura vulnerável que, aliada à negligência do governo local e nacional na formulação de política econômica para a produção, gerou um cenário que se mostrou incapaz de modificar as condições de crise manifestada a partir de 1910, quando a empresa seringalista sofreu um duro golpe levando arápida decadência ciclo desencadeado no último quarto do século XIX. Nesse ano a borracha brasileira passou a sofrer concorrência dos seringais de cultivo estabelecidos pelos ingleses em imensas áreas na Ásia. As sucessivas baixas de preço do produto levam à falência inúmeros patrões que passam a vender suas propriedades e assim fomentar cada vez mais a concentração fundiária por parte dos seringalistas que conseguiam manter-se em atividade.

As relações de financiamento entre as casas aviadoras de Belém e Manaus e os patrões seringalistas foram reformuladas acarretando um declínio no fluxo de bens industriais para os seringais, o que levou à necessidade de diversificação da produção para manutenção do seringueiro que de trabalhador especializado passava à condição de camponês, já que, embora ainda pagasse “renda” ao patrão, era dono do que plantava ou coletava na mata, e, em muitos casos, podia comercializar sua produção com quem quisesse. Fatheuer (2012, p. 82/83), argumentando sobre a produção paraense permite-nos contextualizar por aproximação sobre a situação acreana, que figurava como a principal região produtora do período. O referido pesquisador afirma que após o declínio da produção, em 1910, ela voltou a crescer e a se estabilizar a partir de 1920. Os números apresentados por Isabel (2001, p. 17) mostram-nos que após o ápice produtivo amazônico de 1912, com 43.000 toneladas, ocorreu um declínio para 39.560 toneladas em 1913. Enquanto a produção

asiática subiu para 47.618 toneladas chegando a 381.860 toneladas em 1919, a produção brasileira contabilizava 34.285 toneladas. A forte pressão do mercado pelo produto e a alta produção oriental derrubaram os preços estagnando a economia gumífera brasileira, porém as vantagens da borracha “Acre Fino” garantiram a permanência da produção acreana ainda que sob desvalorização e com alterações nas relações sociais de produção pelo enfraquecimento dos patrões. O que nos interessa salientar nesse contexto é que o boom extrativo alterou significativamente a paisagem social da região, consolidando uma economia cabocla baseada na extração dos produtos florestais e na agricultura familiar regional com forte direcionamento para a subsistência e uma estrutura de ordenamento público alicerçada em poderes paraestatais de fortes oligarquias tradicionais, latifúndios e atores ilegais.

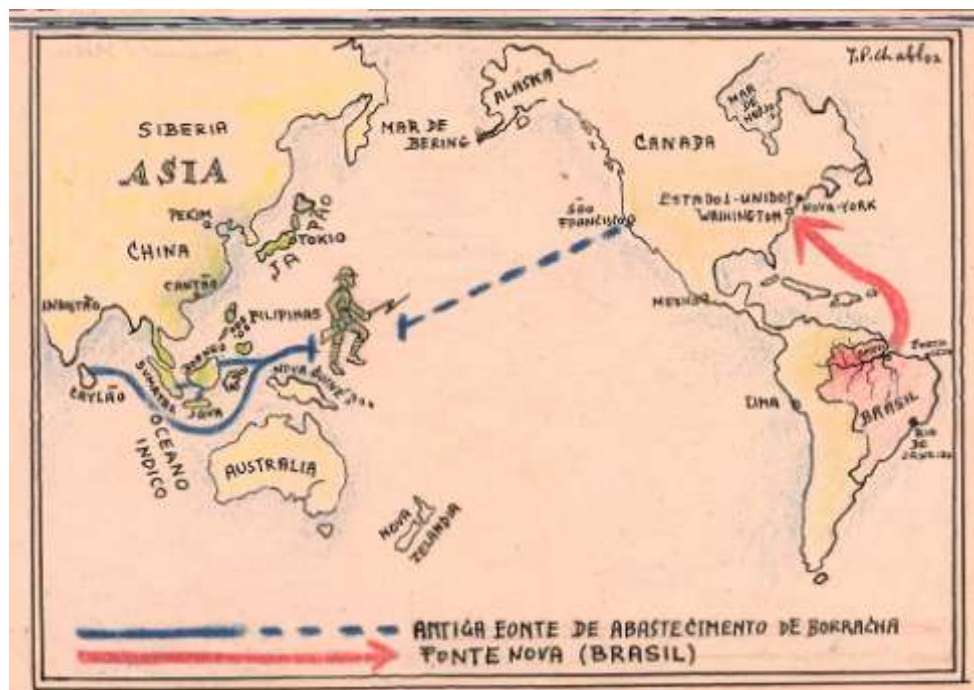
A partir de 1940, parece surgir um novo impulso civilizatório que, negando a estrutura social existente na Amazônia apoiava-se na ideia da região como um vazio demográfico. Nesse período o governo brasileiro lança uma nova política de ocupação, tendo o Estado como seu maior indutor. O presidente Getúlio Vargas, em discurso na cidade de Manaus no mesmo ano apresentamos uma visão desenvolvimentista para a região que é vista como um puro espaço natural, onde a população local e os índios são representados apenas como sendo parte da natureza atrasada que precisava ser dominada:

“Nada nos deterá nessa arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar, dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser afinal um simples capítulo da história da terra, e equiparado aos outros grandes rios irá se tornar um capítulo da história da civilização” [...] “O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica do modo de viver dos ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, fixe-se e estabeleça a família com saúde e com conforto.” (FATHEUER, 2012, p. 80)

Contudo, a eclosão da Segunda Guerra Mundial altera os planos iniciais do governo brasileiro de mudar o perfil sócio-econômico da região, pois o domínio dos japoneses sobre as regiões asiáticas da Malásia, Bornéu e Sumatra, então os maiores produtores de borracha no mundo, acarretou no bloqueio de fornecimento para os países que beligeravam contra o eixo Roma-Berlin-Tóquio e recolocou o semiabandonado mercado Amazônico no centro das atenções externas. O presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt solicitou a formação de uma comissão para estudar a questão dos estoques de matérias primas necessárias ao esforço de guerra e o relatório emitido por essa comissão apontou para uma situação crítica, conforme nos aponta o trecho abaixo:

De todos os materiais críticos e estratégicos, a borracha é aquela cuja falta representa a maior ameaça à segurança de nossa nação e ao êxito da causa aliada (...) Consideramos a situação presente tão perigosa que, se não se tomarem medidas corretivas imediatas, este país entrará em colapso civil e militar. A crueza dos fatos é advertência que não pode ser ignorada. (Comissão Baruch, apud NEVES, 2008, p. 1)

Nesse momento os olhares da nação e de parte do mundo voltam-se novamente para a Amazônia que com seu vasto reservatório natural de seringueiras, poderia suprir as necessidades do momento.



Desenho de Jean Pierre Chabloz.

Porém, o pequeno contingente de trabalhadores seringueiros em atividade era insuficiente para que a meta de produção anual estipulada pelos norte-americanos fosse atingida. Diante desse quadro, iniciam-se as negociações entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos culminando com a assinatura dos acordos de Washington, em março de 1942, que previa um investimento maciço de capital norte-americano na região amazônica e, em contrapartida, o governo brasileiro se encarregaria de recrutar os trabalhadores para a região produtora. Novamente a região amazônica apareceria como espaço geográfico para a resolução de um duplo problema, ou nos dizeres dos jornais do período “*Flagelos interno e externo*”; internamente como garantidora de matérias primas para o esforço internacional de contenção do avanço das potências imperialistas do Eixo nazifascista e, internamente, como solução para o problema social causado pelas secas prolongadas nos anos de 1941 e 1942 que flagelava a vida de milhares de famílias do sertão nordestino, em especial no Estado do Ceará.

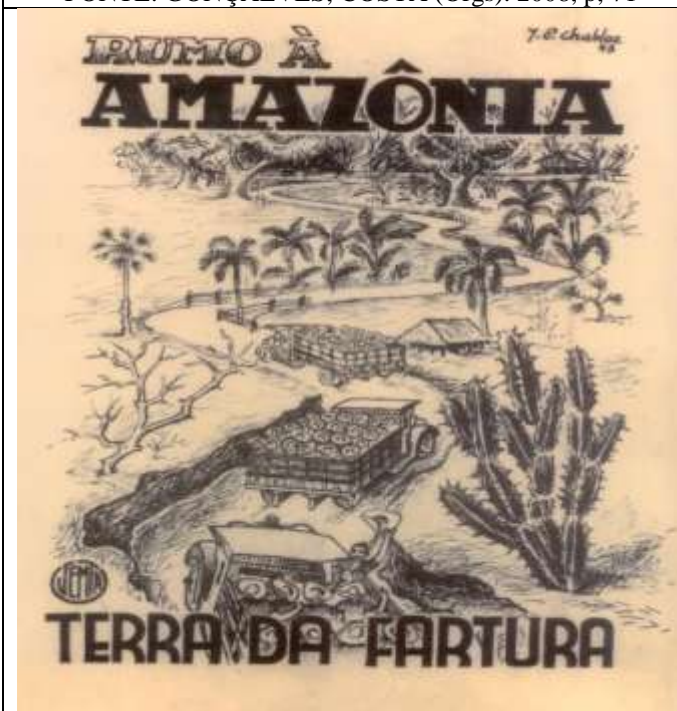
Não obstante, no imaginário do nordestino recrutado existia uma imagem do local de destino não somente como aquela que impregnavam os sonhos dos migrantes do final do século XIX como um lugar “onde tudo dá” ou do velho mito do “*eldorado*” como fonte de riqueza. A imagem da Amazônia elaborada pelos seringueiros traz consigo algo associado à insalubridade de um “inferno verde” com trabalho semelhante a um cativeiro, conforme escrevera Euclides da Cunha para quem “nas paragens exuberantes das Hevéa e Castilhoas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engendrou o mais desacomodado egoísmo” (CUNHA, 2000, apud RIOS 2008, p. 49). Para dissipar resistências e medos, um grande aparato de propaganda foi articulado a fim de recrutar o contingente de trabalhadores, associando por uma retórica de guerra a figura do trabalhador à do soldado em combate, além de valorizar a vida na região amazônica segundo se pode observar nos cartazes da época reproduzidos abaixo.



FONTE: GONÇALVES; COSTA (Orgs). 2008, p, 71



FONTE: GONÇALVES; COSTA (Orgs). 2008, p, 84



FONTE: GONÇALVES; COSTA (Orgs). 2008, p, 128.



FONTE: GONÇALVES; COSTA (Orgs). 2008, p, 99



FONTE: GONÇALVES; COSTA (Orgs). 2008, p. 76.

Com o objetivo de impedir a retomada do sistema de aviamento, o governo norte-americano reativou a empresa *Rubber Development Corporation*, fechada desde o final da Primeira Guerra Mundial, e instalou armazéns na Amazônia para tentar garantir condições sanitárias adequadas aos trabalhadores, além de prover-lhes gêneros de consumo nos seringais. O governo brasileiro criou a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que atuariam em conjunto com a empresa estrangeira para as mesmas finalidades.

Os órgãos encarregados da mobilização seriam o Departamento Nacional de Imigração (DNI) e o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), que no mesmo ano do estabelecimento do acordo conseguiu enviar aproximadamente 15 mil pessoas para a Amazônia, do qual metade estava apta para iniciar a extração do látex (NEVES, 2008, p. 2). Posteriormente esses órgãos fundiram-se na Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) e outras medidas foram tomadas, como o Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP) e o Banco da Borracha que com um papel importante durante a chamada Batalha da Borracha por dispor de exclusividade na comercialização do produto, além de auxiliar financeiramente aqueles que se interessavam em investir na produção gumífera. Dessa forma, a atuação do governo brasileiro sinalizava a tentativa de quebrar a importância da atuação das antigas casas aviadoras tornando mais monetarizada a relação entre seringueiros e seringalistas, contudo, os relatos apontam que os seringueiros não tiveram melhora significativa nas condições de trabalho e na lucratividade dentro do sistema produtivo.

Para arregimentar o trabalhador, o SEMTA ancorava-se num clima de beligerância e num arsenal discursivo com vocabulário peculiar e simbologia própria tentando incutir na população a associação de que o trabalho na Amazônia era um esforço em prol da nação, conforme podemos depreender dos cartazes de divulgação da campanha na época. Porém, nem toda propaganda que buscava seduzir os trabalhadores e manifestada em formatos diversos, que variavam desde “sambas de exaltação” aos famosos cartazes do artista suíço Jean Pierre Chabloz, foram suficientes para arregimentar todo contingente de trabalhadores necessário. Como consequência o recurso utilizado para compensar a dificuldade passou a ser o alistamento compulsório ao “esforço de guerra”, a partir de 1943, e o reforço na retórica de acionamento de solidariedades e comoções patrióticas, bem comona apologia a sanções e penalidades previstas em lei.

Segundo Neves(2008, p.2)

Nos cartazes coloridos os seringueiros apareciam recolhendo baldes de látex que escorria como água de grossas seringueiras. Todo o caminho que levava do sertão nordestino, seco e

amarelo, ao paraíso verde e úmido da Amazônia estava retratado naqueles cartazes repletos de palavras fortes e otimistas. [...] Os cartazes mostravam caminhões carregando toneladas de borracha colhidas com fartura pelos trabalhadores. Eram imagens coletadas por Chablos nas plantações da Firestone na Malásia, sem nenhuma conexão com a realidade que esperava os trabalhadores nos seringais amazônicos. Afinal de contas, o que os flagelados teriam a perder? [...] A muitas famílias do sertão nordestino foram oferecidas somente duas opções: ou seus filhos partiam para os seringais como soldados da borracha ou então deveriam seguir para o front na Europa, para lutar contra os fascistas italianos e alemães. É fácil entender que muitos daqueles jovens preferiram a Amazônia.

Contrariamente à grande divulgação da campanha no nordeste do Brasil, no Acre a imprensa local pouco ou quase nada opinava sobre os eventos de guerra e seus desdobramentos no Brasil. Somente os jornais *O Acre* e *Folha do Acre* abordaram o assunto no período, mas apenas de maneira informativa (ASSMAR, BONIFÁCIO, LIMA, 2007, p.63).

Para os trabalhadores que se dirigiam à Amazônia e em especial ao Acre, a situação continuou ruim, pois apesar de todo esforço dos financiadores americanos em não permitir a repetição dos abusos que caracterizaram o primeiro período de exploração da borracha e a despeito da estrutura montada pelo governo brasileiro, desde o início do traslado para a região verificavam-se problemas. Alimentos abundantes, porém mal preparados nos alojamentos, surtos de epidemias e assistência médica insuficiente em estruturas de acolhimento construídas em locais infestados de malária, febre amarela e icterícia e, por fim, a prevalência de uma relação social de produção típica da fase anterior assentada na força das casas aviadoras e seringalistas que fazendo valer seu poderio secular pouca efetividade conferiam aos contratos assinados que visavam proporcionar alguma segurança para o trabalhador seringueiro (NEVES, 2008, p. 3). Isto pode ser comprovado na fala do senhor Armédio Said Dene, que foi dono de cinco seringais no Acre durante o período, onde firmava que “O patrão controlava a comida, a roupa, o transporte e o remédio. ‘Tudo Ladrão, do calibre de lampião’ (...)”. Para ele, os Soldados da Borracha não mereciam confiança. Ele exercia o comando usando a carabina. “Era nós (os seringalistas) ou eles (os seringueiros)” (ISTO É. Revista Digital. Reportagem: “A Batalha da Borracha”, publicada em 30 de dezembro de 1998 apud LIMA, 2012, p. 107).

O trabalhador que migrou para a Amazônia tinha a promessa de apoio governamental. Com o fim da guerra, aqueles que não morreram foram abandonados à própria sorte e milhares deles não conseguiram retornar para suas regiões de origem, levando-os a ocupar as terras devolutas às margens de rios ou a permanecer nos seringais decadentes cortando seringa e também diversificando seu trabalho com novos produtos extrativistas, como a caça para fornecimento de peles, a retirada de madeiras nobres ou a coleta de castanha e também a produção agrícola de subsistência. Outros migraram para as cidades que ofereciam trabalhos de baixa remuneração. Nas duas situações o drama perdurava, pois a adaptação ao novo modo de vida era difícil, já que na condição de “freguês” de um patrão seringalista, ainda que super explorado, ele tinha a garantia de sua manutenção mínima e de sua família através da compra no barracão utilizando o recurso do fiado, caso estivesse em condições de trabalho. Já na produção agrícola, ele deveria permanecer um tempo em espera sem ter a certeza de ser abastecido por alguém ou, como trabalhador sazonal nas cidades, vivenciava a incerteza de trabalho e remuneração.

É importante salientar que nesse período intensifica-se a presença de atores comerciais que diminuem a importância dos seringalistas como fornecedores de gêneros e compradores da produção no sistema de aviamento. Trata-se dos *marreteiros*, pequenos atravessadores comerciais fornecedores de mercadorias a crédito em troca da produção, “roubando” os fregueses seringueiros de seus patrões seringalistas. Suas características de comércio em menor escala que a dos antigos patrões, devido ao pouco capital que dispunham, fragmentavam as redes comerciais locais debilitando ainda mais o poder dos seringalistas que se mantinham em atividade.

É possível observar tanto nesse período quanto no da decadência do primeiro ciclo de exploração gumífera que nos momentos de retração econômica das exportações uma economia de subsistência expandia devido às situações a que tiveram que se submeter os seringueiros que ficaram levando-os a intensificarem trocas de experiências com o meio florestal para o melhor aproveitamento dos recursos ali existentes, tornando-se com o tempo uma população tradicional apegada ao território, com um ritmo próprio de vida em sincronia com a floresta (WOLFF, 1999 apud LIMA, 2012, p. 111) e transformando-se naquilo que Allegretti (2008, p. 44/45), ao analisar a situação dos trabalhadores do Vale do Acre, classificou como “seringueiros autônomos” uma vez que não pagavam mais renda pelas estradas de seringa e exerciam maior controle sobre sua colocação combinando nelas diversas atividades extrativas e agrícolas.

Em 1946, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada para verificar os atos do governo ditatorial de Getúlio Vargas, dentre eles a situação de penúria que viviam os milhares de soldados da borracha abandonados na Amazônia. A pressão da opinião pública levou o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra a editar o Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, que determinava “a elaboração de um programa de assistência imediata aos trabalhadores encaminhados ao Vale Amazônico, durante a intensificação da produção de borracha, para o esforço de guerra”, porém na prática nada foi feito e os soldados da borracha amargaram relativa invisibilidade em seus pleitos até o fim do regime dos governos militares que vigoraram no Brasil entre 1964 e 1984 (LIMA, 2012,p.112). O abandono da produção e conseqüentemente dos seringueiros foi agravado por inúmeros fatores, dentre eles o modelo de desenvolvimento brasileiro da década de 1950 que intensificando a industrialização demanda a intensificação de aquisição de matérias primas, dentre elas a borracha, que passa a ser importada para atender ao mercado interno e faz o Brasil passar da condição de maior exportador no início do século a importador.

Nesse tempo somente algumas vozes chamaram a atenção para a questão dos soldados da borracha, dentre elas o jornal “*O Varadouro*” no Acre, denunciando a situação dos seringueiros em meio aos conflitos gerados a partir da adoção de uma nova política desenvolvimentista para a região durante a ditadura militar e tematizando sobre o período da segunda grande leva migratória para a região acreana compreendida entre 1942 e 1945:

“Soldado da Borracha” é um símbolo, mas também uma grande empulhação. Símbolo, enquanto merecem respeito milhares de nordestinos que apostaram suas vidas nessa empreitada, acreditando estar prestando um serviço à pátria e à humanidade; e empulhação, enquanto nada do que lhes foi prometido receberam. Somente lucraram e mais uma vez, os nababos seringalista e, em última instância, o capitalismo internacional, arrebatado, a partir dessa época, pelos americanos do Norte. (*O Varadouro*, n. 4. Rio Branco, set.1977)

É justamente nesse período que se começa a gestar uma nova conjuntura que leva os seringueiros e indígenas a protagonizarem uma luta política para fazer valer seus modos de vida e que se tornou um dos marcos históricos da ressignificação da acrianidade pelos governos petistas no Acre, embora eles já figurassem como símbolos identitários do Estado desde o início do século XX.

4.3. A União Política dos Povos da Floresta e a Formação do Símbolo de uma Nova Identidade Regional.

Na história social do Acre, índios e seringueiros, apesar dos intensos trânsitos culturais, estiveram a maior parte de suas existências em posições de rivalidade. Na busca de subordinar a natureza e o trabalho aos interesses do capital, os segundos foram o instrumento de dominação dos

primeiros ao mesmo tempo em que figuraram como grupo dominado e explorado durante os ciclos de coleta que atravessaram o lugar.

Na “reinvenção” da acreanidade promovida pelos governos petistas da Frente Popular do Acre (FPA), a convergência dos interesses entre índios e seringueiros na década de 1980 é um dos elementos centrais mobilizados no processo de atualização da história local a partir de novos símbolos. Segundo Morais (2012, p. 22)

Nas duas primeiras gestões deste governo (1999-2006), autodenominado de “Governo da Floresta”, houve todo um investimento no que diz respeito a (re)significação da identidade acreana. Nesta (re)construção identitária, os eventos históricos foram ressignificados, não para negá-los, mas para introduzir a trajetória de índios e seringueiros como símbolos do “verdadeiro acreano

Isto se deve ao fato de que as forças que assumiram o comando do Estado chegaram ao poder identificados e identificando-se como continuidade das lutas sociais travadas no campo acreano para negação de impulsos desenvolvimentistas que não fossem ancorados na tendência internacional de sustentabilidade socioambiental que, no contexto acreano, contava com uma materialidade de origem estabelecida no papel que as comunidades da floresta lutaram para desempenhar na gestão dos recursos naturais do território que habitavam contra um novo impulso desenvolvimentista capitaneado pelo Estado a partir da emergência dos militares ao governo com o golpe de 1964. Com o avanço dessa nova proposta de modernização é que podemos compreender como seringueiros e índios, que a priori não possuíam unidade identitária, concretamente convergiram constituindo um movimento social a partir das lutas que tiveram que travar para reafirmar sua territorialidade. Nesse sentido é que podemos compreender aquilo que

O historiador marxista inglês E. Thompson alertava ao afirmar que a classe social “é uma relação e não uma coisa” e abrir espaço para questionar o sentido extremamente arraigado de na expressão luta de classes enfatizar-se o lado de *classes* e secundarizar o lado *luta*. Assim desemboca-se, com facilidade, naquilo que, em outro contexto, Pierre Bourdieu chamara de ‘classes no papel’. Confunde-se, com frequência, o modo como os grupos/segmentos/classes sociais se constituem nas e pelas circunstâncias das relações com que concretamente têm que se haver, de um lado, com o processo de conhecimento, de outro. (GONÇALVES, 1999)

A convergência de lutas de indígenas e de seringueiros na década de 1970 foi desencadeada pelos governos militares do Brasil que, a partir de 1964 traçam um plano modernizador para a Amazônia de modo a reorientar o padrão de acúmulo de capitais no país. Para reformular a economia regional amazônica de modo a atrair o interesse de grandes grupos de investidores do centro sul, o governo militar lançou um conjunto de medidas que combinavam incentivos fiscais com um programa de investimentos públicos em obras de infraestrutura, como construção de extensas rodovias, ampliação do sistema de produção de energia elétrica e modernização dos sistemas de comunicação, financiados por organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Além disto, em 1967, foi revogado o monopólio estatal de borracha atingindo diretamente a economia extrativa amazônica, que já vinha sofrendo sucessivas desvalorizações desde 1965 (PAULA, 1991, p. 60). O modelo continha variações em função de particularidades regionais que podem ser exemplificadas com a proposta de implantação de uma área de industrialização em Manaus - AM (Zona Franca) ou com os incentivos à atividade mineradora no Pará com a abertura do subsolo à exploração. Os militares partiam de uma interpretação difundida em períodos anteriores de que a região era marcada por um vazio

demográfico; por isto, caso não fosse definitivamente incorporado à nação e ao mercado nacional, poderia ser alvo de cobiça internacional e/ou palco de ações de “subversão” que ameaçariam a segurança nacional (ALLEGRETTI, 2008, p. 44).

Para o Acre, a “modernização” viria através da pecuária extensiva assentada no latifúndio. Para tanto, o governo federal apoiava-se no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, que transferia dos governos estaduais para o controle da União as terras devolutas situadas nas margens das rodovias federais, numa extensão de cem quilômetros de cada margem. O apoio do legislativo e do executivo acreano manifestou-se na forma de edição de leis e decretos que sinalizavam a intenção de mudança no eixo de desenvolvimento econômico local pelo incentivo à atividade agropecuária e também industrial. A lei estadual nº 51, de 7 de dezembro de 1965, por exemplo, criou o “Fundo de Expansão Agropecuária do Estado do Acre” e posteriormente outra lei, de nº 437, de 4 junho de 1971, alterou-a em diversos pontos importantes como no Art. 2º que aumentou de 60% para 90% o financiamento de investimentos que visassem à promoção do desenvolvimento agropecuário no Estado. A lei nº 316, de 11 de dezembro de 1969, concedeu isenções fiscais para empresas industriais consideradas essenciais ao desenvolvimento econômico do Estado e posteriormente foi regulamentada pelo decreto nº 115, de 7 de maio de 1970 (BASA/CEDOC. 1973). Além dos incentivos fiscais, o governo do Estado do Acre também atuava com uma forte campanha publicitária nos veículos de comunicação do centro-sul do país exaltando a fertilidade, o baixo preço das terras acreanas e a garantia da abertura de um corredor de exportação pelo Pacífico com a implantação da rodovia BR 317. “Acre, a nova Canaã, um nordeste sem seca, um sul sem geadas. Invista no Acre e exporte pelo Pacífico” era o slogan que aparecia nas rádios e em cartazes espalhados em hotéis, aeroportos, rodoviárias e em outros lugares públicos do Centro-sul com vistas a atrair pecuaristas (PAULA, 1991, p. 72, apud MORAIS, 2008, p.110). Mesmo iniciativas posteriores de sustentar a economia gumífera com os programas PROBOR I de 1972, o PROBOR II de 1977 e o PROBOR III de 1982 (via financiamentos a taxas de juros baixas) não foram suficientes para reverter o quadro de tendência de recuo desse segmento e do avanço da pecuária. Dentre os motivos para o fracasso de tais planos, chamou-nos a atenção os elencados por DEAN (1989) que apontam a tendência dos seringalistas em aplicar os recursos captados em outras atividades, o contexto de inflação galopante que dificultavam os negócios e também a baixa capacidade técnica para manutenção da atividade nos níveis de produtividade projetados.

Em Rondônia, apenas uma década de desmatamento em larga escala para a implantação da agropecuária “moderna” foi o suficiente para anunciar aos acreanos da floresta o que o futuro lhes reservava: destruição ambiental, massacre sistemático dos povos indígenas e de suas populações tradicionais. (PAULA, SILVA, 2008, p. 107)

Estimulados por esses incentivos, empresas agropecuárias adquiriram terras de seringalistas que, endividados com o Banco da Amazônia, não opunham resistência ao processo de modernização em curso, realizando transações que ignoravam a população que vivia no interior dessas áreas, embora nos censos do IBGE em Xapuri, pelo menos desde os anos 40, deles figurassem como “ocupantes”, ou seja, “comandam um estabelecimento de produção sem que sejam proprietários da terra e sem estar subordinados a ninguém. Em suma, sem Estado (não pagam impostos) e sem Patrão (são autônomos)” (GONÇALVES, 1999).

Em outros casos, grileiros e especuladores surgiam para tirar proveito da conjuntura de mudança. A estrutura fundiária baseada no latifúndio não era uma novidade no Acre, já que no período anterior a 1970 os 514 imóveis com áreas superiores a 1.000 ha ocupavam 93,59% das terras cadastradas no INCRA (PAULA, 2004, p. 88), mas em pouco tempo grande parte das terras acreanas tinha novos proprietários. O quadro elaborado por Moraes (2008, p. 115) permite-nos visualizar algumas destas transferências.

Quadro 03 - Grandes Propriedades de Terras no Estado do Acre na década de 1970

Município e/ou Seringal	Tamanho (ha)	Proprietários ou Grupos Econômicos
Sena Madureira (um dos casos mais escandalosos de grilagem e especulação de terras no Acre)	1 milhão de ha	Colonizadora Agropecuária de São Paulo-Amazonas-COLOAMA (Pedro Aparecido Dotto, Alcebiades Bernardes e Juvenal Girardelli de Jales-SP)
Sena Madureira – Seringal Vale do Rio Chandless	975.000	Nelson Taveira
Tarauacá - Parte dos seringais dos rios Gregório, Acuraua e Tarauacá	600.000	Companhia Paranaense de Colonização Agropecuária e Industrial do Acre-PARANACRE (Grupo Viação Garcia e outros), seringais adquiridos do ex-senador Altervir Leal
Feijó	510.000	Cia. de Desenvolvimento Novo Oeste do grupo Atlântica Boa Vista
Rio Branco e Sena Madureira (seringais Nova Empresa e Santa Rosa)	440.000	José Maria Junqueira, Ismerindo Ribeiro do Vale, Libero Luchesi e outros.
Feijó	427.000	Fazenda Califórnia (Grupo Atalaia)
Cruzeiro do Sul	350.000	Sartana Empreendimentos Agropastoris
Tarauacá - Parte dos seringais São Vicente, Tocantins, Estrela do Norte e Havre (AC) e Lorena e Atalaia no AM	300.000	Condomínio Tarauacá do grupo Agapito Lemos
Sena Madureira – Seringal Icuriã	187.000	Cooperativa Agropecuária Alto Iaco-COAPAI (IBC do Paraná)
Tarauacá – Seringais Havre (AC), Lorena e Atalaia no AM	160.000	Agronorte (grupo Agapito Lemos), seringais adquiridos do ex-senador Altervir Leal
Tarauacá	114.000	Agropastoris Leal Indústria e Comércio Ltda. Seringais adquiridos do ex-senador Altervir Leal
Tarauacá	63.000	Condomínio Acuraua (Paraguai Pablo)
Tarauacá – seringais Tocantins, Independência e Foz do Acuraua	60.000	Fazenda Morungaba do grupo Agapito Lemos adquiridos do ex-senador Altervir Leal
Tarauacá – Seringal Araripe	37.000	Agropecuária Cinco Estrelas, do grupo Cruzeiro do Sul
Tarauacá	16.000	Fazenda Boa Esperança (José Bento Valias e Pedro Bento Valias)
Total	5.391.000	

Fonte: elaborado a partir dos dados do Jornal Varadouro, maio de 1980a.

Quadro elaborado por Morais (2008)

Num primeiro momento, os compradores de terra utilizaram-nas mais com interesse especulativo do que propriamente na implantação de fazendas extensivas de pecuária.

O baixo preço e a existência de grande quantidade de terras disponíveis tornaram as terras do Acre um investimento extremamente lucrativo aos olhos dos especuladores. Grandes áreas eram compradas e imediatamente retalhadas e revendidas, com lucros astronômicos. A especulação fundiária é facilmente identificada, seja pela exigência de grandes áreas mantidas inexploradas, como reserva de valor, seja pelo grande número de transações, mudança de dono em curto espaço de tempo, que se verificaram na maioria dos casos sobre uma mesma propriedade. (SILVA, 1982, p. 05/06)

Para justificar os incentivos recebidos, os novos proprietários desmatavam áreas, mas também reativavam o sistema de aviação e produção de borracha nas áreas compradas. Já um segundo fluxo de fazendeiros intensificou o processo de desmate para pecuarização. A reação dos seringueiros-posseiros e índios-posseiros variou do abandono da colocação migrando para os seringais da Bolívia, ao abandono da atividade com a migração para as periferias das cidades. Um terceiro grupo passou a resistir às investidas dos “paulistas” (nome genérico dado aos imigrantes do centro sul do país) iniciando uma longa jornada de lutas de resistência pela posse da floresta e houve ainda a incorporação de alguns extrativistas como diaristas ou peões nas fazendas (MORAIS, 2008, p. 112/113). Segundo Allegretti (2008, p. 45), no período que vai até aproximadamente 1975, o único apoio encontrado pelos seringueiros partia da Igreja Católica que, rompendo com uma tradição anterior de apoio às elites locais, acolhia como injusta a situação vivenciada por milhares

de índios e seringueiros atingidos pelas consequências do novo modelo de desenvolvimento. O apoio da Igreja Católica foi fundamental, já que num contexto de predomínio quase absoluto desta religião, sua chancela legitimando as lutas sindicais e o trabalho de organização feito pelas Comunidades Eclesiais de Base foi fundamental para o movimento dos seringueiros e também para a organização dos indígenas.

A partir de 1975, começam a se estruturar os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) por iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a estratégia de defesa dos seringueiros baseou-se na sua qualificação como posseiros para aplicar o Estatuto da Terra que previa a preferência de compra de uma parcela da propriedade, o direito à indenização pelas benfeitorias realizadas na *colocação* ou a legalização da posse. As primeiras iniciativas da CONTAG foram marcadas por ações judiciais instrumentalizadas pelo Estatuto da Terra e pelo Código Civil de 1917, porém logo perceberam que a via judicial era ineficiente dada a morosidade dos processos e a natureza conservadora dos juízes locais. Ao mesmo tempo, essa estratégia de ação acarretava uma série de problemas, primeiramente porque o valor recebido como indenização não permitia aos seringueiros viverem nas cidades, pois sem qualificação para o trabalho urbano eles não encontravam ocupação e consumiam rapidamente o dinheiro recebido. O segundo problema derivava das características da parcela de terra recebida pelos seringueiros, já que os lotes recebidos tinham formato retangular e uma área que variava de 50 a 100 hectares, o que impossibilitava a atividade extrativa que demandava uma superfície florestal entre 300 e 500 hectares devendo obedecer a uma configuração territorial delimitada pelas estradas de seringa e castanhais e não baseada na racionalidade de uma propriedade agrícola tradicional. Finalmente, mas não menos importante, o seringal não era apenas um local de produção de borracha, era também um lugar de produção de subjetividades e, assim, a possibilidade de desterritorialização implicava um problema de ordem sócio-espacial.

nós temos que... dizer a eles (os compradores de terra) que isso é nosso, não é o que eles compraram do seringalista. Então, se este seringalista vendeu essa posse para ele, ele vendeu o movimento que ele tinha. Então ele vendeu esse mundo de terra com todos esses posseiros, ele deve ter vendido os posseiros também e nós não aceitamos que nós somos tão bandidos para ser comprados. (...) Prá nós a terra tem valor porque é a nossa vida. Não pode ser vendida, que nós não vendemos a nossa vida'. (DUARTE, 1987, p. 113, apud GONÇALVES, 1999)

É a partir da intenção de pressionar pela garantia de posse de área dentro das fazendas em instalação que o grupo de seringueiros organizados em torno do STR de Brasília começou a organizar, em 1976, a primeira forma de defesa coletiva da floresta em ações que ficaram conhecidas como *empates*, onde os seringueiros com suas famílias colocavam-se diante dos peões e jagunços para fazer parar a derrubada das árvores. “Naquele momento, o questionamento ao desmatamento não se dava por razões ambientais, mas por motivos sociais e econômicos, na medida em que dependiam para viver de uma floresta que estava sendo derrubada” (ALLEGRETTI, 2008, p. 45).



“Mutirão contra a jagunçada”- Empate na estrada do município de Boca do Acre em 1979. Fotografada pelo ex - seringueiro José Maria Barbosa – Acervo da Comissão Pastoral da Terra.



Empate na região de floresta onde hoje se situa a Resex Chico Mendes que abrange parte do território dos municípios de Xapurí, Rio Branco, Brasiléia e Assis Brasil no Acre. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/22435542@N04/2161395072/>

Quando surgiram os *empates*, os conflitos já estavam acirrados há tempos tanto nas cidades, que recebiam o contingente populacional advindo do processo de desterritorialização dos seringais, quanto no campo, onde os fazendeiros utilizavam técnicas de coerção sobre os seringueiros que iam desde a invasão da posse, obstrução dos acessos e varadouros até os espancamentos e assassinatos. No dia 24 de junho de 1974, Jornal do Brasil publicou uma extensa matéria que relatava essa situação no Estado:

O Acre passou a ser o novo Eldorado, registrando-se uma verdadeira corrida às suas Terras. Seringais foram adquiridos e transformados, aos poucos, em imensos campos de pastagens.

Gente de tipos e hábitos diferentes foram chegando ao Estado, de avião, carro e embarcações, fazendo com que esta capital registrasse, só no ano passado, um movimento de 150 mil pessoas em seus poucos hotéis. Com os investidores sérios surgiram também os grileiros, os aventureiros e, também, os primeiros atritos com os nativos[...] A primeira providência dos compradores dos seringais fora a retirada dos posseiros de suas terras, todos seringueiros que nasceram e se criaram ali. [...] Alguns seringueiros aceitam indenização, embora irrisória, das suas colocações e deixam as terras pacificamente. [...] A grande maioria, porém, se recusou a abandonar o lugar onde viveram seus pais e onde nasceram. Os novos donos da terra, então, passaram a usar processos violentos para expulsá-los, com ajuda de pistoleiros, empregados como capatazes, que começam a promover espancamentos e queima das colocações. [...] Estanislau Siqueira de Souza, um pernambucano de 60 anos que há 30 vive no Acre, foi escorraçado de sua colocação no seringal Belo Jardim. Só teve tempo de apanhar as roupas e fugir para Rio Branco, onde vive de biscates depois de mandar a família para Pernambuco. Maria Cassiana dos Santos, viúva, 90 anos, que há 58 morava no seringal Belo Jardim, também foi expulsa com 09 filhos, 50 netos e 38 bisnetos. [...] Raul Veras, que vivia no seringal Catuaba, deu início ao processo de reação igualmente violenta. Perseguido pelo capataz José Alves Neto, mais conhecido por Valdivino, empregado de João Parassur Borges, Raul pediu garantias ao INCRA e à Secretaria de Segurança Pública em março deste ano. Por três vezes voltou a Rio Branco para pedir garantias. Há duas semanas, segundo depoimento de testemunhas colhidas pela Polícia Federal do Acre, Raul estava trabalhando perto de sua colocação quando surgiu Valdivino, que foi logo atirando. Raul entrincheirou-se atrás de uma seringueira e matou Valdivino com um único tiro. Quando a notícia chegou a Rio Branco, João Parassur, patrão do capataz, disse: - Aqui não tem homem para matar Valdivino. Só acreditou em sua morte depois que viu o cadáver. O crime é comentado discretamente pelo povo – nenhum jornal da cidade noticiou – e é visto como “a primeira conta do rosário de assassinatos”. (SOBRINHO, 2011, p. 70-74)

Em todo esse contexto de violência, chama a atenção o silêncio conivente do jornal semanal “*O Acre*”, editado pelo governo do Estado, e do jornal “*O Rio Branco*”, diário que fazia parte da rede nacional de empresas jornalísticas dos “*Diários Associados*”, de Assis Chateaubriand. Somente em 1976, esse jornal passou a dar tímida cobertura aos acontecimentos, provavelmente em função da necessidade de manter a conta publicitária da máquina estatal que passara às mãos do governador Geraldo Mesquita (SOBRINHO, 2011, p. 74) impondo restrições ao modelo de desenvolvimento em curso, conforme se observa em sua fala:

A borracha, mais do que uma contingência histórica na vida do Acre, é uma realidade econômica insofismável. Seu desempenho, na composição tributária estadual ainda é cerca de 10 vezes superior ao setor agropecuário, como um todo... Os novos povoadores, entretanto, estão se dedicando, principalmente, à pecuária. Tem-se, dessa forma, dois Acre distintos: um avançando e outro recuando. (Varadouro, agosto de 1977)

Até então, um dos poucos canais de expressão dos índios e seringueiros foi o jornal alternativo “*Varadouro*”, editado a partir de 1977, por Elson Martins e Silvio Martinelo, correspondentes no Acre dos jornais Folha de São Paulo e Jornal do Brasil respectivamente. Outro jornal foi o mimeografado “*Nós, irmãos*”, da Prelazia do Acre e Purus que, editado por José Mastrângelo, era nas palavras de Elson Martins um “valente jornalzinho [que] circulava pelas 500 e tantas comunidades eclesiais de base dando o recado para o homem rural permanecer na terra e lutar por seus direitos. Além de rezar e comungar, claro”. (Revista Wilson Pinheiro: 30 anos sem o líder seringueiro. 2010, p. 24).



Imagem das capas de algumas edições da revista Varadouro

Em 1980, o movimento sindical sofreu um duro golpe. No dia 21 de julho daquele ano, Wilson Pinheiro, presidente do STR de Brasiléia, foi assassinado com três tiros disparados numa tocaia que o matou na sede do sindicato. Os seringueiros creditaram o assassinato aos fazendeiros da região e iniciaram uma série de protestos culminando com um ato público no dia 29 de julho. Porém, à altura do protesto, o clima de antagonismo já havia se acirrado quando um grupo de posseiros-seringueiros matou o gerente de uma das fazendas da região dois dias depois do assassinato de Wilson Pinheiro (ANTUNES, 2002, p. 177). A repressão que se abateu na região desarticulou o sindicato local que contava em seus quadros dirigentes com Chico Mendes que,

posteriormente, se tornaria o principal líder do movimento de seringueiros e dos povos da floresta na condução da criação de uma nova proposta de reforma agrária adequada à realidade amazônica através das Reservas Extrativistas.

A biografia de Chico Mendes foi intensamente explorada pelos governos petistas, pois dentre diversos motivos ele figurou como um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Acre, chegando a ser inclusive candidato a vereador e deputado estadual pela sigla. Sua origem de lutas em benefício de seu grupo social antecede sua entrada no movimento sindical. Segundo Allegretti (2008, p, 46), durante sua juventude, Chico Mendes organizou movimentos contra o pagamento da renda pelas estradas de seringa e pela comercialização autônoma da borracha. Já Antunes (2002, p. 175) afirma que

como sabia ler Chico Mendes logo começou a descobrir as formas de espoliação dos seringueiros. Passou a exercer um trabalho isolado na tentativa de garantir a autonomia dos seringueiros. Em um trabalho árduo e quase inútil, Chico Mendes dedicou alguns anos de sua vida até conseguir, em 1975, criar um grupo de alfabetização no qual ensinou a ler e escrever a cerca de 50 pessoas. Pressionado pelas acusações de que estava criando núcleo de agitadores, acabou abandonando o trabalho. Nesse mesmo ano, ouviu falar e depois participou de um curso de sindicalismo que seria realizado por uma comissão da CONTAG em Brasília.

Pela atuação da CONTAG foram criados vários núcleos sindicais no Acre, o primeiro foi no município de Sena Madureira em 1977. Em Xapuri, cidade que se tornaria a referência para o movimento social que se organizava, o sindicato foi fundado em meados de 1977, mas o primeiro presidente acabou sendo destituído em 30 de agosto de 1981 sob a acusação de “negociar com fazendeiros indenizações e pedaços de terra ‘amaciando’ assim a luta” (ANTUNES, p. 178). Nesse período Chico Mendes

atuou também ativamente na política partidária, elegendo-se vereador em 1976 pelo então MDB, partido de oposição ao regime militar. Ao perceber que o MDB “fazia o jogo dos patrões”, assumiu a tarefa de construir o Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre a partir de 1980. Por este partido, concorreu nas eleições de 1982 e de 1986 a uma vaga de deputado na Assembleia Legislativa Estadual. Militante de uma corrente clandestina organizada nos moldes do marxismo-leninismo, que atuava no interior do PT, denominada a partir de 1984 Partido Revolucionário Comunista (PRC), Chico Mendes enfrentou severas perseguições também no interior do PT, tendo sido derrotado nas eleições de 1982 em razão da campanha anticomunista desencadeada contra ele por uma parte da hierarquia e da militância “petista” da Igreja Católica. (PAULA; SILVA, 2008, p. 106)

A militância político-partidária de alguma forma impusera limites à ação sindical de Chico Mendes, conforme se percebe na resposta dada ao jornal Varadouro que o questionara se a atitude dele ir “*quebrar castanha*” significava desencanto com a política

- Não é bem isso. O problema é que, como político, estava sentindo certa dificuldade de entrar em contato com os trabalhadores, com o Sindicato. Além disso, o estatuto do Sindicato não permite que eu, como político, seja sócio. Pensei, então, que voltando a ser trabalhador, teria toda liberdade de agir. Por achar que a tribuna da Câmara não dá solução para o trabalhador e por achar que o político que realmente se compromete com a luta do trabalhador deve estar ao seu lado, decidi, então, ir quebrar castanha para estar ao lado dos seringueiros.

(...) É, não é fácil, porque como seringueiro, a gente fica isolado, mais preso ao trabalho e não pode se movimentar para acompanhar o trabalho em outros seringais. Por isso, inclusive, estou pensando em adquirir uma colônia, que permitiria maior movimentação.

Vou (continuar trabalhando) sim. Trabalhando a gente fica perto do povo e no momento em que houver qualquer problema, a gente também se apresenta como um trabalhador, com as mãos calejadas. (Varadouro n. 18, mar 1980)

Na passagem para a década de 1980, o movimento sindical já organizava outras formas de atuação como a criação de cooperativas e escolas sob seus cuidados para melhorar a condição social de sua base. Em relação ao trabalho educativo desenvolvido pelo movimento dos seringueiros, Pontes(2012, p. 22/23) destaca o Projeto Seringueiro que, propondo a alfabetização de adultos segundo a proposta de Paulo Freire, buscava ampliar o significado e valor da floresta ancorado na realidade vivida pelos seringueiros. Primeiramente contando com recursos de uma organização inglesa denominada OXFAM o projeto passou posteriormente a receber recursos dos governos Estadual e Federal.

No enfrentamento direto, os empates continuavam sendo a principal forma de luta contra os desmate,mas o próprio desenvolvimento da ação sindical levou ao surgimento de divergências quanto aos caminhos para a resolução dos problemas fundiários no Acre. Enquanto o grupo majoritário ligado à CONTAG e liderado por João Maia optou pela ação privilegiando os espaços abertos na esfera institucional inaugurados pelo processo de redemocratização e mudança de governo para realizar a “reforma agrária possível”, a direção do STR de Xapuri e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) optaram por preservar a autonomia sindical e negar os caminhos de negociação baseado no Estatuto da Terra que permitia o avanço do projeto de modernização incorporando a demanda de reforma agrária sob o signo da pequena propriedade via projetos de assentamento tornando o seringueiro um “*colono*”(PAULA. 2008, p. 107/108). Para esse grupo a solução só se daria com o reconhecimento do direito à floresta para manutenção de seu modo de vida extrativista e até que sua viabilidade se tornasse possível o caminho era não abandonar a *colocação*. Foi esse desafio que passou a mobilizar os seringueiros sob a liderança de Chico Mendes, eleito presidente do STR de Xapuri, em 1983.

Na cisão gerada entre o STR/Xapuri com a CONTAG, e importante notar, conforme aponta Allegretti (2008, p. 42), a incidência de um forte componente identitário como elemento unificador/diferenciador definindo sua identidade coletiva num campo de referências próprio permeado pela profissão de “extrativistas” e não pela identidade de classe camponesa.

O modelo de reforma agrária adequada ao modo de vida na floresta só surgiria em outubro de 1985, quando foi realizado em Brasília o I Encontro Nacional dos Seringueiros. A proposta, então inovadora, surgiu inspirada na comparação com as Unidades de Conservação e Reservas Indígenas, pois “perceberam que os índios tinham suas reservas protegidas pelo governo e que eles, que eram *extrativistas*, também mereciam ficar onde sempre viveram, na forma de uma *Reserva Extrativista*”*. (ALLEGRETTI, 2008, p. 46). Na avaliação de Paula (2008, p. 108), a proposta foi possível devido à formidável capacidade de Chico Mendes em fazer conexões entre o geral e o particular, assim como a criação dos diálogos com atores sociais e interlocutores diversos como organizações não governamentais e movimentos ambientalistas. É nessa capacidade que certamente se ampara a nomeação feita por Gonçalves (1999, p. 81) de Chico Mendes como um *intelectual orgânico* no sentido gramsciano, já que não sendo por profissão como padres, jornalistas e advogados tornou-se através de sua fala autorizada e reconhecida por seu grupo social, expressando vontades coletivas de classe e auxiliando na construção de uma contra-hegemonia numa dada correlação de forças.

Ainda como fruto do I Encontro Nacional dos Seringueiros, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), uma entidade que surgiu não com a intenção de ser um sindicato

“paralelo”, mas, segundo Chico Mendes, “para se contrapor ao Conselho Nacional da Borracha, composto por fazendeiros, industriais e nenhum seringueiro” (ANTUNES, 2002, p. 180) e sua importância se configurou, pois permitia aos seringueiros um nível de atuação mais amplo que as do marco sindical. Quando se tornou uma entidade jurídica, em meados de 1988, seu estatuto reafirmou sua estrutura de associação civil, já que ele definia que

O Conselho não seria uma organização de massa, não recrutaria “membros”, não emitiria carteirinha, não daria benefícios individuais nem cobraria anuidades. Isso claramente o distinguia de uma organização sindical, o que não o impedia de ser uma organização de apoio aos sindicatos; ademais, afirmava-se como um agente capaz de propor políticas públicas e executá-las na forma de projetos. Não havendo eleições gerais, o órgão era composto por cerca de quarenta conselheiros eleitos por comissões municipais. (ALMEIDA, 2004, p. 44)

Também decidiu-se no encontro de 1985 que o movimento deveria realizar uma aproximação com as lideranças indígenas organizadas desde a década de 1970, quando passaram a contar com aliados importantes como a Organização Não Governamental Comissão Pró-Índio (CPI), o Conselho Missionário Indigenista da Igreja Católica (CIMI) e a FUNAI que os auxiliavam na ampliação da tomada de consciência dos direitos à terra e também incentivavam sua organização, como lembra Forneck

Assim na semana do índio de 1981, na casa do CIMI, situado então à Rua Cel. João Donato, reúnem-se lideranças Kaxinawa do rio Jordão, Humaitá, Envira e Purus, Apurinã do Seruini, Km 45 e Camicuã; Shanenawa do rio Envira; Jarauarae Paumari do baixo Purus. Essa Assembléia foi organizada pelo CIMI e CPI-AC que, apesar da proibição por parte da FUNAI e da Polícia Federal, tiveram a coragem de assumir o evento. O encontro não poderia ser em local público, sob pena de prisão dos organizadores. (FORNECK, 1997, p. 41, apud SOUZA, FALCÃO, SANTANA, 2010, p. 5)

No sentido de apoio à organização indígena, foi também importante a criação de cooperativas para venda de borracha e compra de mercadorias, além de proporcionar a diminuição da dependência do sistema de aviamento, bem como facilitar o “ajuntamento” das famílias nativas que viviam dispersadas pelo interior dos seringais e colônias (MORAIS, 2008, p. 141/142).

No início da década de 1980, o movimento indígena organiza-se com a criação do Núcleo de Cultura Indígena (NCI) e que, em 1986, mudou o nome para União das Nações Indígenas do Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia (UNI/Ac). O eixo central de lutas assentava-se na assunção de um protagonismo na recuperação e garantia de suas terras e para tanto buscavam apoio na sociedade brasileira e na comunidade internacional, além das ações na esfera político-partidária aberta com o processo de abertura política do regime militar (SOUZA, FALCÃO, SANTANA, 2010, p. 6).

A partir de então, a UNI/Ac e o CNS passaram a assumir posições conjuntas junto ao governo federal para regularização das terras indígenas e das reservas extrativistas, além de outras ações de benefícios para índios e seringueiros.

Para os seringueiros, um marco importante foi quando identificaram, em 1986, a necessidade de deslocar a atenção de suas lutas do problema da produção da borracha para o tema da preservação ambiental. Almeida (2004, p. 44) afirma que naquele ano durante uma reunião do CNS em Brasília fez uma exposição para os seringueiros sobre o estado da economia da borracha na qual apontou que a perspectiva de crescimento da produção nacional não estava mais associada à

Amazônia, mas ao planalto paulista e ao Mato Grosso e que a produção amazônica só se manteve até aquele momento através de subsídios que estavam sendo suprimidos. Diante da conjuntura de crise que se abatia sobre os seringueiros, o foco na questão da ecologia pode ser sintetizada na intervenção do sindicalista seringueiro Osmarino Amâncio Rodrigues na mesma reunião:

Eu gosto de perguntar o significado das palavras que não conheço. Ouvi falar em ecologia. O que é ecologia?" Ele sabia onde queria chegar. E continuou depois da resposta: "Se não querem nossa borracha, podemos oferecer esta ecologia. Isto nós sempre fizemos. (ALMEIDA, 200, p. 44)

Ao mobilizar a causa ecológica para sua luta por reforma agrária, os seringueiros inauguraram um campo de convergência entre o desenvolvimento social e a proteção ambiental, pois

É nesse exato momento que o discurso da preservação ambiental torna-se extremamente atrativo no que diz respeito à vinculação com o aspecto político. As demandas étnicas e sociais dos seringueiros, anteriormente postas em pauta pelas lutas dos líderes Wilson Pinheiro, num momento inicial, e Chico Mendes, num segundo momento, agregadas às demandas de igual teor das populações indígenas, até então restritas a uma configuração local, ganham contornos de debates Planetários. (PINHEIRO, 2011, p. 04)

E a solução materializada nas reservas extrativistas levou a um novo modelo de regularização fundiária subordinada à proteção ambiental, pois, segundo Paula (2005), seringueiros e índios passaram a ser considerados modernos porque suas formas de se relacionarem com o meio ambiente passaram a ser mais adequadas para garantir a proteção da cobertura florestal amazônica.

As reservas extrativistas

Foram concebidas como territórios contínuos que não deveriam ser divididos, como ocorria com a reforma agrária convencional, de propriedade da União, para usufruto de comunidades com tradição no uso sustentável dos recursos naturais, por meio de contratos de concessão de uso, condicionados a planos de manejo dos recursos. (ALLEGRETTI, 2008, p.47)

Allegretti (2008, p. 46) chama a atenção ainda que o sucesso da proposta das reservas extrativistas se deu também pela pressão sobre os organismos multilaterais que financiavam as obras de infraestrutura no Acre, o que acabava induzindo ao aumento do desmatamento. Chico Mendes liderou as negociações que incluíram as reservas extrativistas como medida prévia ao asfaltamento da BR 36, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por isto se indispôs com forças políticas locais desencadeando uma intensa campanha na imprensa para desmoralizá-lo acusando-o de se opor ao "progresso" do Estado.

Diante dos avanços do movimento de seringueiros e índios os fazendeiros aglutinaram-se em torno da União Democrática Ruralista (UDR), fundada em 1985 e estabelecendo-se no Acre em 1987. Em Xapuri, os fazendeiros Darli Alves e Alvarino Alves comandavam um grupo de pistoleiros que disseminava o terror para se impor e era facilmente identificado pelos moradores. Para conter a situação, o movimento dos seringueiros conseguiu a expedição de uma ordem de

prisão para os dois fazendeiros por crimes cometidos no Paraná, porém os dois conseguiram escapar, mas juraram matar Chico Mendes (PONTES, 2012, p. 19).

Com o intuito de protegê-lo da escalada da violência no campo, os aliados de Chico Mendes ampliaram a visibilidade do movimento liderado por ele levando-o a receber diversos prêmios de importância nacional e internacional. Todavia, mesmo com proteção policial e alertas constantes sobre a eminência de seu assassinato o seringueiro ambientalista foi morto numa emboscada em sua casa no dia 22 de dezembro de 1988.

A repercussão de sua morte, segundo Alegretti, acelerou o êxito da luta dos seringueiros, já que

Foram as articulações feitas entre 1985 e 1988 que produziram a repercussão internacional do seu assassinato, levando a mídia nacional e a sociedade brasileira a descobrir a existência de um movimento social voltado para a defesa da Amazônia, fato inédito até então no Brasil. Pressões sobre o governo levaram à formalização das Reservas Extrativistas como política pública em janeiro de 1990 e à criação de três áreas em março, inclusive a Reserva Extrativista Chico Mendes, com quase 1 milhão de hectares, nas áreas antes em conflito. (ALEGRETTI, 2008, p. 49),

O enorme impacto causado pela morte de Chico Mendes foi habilmente convertido em força política pelos movimentos ambientalistas e políticos de esquerda no Brasil. Nessa esteira, o Partido dos Trabalhadores, que contava com Chico entre seus filiados, tornou-se um dos herdeiros do enorme capital político que as lutas dos movimentos sociais do campo acreano começavam consolidar.

4.4. A Emergência do Partido dos Trabalhadores no Acre e suas Ligações com os Movimentos Sociais do Campo

Se através de movimentos sociais de base rural índios e seringueiros experimentavam avanços em suas lutas, no campo da atuação político-partidário o principal catalisador de suas lutas se organizou em torno da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre, em março de 1980. PAULA (2005) e MORAIS (2008) apontam que a base social do partido na origem estava ligada ao meio rural, já que a sua organização foi fruto do movimento sindical rural acreano que questionava o modelo de desenvolvimento até então adotado. Na assembleia de sua criação, estiveram presentes os presidentes dos sindicatos rurais de Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri, além do delegado da Contag, João Maia.

MORAIS (2008), analisando a edição do Jornal “O Varadouro” sobre o período reproduziu o seguinte trecho em sua tese de doutoramento:

Companheiros, nós não estamos começando com o partido dos trabalhadores, nós vamos continuar nosso trabalho, pois, há tempo que viemos trabalhando no sindicalismo. Nesse tempo todo, a gente vem enxergando muita coisa errada, mesmo como analfabetos (...) mas não somos cegos. Agora chegou esta oportunidade de criar o PT e nós vamos seguir em frente. Não podemos mais ficar esperando as soluções, as promessas dos políticos, (...) Nós já temos o sindicato, que é nosso órgão de classe: agora precisamos nos unir dentro de um partido que será nosso partido. (Varadouro, maio de 1980b, apud MORAIS, 2008)

Inicialmente, a questão das eleições era encarada como meio de divulgação do programa do partido e não como uma estratégia de conquista de poder. Assim, concatenado nas orientações gerais do partido no plano nacional, o PT acreano

definia o lugar da campanha eleitoral como uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respeito para as lutas sociais. (GADOTTI, PEREIRA, apud FRANÇA, 2006, p. 72)

Nas eleições de 1982, o PT obteve 5,9 % dos votos com Nilson Mourão candidato ao governo do Estado e elegeu um deputado estadual. Em 1986, o percentual de votos no partido diminuiu para 2,3% dos votos, mas manteve-se como terceiro partido mais votado desde as eleições de 1982.

No final da década de 1980, já existia um intenso debate acerca das estratégias de chegada ao socialismo assim como da questão da democracia e o combustível para tais debates eram as crises que atravessavam o socialismo real alemão e soviético, bem como da experiência da candidatura de Luíz Inácio Lula da Silva à presidência da República, em 1989 (FRANÇA, 2006). No caso acreano, essa mudança de estratégia quanto ao papel de participação política no campo institucional se precipita com o pleito municipal de 1988, quando o partido conquistou duas cadeiras na câmara de vereadores de Brasiléia e três na câmara municipal de Xapuri, dois dos mais importantes núcleos do movimento seringueiro, além de eleger Marina Silva como vereadora mais votada em Rio Branco.

O mandato exercido pela vereadora deu muita visibilidade ao Partido dos Trabalhadores, pois foi marcado por uma postura ética e combativa na fiscalização dos atos do Legislativo e do Executivo municipal, bem como na reivindicação da participação popular. Em entrevista a MORAIS (2008), o ex-senador da República Sibá Machado (suplente de Marina Silva) afirmou que com Marina o partido passou a ter “uma presença mais urbana, o rosto urbano do PT ficou mais visível”. Posteriormente, já ocupando o cargo de Senadora da República e lembrando o mandato legislativo, Marina Silva afirmou em entrevista que

A minha ação como vereadora foi marcada pelas denúncias das coisas que eram feitas, ‘interna-corporis’, dentro da Câmara, que todos ficavam calados para o ‘bem da casa’, da ‘corporação’ e eu não queria saber desses esquemas, e também por uma participação ativa na sociedade, nos bairros menos favorecidos. (Eu) era uma vereadora que tinha opinião, que se colocava publicamente e que tentava colocar o projeto político do PT. (FERNANDES, apud MORAIS, 2008, p. 164)

Em grande parte isso permitiu um melhor desempenho dos seus candidatos nas eleições de 1990, quando o partido liderou a coalizão de forças denominada Frente Popular do Acre, com o PCB, PC do B, PDT, PPS, PSB e PV. Nesse momento, o PT acreano, que tinha surgido com uma agenda pautada na luta política pela posse da terra e da floresta em conjunto com o sindicalismo rural, já redirecionava sua agenda estabelecendo a ocupação de cada vez mais espaços institucionais pela via eleitoral como sua prioridade central.

Para chegar ao seu objetivo, o PT é atingido por um pragmatismo político eleitoral que altera o comportamento do partido em seu conteúdo programático em nome de alianças que vão sendo tecidas para ampliar seu espectro de influência, levando à mudança no perfil dos militantes do partido que passaram a originar-se dos segmentos médios urbanos figurando como seus principais quadros dirigentes como os irmãos Jorge e Sebastião Viana que ascendem e consolidam

suas lideranças exatamente no momento da efetivação de um projeto de “ocupação efetiva do poder” e não mais mera luta política ideológica (FRANÇA, 2006; SILVA, 2009). Embora dissertando a respeito de eleições posteriores, Silva (2009, p. 103) lembra que esse pragmatismo político pode ser compreendido com a escolha de Jorge Viana como candidato em detrimento de lideranças como Marina Silva ou Nalhu Gouveia, pois, embora ele não fosse militante histórico, era sem dúvida o que detinha maior capital eleitoral junto à população e isto também foi um fator que permitiu ao partido a agregação de diversas tendências ao seu projeto.

Apesar da vitória do candidato Edmundo Pinto, do Partido Democrático Social (PDS), ao governo do Estado em 1990, a ida do candidato Jorge Viana do PT pela coligação da FPA para o segundo turno alimentou a convicção de que a conquista do poder era possível, já que no primeiro turno das eleições apenas 360 votos separaram os dois candidatos mais votados e no segundo turno a diferença ficou em 12.184 votos, que equivalia a 8,63% dos votos.

Especialmente nessa campanha eleitoral, a FPA valeu-se das recentes lutas no campo acreano em sua propaganda política. Propondo alternativas de desenvolvimento centradas na noção de sustentabilidade pela crítica aos problemas socioambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento adotado no Estado e apelando para o sentimento nativista expresso na questão do “acrianidade”^{1*}, os principais símbolos da história do Acre foram acionados para favorecer a identificação dos eleitores com as propostas da FPA (MORAIS, 2008, p.165).

O hino do Estado que em seus refrões aludem às lutas da virada do século XIX para o XX contra forças estrangeiras de dominação prestava-se a rechaçar as intenções dos pecuaristas forâneos em eleger um de seus representantes ao governo do Estado. A bandeira que ostenta no canto esquerdo uma estrela vermelha como símbolo do sangue derramado dos combatentes da Revolução Acreana era associada à estrela do PT e a seus “mártires” fundadores Wilson Pinheiro e Chico Mendes cujo assassinato ainda se fazia ressentir na região.

Em entrevista a MORAIS, em 2007, Toinho Alves, um dos artífices daquela campanha fez a seguinte avaliação:

Na campanha política de 1990 o hino foi usado, começamos a valorizar a bandeira em oposição ao candidato oposto Branquinho, fazendeiro, paulista e filiado à UDR, a escolha deste símbolo da identidade acreana foi para contrapor á invasão, ao domínio do que vem de fora. Diante disso, Edmundo Pinto viu que era por aí e pegou essa linha também. Branquinho começou com 46% da intenção de voto nas pesquisas, mas acabou não indo nem para o segundo turno. Essa campanha definiu muitas coisas da valorização da nossa identidade, dos movimentos culturais e sociais que desaguaram na política.(MORAIS, 2008, p. 166)

MORAIS (2008, p. 167) afirma ainda que no segundo turno o diferencial da campanha de Edmundo Pinto do PDS da do candidato da FPA, Jorge Viana, foi o realce que aquele fez sobre a falta de experiência administrativa do último. Mas a percepção de que signos e símbolos são poderosos na construção do discurso político foi ali lançada e até hoje ainda se faz sentir no Acre, conforme nos diz Pinheiro (2009A, p. 400)

O hino, recheado de sentimento de orgulho, tem sido repetido à exaustão nos últimos anos. Causam (mas não causavam há cerca de 20 anos) arrepios no corpo e lágrimas nos olhos dos acreanos, em frases como: “Fulge um astro na nossa bandeira / Que foi tinto do sangue de heróis / Adoremos a estrela altaneira / O mais belo e melhor dos faróis”. Tem-se multiplicado as versões desse hino em forma de canção, gravadas pelas mais variadas vozes

^{1*} Acreanidade é o discurso de valorização do passado acreano e um suposto reencontro com a floresta. (MORAIS, 2008, p. 205)

nativas, desde cantores iniciantes até artistas veteranos com vários trabalhos já lançados. E faz sucesso também, principalmente em solenidades, uma versão em forma de imagem desse hino. Ou seja, um filme em que hino e bandeira se misturam na tela com imagens de crianças, seringueiros, índios e animais.

A experiência da eleição anterior permitiu que os ideólogos do PT sistematizassem melhor as temáticas socioambientais e suas relações com as populações tradicionais dando origem a um forte sentimento regionalista que se constituiria no quadro referencial que alimentaria o imaginário social acreano acercade suas possibilidades (GUIMARÃES JR, 2008, p.89). Somado a isto, a trajetória do partido e sua inserção nos movimentos sociais do campo acreano permitiu que a legenda se apresentasse como porta voz e continuadora da tradição de lutas dos povos tradicionais da floresta que buscavam afirmação de sua identidade. Para isto, a tarefa da militância era “pegar a bandeira do Acre na mão, o hino, a história que o Chico Mendes tinha – junto com outras pessoas – deixado pra nós, e levar aquilo para frente” (Jorge Viana em entrevista a Élson Martins e publicada no jornal *Página 20*, em 16/12/2006 apud MORAIS, 2008, p. 166).

Nas eleições municipais de 1992, PT saiu vitorioso em Rio Branco e imprimiu uma gestão inovadora, com iniciativas de longo alcance para a população, como os Programas Habitar Brasil e Saúde na Escola, diversas iniciativas culturais e aumento da arrecadação tributária na ordem de 365%, o que viabilizou a administração municipal que não gozava de prestígio junto ao governo estadual. Também regularizou a folha de pagamento e a vida funcional dos servidores e não se envolveu em escândalos de corrupção tão frequentes na história política do Acre (FRANÇA, 2006, p. 79). Na política ambiental, implementou os *polos agroflorestais**. Sobre esse último, vale lembrar Guimarães Junior (2008, p. 87) que afirmou que os mesmos foram lançados em 1986 durante o governo de Flaviano Melo do PMDB, do qual Jorge Viana fazia parte como diretor da Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC). O comando da prefeitura de Rio Branco permitiu que os membros do PT se desvinculassem das investidas dos partidos tradicionais na política acreana que o acusavam de inexperiência em cargos executivos.

França (2006, p. 79) recorda ainda que nesse período boa parte da imprensa acreana estava atrelada ao governo estadual, mas Nascimento (2012, p. 138/139), em trabalho sobre os jornais impressos acreanos, aponta que os rompimentos internos no PMDB e no PPB/PPR suspenderam ou enfraqueceram o trabalho ideológico dos jornais diários *O Rio Branco*, *A Gazeta* e *A Tribuna* e deram margem para maior penetrabilidade do jornal *Página 20*, que surgira como semanário, em março de 1995, era ligado ao PT, pois dentre seus colaboradores ocasionais figuravam quadros do PT e do PCdoB como Nilson Mourão, Aníbal Diniz, Toinho Alves, Altino Machado, Marcos Afonso e, posteriormente, quando a FPA assumiu o governo do Estado vários de seus jornalistas tornaram-se assessores de imprensa de órgãos estatais do Acre.

Nas eleições de 1994, a FPA lança como candidatos aos cargos majoritários Sebastião Viana, militante do Partido dos Trabalhadores e irmão do prefeito de Rio Branco, Jorge Viana, e a deputada estadual Marina Silva ao Senado, eleita prometendo dar voz aos *povos da floresta* e aos ambientalistas, o que conferiu ao partido grande notoriedade por abrigar em seus quadros a primeira seringueira a ocupar uma cadeira no Senado da República. Tião Viana não chegou a ir para o segundo turno, o eleito foi o ex-seringalista, latifundiário, pecuarista e controlador do transporte hidroviário de Cruzeiro do Sul, Orleir Cameli, do pequeno PPR. Sua campanha baseou-se na promessa de asfaltar a BR 364 e tirar diversos municípios do isolamento que viviam durante a maior parte do ano. Essa derrota foi vista pelo PT não somente como um avanço político dos ruralistas, mas também de suas representações de mundo sobre o imaginário social acreano, e para isto era necessário reforçar a luta em torno dos significados simbólicos da floresta de modo a distinguir os dois projetos de sociedade. Sobre isso, assim se manifestou Antônio Alves, responsável pela análise da conjuntura sócio política do Acre pelo PT:

Aqui é necessária uma explicação: ao caracterizar o projeto adversário como sendo da UDR e pecuário-madeireiro, ao mesmo tempo em que caracterizo o nosso como agroextrativista, não estou querendo fazer nenhuma redução economicista. (...) Devemos ter sempre em mente que cada um desses projetos provoca mudanças culturais, ou seja, modifica estilos de vida, hábitos, visões de mundo, destinos. Nossa história mostra que as mudanças socioeconômica dos últimos 25 anos apoiaram e foram apoiadas em mudanças culturais. O poder da televisão é visível. Existe uma ética e uma estética próprias em cada um desses projetos. Em resumo, a batalha não é apenas econômica ou política. A formação da consciência e do inconsciente popular é, na verdade, o terreno onde ela acontece. [...] Nosso objetivo geral deve ser a criação de uma mentalidade coletiva favorável ao nosso projeto. Não uso a palavra “cidadania” porque, como o nome mesmo diz, é coisa da gente da cidade. Cidadania é um objetivo restrito, no nosso caso. Ele depende de direitos garantidos pelo arcabouço institucional e é, portanto, apenas uma parte de nosso projeto. Nosso trabalho deve visar uma mudança na ética e na linguagem, ou seja, nos elementos centrais do padrão civilizatório [...] Devemos ter um manejo adequado dos símbolos da democracia e da conservação ambiental, para fugir da armadilha que é a falsa oposição entre progresso e floresta, na qual temos frequentemente caído. (ALVES, 2004, apud GUIMARÃES JR. 2008, p. 92/93)

Nessa passagem é possível notar o reforço da tentativa surgida logo após as eleições de 1990 de fixar novos significados para a coletividade pelo domínio da linguagem a fim de legitimar um projeto que concilie conservação e geração de riqueza. Essa fixação se dar-se-á posteriormente com o conceito de *Florestania* (GUIMARÃES JR. 2008, p. 93).

Em 1996, o PT conquista as prefeituras de Manoel Urbano, Tarauacá e Xapuri, sendo que nessa última o eleito foi o seringueiro Júlio Barbosa. Entretanto, apesar de pesquisas indicarem boa avaliação do governo de Jorge Viana à frente da prefeitura da capital, o candidato da Frente Popular do Acre, Marcos Afonso, não conseguiu se eleger, perdendo o pleito para Mauri Sergio do PMDB. Dentre os motivos que foram apontados para a derrota estavam a suspeita de fraude eleitoral com compra de votos por parte do PMDB e questões de divergência internas na FPA levando o PC do B a lançar candidatura própria com críticas incisivas ao PT.

Guimarães Jr (2008, p. 94) indica que nessas eleições já havia uma percepção clara da importância dos meios de comunicação nos processos de construção e socialização dos significados sociopolíticos próprios ao inserir em sua dissertação um trecho de texto de Antônio Alves que aponta para isto:

Entre as coisas importantes que devem ser organizadas urgentemente: o escritório local da senadora, um instituto de estudos e pesquisas e uma central de comunicações. Essas estruturas serão instâncias de coordenação, referências centrais para as outras instâncias e geradoras de informação pública. (...) Podemos pensar num tabloide semanal, com noticiário geral, mas voltado principalmente para a política e com uma linha editorial fortemente opinativa. Potencial? Em 1977 o *Varadouro* chegou a vender 5 mil exemplares. Um programa semanal de televisão será necessário para veicular nossa estética, paisagem, valores, música. Qualquer 5% de audiência representa hoje um público que nenhum comício pode reunir. Um programa de rádio poderia falar para o interior e a periferia da capital, alcançando um público do qual temos estado distantes. (ALVES, 2004, apud GUIMARÃES JR. 2008, p. 94)

Mesmo com o aprofundamento das formas de comunicação midiáticas que permitissem maior identificação do projeto de seu grupo, o PT sai enfraquecido pela derrota eleitoral na capital. A partir daí seus membros retomam o trabalho de base e organizam viagens pelo interior do Estado

para articular-se mais fortemente com a sociedade local visando às eleições para governo do Estado, em 1998, já que uma das lições tiradas nas eleições anteriores era a de que em certas regiões do Estado o discurso socioambiental com forte apelo ao sentimento nativista não tinha tanta receptividade; outras questões, como a do constante isolamento geográfico explorada pelo candidato adversário na campanha anterior, eram mais imediatas na percepção popular para a melhoria da qualidade de vida (GUIMARÃES JR, 2008, p. 96). Nessas viagens

Jorge Viana reunia-se com os mais variados setores da sociedade, em todos os locais do Estado. Uma equipe de trabalho anotava os resultados da conversa e uma equipe menor, a partir destas anotações, formulou algumas ideias básicas, o embrião do que viria a ser a proposta de políticas públicas do Governo. Formou-se uma equipe que, junto com Jorge, visitou todo o interior do Acre, apresentando estas propostas, discutindo sugestões, recebendo propostas e documentos. Pediu-se sugestões a estudiosos sobre a questão ambiental e amazônica. Desta coletânea de informações, documentos e entrevistas, se gerou um documento preliminar, que foi submetido ao Conselho Político da Frente Popular, resultando no Plano de Governo de Jorge Viana. O eixo central era o desenvolvimento sustentável, o uso de recursos naturais de forma racional e inteligente, voltado para o extrativismo. (SANTANA JR, 2004, p. 256 apud SILVA 2011, p. 297)

Isso indica que, apesar da mudança do perfil da base social do Partido dos Trabalhadores ter se modificado com a ascensão a cargos eletivos, o fato não significou uma ruptura com suas bases sociais originais, pois o partido ainda continuava disputando hegemonia dos movimentos sociais e sindicais com o PC do B (FRANÇA, 2006, p. 81). Porém, a emergência da via institucional de exercício de poder através das eleições ampliou a necessidade da prática de campanha e a tentativa de estreitar os laços de um possível futuro governo com representantes potenciais de diversos interesses. Com isso o preço pago foi uma espécie de “subtração ideológica” que deslocou a posição do partido de suas vertentes de “esquerda” mais para o “centro”, embora suas lideranças neguem esse deslocamento (SILVA, 2009, p. 97).

O processo de integração de interesses aparentemente irreconciliáveis, como o existente entre os segmentos sociais de indígenas e seringueiros contra o segmento madeireiro-fazendeiro impôs um esforço de articulação política de modo a superar as fissuras históricas que permitissem a convivência de visões de sociedade antagônicas num mesmo projeto de sociedade (SILVA, 2011, p. 298).

a ativação discursiva do componente ambiental foi o fundamento primordial do projeto do Governo da Floresta que cumpriu o papel de fazer a articulação dos interesses no Acre com a intenção de solucionar os problemas de ordem econômica e social, pois como assegurava o refrão do seu slogan de campanha, somente desse modo, “a vida vai melhorar”. Essa promessa de sustentabilidade ambiental, de contenção dos desmatamentos e dinamização do extrativismo florestal, por sua vez, vinha ancorada na valorização das práticas culturais dos povos da floresta, dos interesses dos índios e seringueiros. Essa ideia-força da questão ambiental foi, portanto, utilizada como liame para unir os interesses, os mais dissidentes no contexto local, [...] além de definir-se pela viscosidade que a temática ambiental havia despertado nacional e internacionalmente. (SILVA, 2011, p. 299)

Para Pinheiro (2011, p. 04), a grande descoberta do PT e da Frente Popular do Acre foi a transformação da incapacidade do poder público de então em administrar a questão do

desenvolvimento, associada à luta de índios e seringueiros para a preservação da floresta em capital político através do discurso ambiental.

Foi ainda das demandas de inclusão das especificidades de povos tradicionais como índios e seringueiros num novo projeto de sociedade e da necessidade de fixar novos significados para a coletividade pelo domínio da linguagem que surgiu o termo *Florestania*, ainda no tempo do comando da prefeitura de Rio Branco pelo PT. O neologismo junta as palavras floresta e cidadania num mesmo vocábulo para especificar que, diante das circunstâncias naturais e sociais do Acre, a ideia da cidadania deveria ser diferente:

Florestania, de acordo com os seus ideólogos, todos militantes do Partido dos Trabalhadores, foi uma forma encontrada para massificar uma ideia de um governo voltado para a exploração sustentável dos recursos florestais, bem como de proporcionar bem-estar às pessoas que nasceram, cresceram e vivem até hoje no meio da floresta, usando os benefícios desta para sobreviver. Uma espécie de pacto natural, baseado no equilíbrio das ações e relações entre homens e ambiente. (PINHEIRO, 2009B, p. 03/04)

O conjunto de referências e valores vinculados ao discurso de *Florestania* propunha um reencontro com um sentimento de identificação supostamente perdido pelo povo acreano de modo geral. Para isso, os povos tradicionais do Acre, que do ponto de vista histórico foram praticamente descartados da modelagem de sociabilidade local, seriam agora os portadores das referências que integrariam regionalmente a identidade acreana. Segundo o jornalista e militante petista Elson Martins, a *Florestania* seria uma expressão que pretendia ampliar as esperanças de construção de uma sociedade original que juntasse as sabedorias tecnológicas e acadêmicas com a vivência dos povos da floresta para esculpir o homem *Florestino* (GUIMARÃES JR, 2008, p. 124). Ao chegar ao poder do Estado, o governo petista empreenderia forte campanha publicitária de difusão desses valores.

Nascido no seio dos movimentos populares, o Partido dos Trabalhadores teve suas primeiras campanhas marcada pela inflexibilidade ideológica e a radicalização (SILVA, 2011, p. 99), mas as transformações ocorridas durante a década de 1990 em direção à luta política institucional permitiram que a legenda colocasse seu projeto de desenvolvimento sustentável em prática novamente lançando, em 1998, Jorge Viana como candidato ao governo do Estado e Tião Viana para o Senado na coligação da FPA, agora composta por doze partidos (PT, PT do B, PSDB, PCdo B, PPS, PSB, PL, PDT, PMN, PSL, PTB e PV).

Numa coligação tão ampla como essa, inúmeras diferenças tiveram que ser superadas. A mais evidente era, segundo França (2006, p. 85), em relação ao PSDB, pois embora os dois partidos já tivessem experimentado uma coligação em 1992 na disputa pela prefeitura de Rio Branco com Jorge Viana do PT para prefeito e Regina Lino do PSDB para vice, no cenário nacional de 1998 o PT mantinha oposição cerrada ao presidente Fernando Henrique Cardoso do PSDB que concorria à reeleição contra Luís Inácio Lula da Silva do PT. O mesmo autor indica que a diferença foi superada porque naquele momento existiam pontos em comum que podiam ser articulados para resguardar as posições divergentes mais avançadas. Francisco Afonso Nepomuceno (Carioca), um dos principais assessores de Jorge Viana, fez a seguinte leitura desse momento:

Se a aliança fosse restrita a PC do B, PV, PSB e PDT, aliados de outros embates eleitorais, não se ganharia a eleição. [...] A necessidade de uma aliança mais ampla se justificava pela necessidade de um exército de candidatos proporcionais (deputados) fazendo campanha para o candidato a governador, já que a direita sempre teve um número maior de candidatos. Outro aspecto era a possibilidade de um tempo maior de propaganda na televisão. (SILVA, 2011, p. 100)

Também para que tivesse sucesso na subordinação dos interesses antagônicos ao projeto de governo da FPA, contribuiu a conjuntura de desolação política e econômica que desgastava a todo instante as forças tradicionais do Acre e impunham grande dificuldade para partidos como o PMDB e o PFL se manterem no poder. Assim como os governos anteriores, a gestão de Orleir Cameli (PPR/PFL), que derrotara a Frente Popular em 1994, era constantemente envolvida em escândalos e a imagem que o Estado projetava no cenário nacional era de desmando, ilicitudes e violência. Dessa forma, um desejo popular de mudança, de combate ao crime organizado e de ética pública fez com que todos se juntassem sem perceber as profundas diferenças que mantinham entre si (MORAIS, 2008; SILVA, 2011), coincidindo com a emergência da luta dos povos da floresta pela projeção dada pela mídia nacional ao assassinato de Chico Mendes e da criação das Reservas Extrativistas pelo governo federal, já que o executivo estadual e suas lideranças tradicionais não conseguiam dar respostas satisfatórias à questão socioambiental introduzida na pauta política do Estado pelos movimentos sociais do campo, ONG's e sindicatos.

Para Silva (2011, p. 104), a “oportunidade histórica” de mudança política que permitiu a emergência de segmentos sociais originados nas lutas do campo expôs ainda outra particularidade da política acreana, pois, se por um lado existiam lideranças tradicionais que não conseguiam mais sustentar-se no poder, a oposição que propunha a renovação era composta por um mosaico de tendências partidárias onde figuravam personagens umbilicalmente ligados aos movimentos sociais, como Marina Silva e Nalhu Gouveia, e por outro lado era liderada por nomes como Jorge Viana e Tião Viana que pertenciam a uma linhagem familiar de políticos de tendência conservadora, já que eram filhos de Wildy Viana, deputado federal eleito pelo PDS, em 1982, e sobrinhos de Joaquim Falcão de Macedo, deputado federal pela ARENA e governador do Acre indicado pelo presidente Ernesto Geisel, em 1978. É plausível supor que esta dupla posição de identidade da FPA permitisse o recrutamento ideológico de eleitores de acordo com as *posições de sujeitos particulares* mais convenientes para seu auto reconhecimento nos candidatos.

A campanha da FPA centrou-se na divulgação da necessidade de redirecionar o desenvolvimento do Estado através de um projeto que se mostrasse sustentável em virtude das características culturais e naturais do Acre. Para tanto centrou-se na valorização de traços locais como referenciais para a construção de uma identidade unificadora das visíveis diferenças que se manifestavam na região. Conforme afirmado anteriormente, os símbolos, a história e a natureza foram habilmente articulados na ideia de *Florestania* para produzir identificação e legitimar o projeto de governo que tinha na floresta, nos índios e nos seringueiros suas referências discursivas.

De outro lado, o PMDB lançou o ex-deputado federal, Chicão Brígido, que renunciara em função da suspeita de venda de voto na emenda constitucional que permitiria a reeleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República. O PFL apresentou o pecuarista e Secretário de Educação do governo de Orleir Cameli (1995-1998), Alécio Dias. A vitória da Frente Popular do Acre foi incontestável, com Jorge Viana sendo eleito no primeiro turno com 112.889 votos contra 51.453 de Alécio Dias e 28.767 votos de Chicão Brígido. A FPA também conquistou 12 das 24 cadeiras na Assembléia Legislativa, além de eleger Tião Viana para o Senado, que já contava com Marina Silva como uma das representantes do Acre.

Discursivamente, o “novo momento” é significado como a afirmação política da identidade simbolizada na figura das populações tradicionais: índios, seringueiros, ribeirinhos, colonos, ao mesmo tempo em que se propunha a restituir às camadas urbanas um certo orgulho de pertencimento à história do lugar.

O discurso da Florestania, a partir desse momento tornado oficial, se instala sobre uma espécie de vazio identitário, um sentimento de rejeição que parece ter atravessado o século. (GUIMARÃES JR, 2008, p. 98)

Este discurso estrutura-se a partir de uma construção criteriosa de elementos que reordenará a história e a memória regional, resgatando personagens de um passado já consagrado pela historiografia, como Luiz Galvez, Plácido de Castro, Barão do Rio Branco, Guiomar Santos, e também ativando outros personagens individuais das recentes lutas no campo como Chico Mendes, além de entidades coletivas como na questão dos índios.

Nesse reordenamento cultural, ocorre uma inversão, uma vez que seringueiros e índios, antes associados a referências negativas, agora passam a ser exaltados como “modernos” em função de sua defesa da floresta acreana antes mesmo que o discurso ambiental tivesse ganhado o centro dos debates naquela região (GUIMARÃES, 2008, p. 113).

Para tanto, uma série de ações é posta em circulação para que determinados eventos, personagens e símbolos sejam “sacralizados” e passem a compor a memória de uma suposta unidade identitária.

5. AÇÕES E PROPAGANDAS PARA UMA NOVA IDENTIDADE

Ao conquistar o governo do Estado, a FPA formulou diversas políticas públicas para que o modelo de desenvolvimento sustentável se materializasse. Uma delas foi a criação de uma comissão de oito câmaras setoriais para estudos de implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ZEE/AC), que passaria a ser o instrumento de ordenamento territorial do Estado, e o envio para a Assembléia Legislativa de um projeto de lei chamado “Chico Mendes” que previa o pagamento de subsídio para a extração da borracha diretamente ao seringueiro por meio de suas associações e cooperativas para aumentar o ganho do homem da floresta e permitir o aumento da circulação de mercadorias e, conseqüentemente a ampliação da arrecadação de ICMS pela ampliação do consumo (SANT’ANA JÚNIOR, 2003, p. 5).

Especificamente no campo da comunicação, uma das primeiras ações de vinculação dos símbolos da floresta ao projeto de governo foi a adoção do slogan “*Governo da Floresta*” e a adoção de uma castanheira estilizada num fundo amarelo como logomarca do governo.



Diversos sítios históricos urbanos e de grande valor cultural para o processo de referenciação identitária posto em marcha passaram por reforma. Para citar alguns, em Rio Branco, a praça Povos da Floresta, que anteriormente recebia a denominação de Praça Eurico Gaspar Dutra, localizada ao centro dos poderes executivo e legislativo do Estado, passou por ampla remodelação. O Palácio Rio Branco foi reformado e se transformou num museu de memória dos movimentos sociais de seringueiros e indígenas do Acre. No 2º distrito, a área onde a cidade se originou e também se travaram algumas batalhas da Revolução Acreana, a fachada do casario foi reformada e um *Memorial aos Combatentes da Revolução Acreana* foi erguido, além de reformado o passeio público denominado *Calçada da Gameleira* que margeia o lado direito do Rio Acre. O *Parque da Maternidade*, obra de urbanização do entorno de um igarapé que corta a parte central do município e que fora idealizada na gestão do governador Edmundo Pinto, foi concluída em 2002 e passou a abrigar diversos equipamentos públicos como a *Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva* e a *Casa dos Povos da Floresta*, um espaço destinado à memória das populações tradicionais da floresta. Nesse parque e em outros pontos do Estado é possível observar também a presença de diversos símbolos indígenas, como o estilo arquitetônico dos equipamentos públicos e o uso indiscriminado dos *Kenês* (quadro de imagens 1), que assim utilizados têm favorecido a perda da sua identificação como elemento de cultura indígena específica e passados a serem associados ao repertório do poder oficial (SANTANA, 2013, p. 57).



Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva no Parque da Maternidade em Rio Branco/AC.



Casa dos Povos da Floresta no Parque da Maternidade em Rio Branco/AC



Kenês ornamentando os gradis da ponte sobre o canal do igarapé da maternidade em Rio Branco/AC



Kenês ornamentando os gradis do quiosque no Parque da Maternidade em Rio Branco/AC.



Kenês no detalhe do piso da “Praça da Revolução” em Rio Branco/AC.



Detalhe dos *Kenês* ornamentando o poste de sinalização da ciclovia e na iluminação verde reforçando representação da floresta no ambiente urbano da via Chico Mendes em Rio Branco/AC.



Central de Serviços Públicos “OCA” em Rio Branco/AC.



Detalhe arquitetônico de inspiração indígena do aeroporto do município de Cruzeiro do Sul/AC.

A cidade de Xapuri é alçada à condição de centro da “resistência” acreana ante a investida dos forasteiros e passou por um processo de patrimonialização material e imaterial para evocar a memória histórica da luta de seringueiros. O tombamento da casa onde viveu Chico Mendes, a criação do *Centro de Memória de Chico Mendes*, a criação do *Museu dos Xapurys* para abrigar peças e fotografias do início do século XX quando a cidade foi um importante centro produtor de borracha, a construção do *Painel dos Mártires* em homenagem aos homens e mulheres que lutaram contra a devastação da floresta e a revitalização da fachada do casario histórico da Rua 6 de Agosto (data em que se comemora a Revolução Acreana) à margem do rio Acre são importantes ações que pretenderam celebrar pela memória os feitos de uma determinada coletividade.



Casa de Chico Mendes em Xapuri/AC, ao centro na cor azul.



Fachada do Museu do Xapury em Xapuri/AC.



Painel dos Mártires em Xapuri/AC



Fachada do casario histórico da rua 6 de Agosto em Xapuri/AC.

Além de praças e monumentos que foram construídos, é perceptível a intenção de valorizar índios, seringueiros e a floresta pela denominação das estradas, pontes que foram construídas, assim como algumas avenidas e logradouros que passaram por reformas para funcionar como espaços de e da memória, bem como locais de referência para a construção identitária projetada.



Estrada que liga o Município de Xapuri/AC à BR 317.



Rodovia AC 40, em trecho urbano, reformada em 2003 e rebatizada de "Via Chico Mendes" em Rio Branco/AC.



Anel viário de Rio Branco/AC inaugurado em 2006 e batizado de "Via Verde"



Ponte Binacional Brasil/Bolívia, no município de Brasília/AC, inaugurada em 2006 e batizada de "Ponte

	<p style="text-align: center;">Wilson Pinheiro”.</p> 
<p style="text-align: center;">Estádio Arena da Floresta construído em 2006 na cidade de Rio Branco/AC.</p>	<p style="text-align: center;">Detalhe da escultura de Chico Mendes com seu filho Sandino na Praça “Povos da Floresta” em Rio Branco/AC.</p>

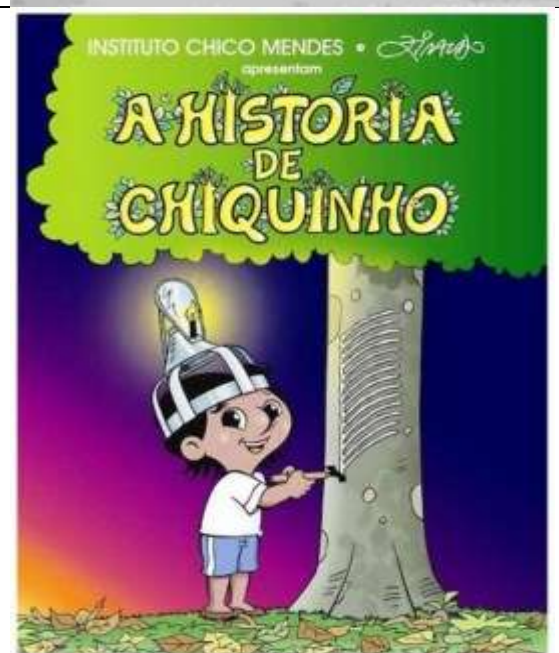
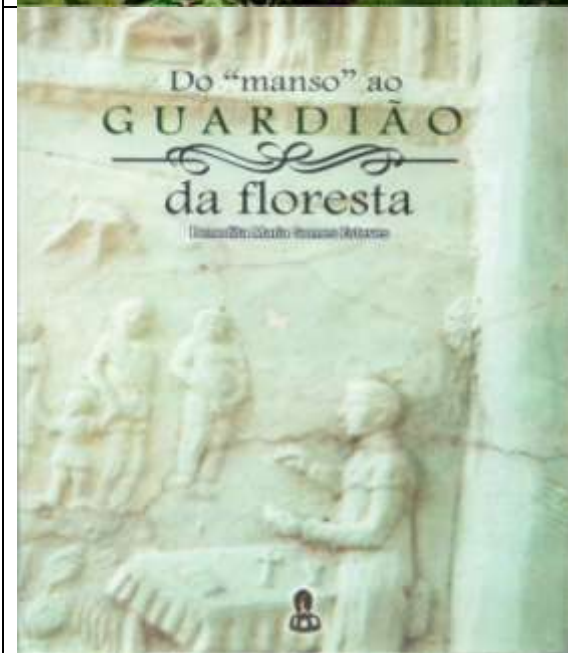
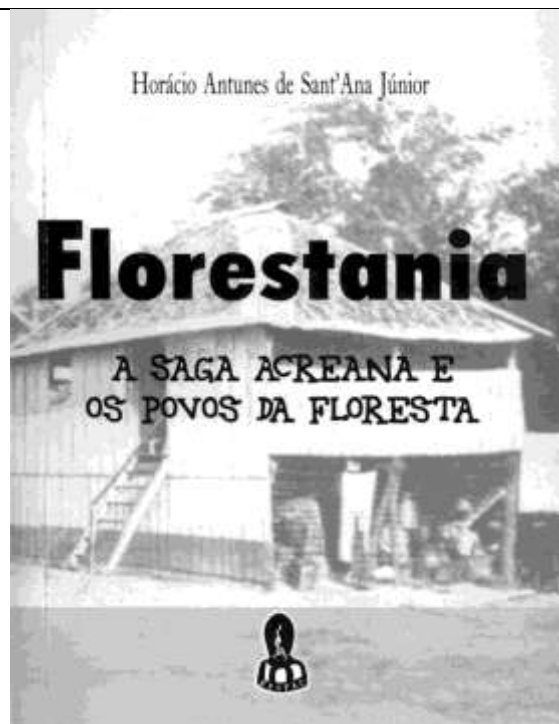
No campo das artes, ocorreu um estímulo à produção que remetesse ao propósito ufanista do governo. Logo no primeiro ano do governo petista, foi criada a Lei de Incentivo à Cultura objetivando apoiar projetos vinculados ao patrimônio cultural e artístico do Estado do Acre (Lei 1.288 de 05/07/1999). Uma forma de viabilizar as produções na área se dá pelos editais da Fundação Estadual de Cultura Elias Mansour como o do “Premio Chico Mendes de Florestania”, que agracia personalidades, pesquisadores, ativistas e artistas que com suas produções “defendem a floresta”. Dentre os premiados estão artistas locais e personalidades, além de artistas de projeção nacional. Dos primeiros, citamos a banda de rock “Los Porongas” (edição 2005) que

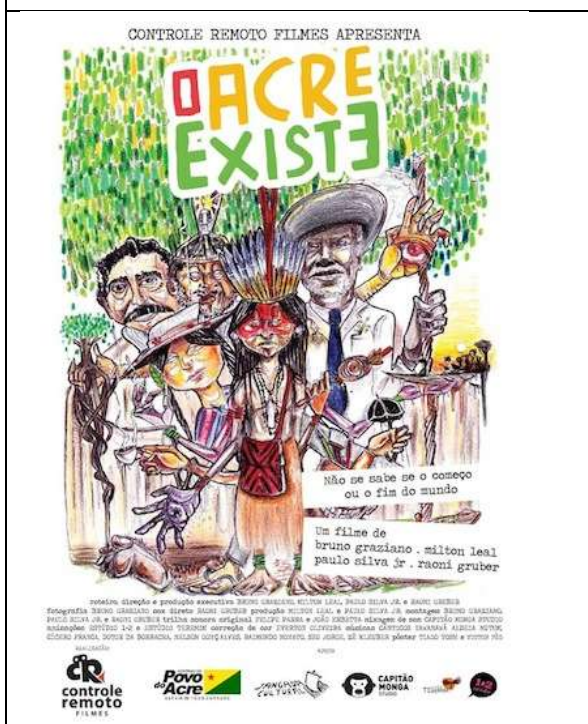
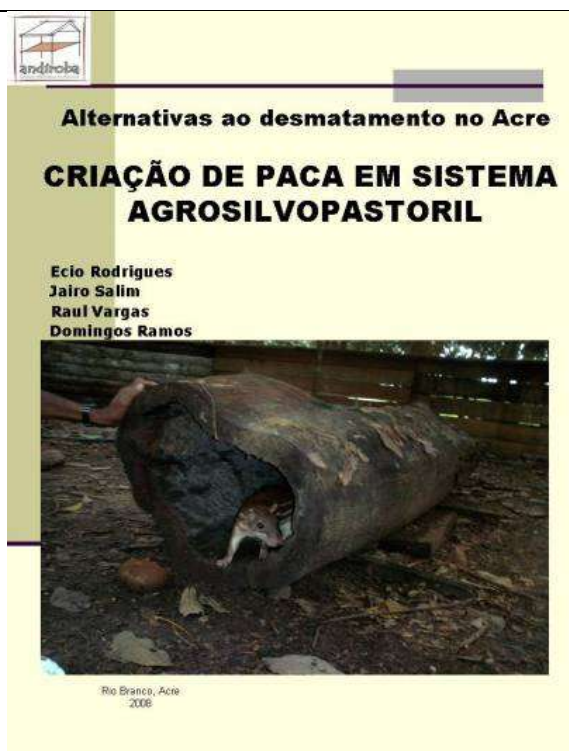
desenvolve um resgate cultural das origens do povo acreano, a partir do ponto de vista de quem vive em uma cidade fincada no meio da floresta. [...] Eles possibilitam que mais jovens e adultos conheçam a imagem, os ideais e boa parte do legado de Chico Mendes, divulgando também sua imagem nos shows”.

(<http://www.overmundo.com.br/overblog/resgate-das-origens-acreanas>).

Dentre as personalidades de projeção nacional, podemos citar o empresário vice-presidente das Organizações Globo e presidente da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho (edição 2006), que recebeu o prêmio por sua contribuição na divulgação da importância da preservação do patrimônio natural brasileiro e apoio à educação de Jovens e Adultos acreanos através da parceria para viabilização do projeto de educação “Poronga” que utiliza a metodologia do “Telecurso 2000” da Fundação Roberto Marinho. Vale lembrar que no evento de premiação ocorreu também o lançamento da minissérie “Amazônia: de Galvez a Chico Mendes”, exibida na Rede Globo de Televisão e escrita pela romancista acreana Glória Perez.

As iniciativas governamentais para alimentar o imaginário local acerca de sua suposta unidade identitária contou também com a atuação de especialistas em vários campos como da historiografia, das artes, do marketing e da comunicação, além de intelectuais e ativistas do campo das ciências naturais e da literatura que editando livros e estudos científicos que indiretamente contribuíam na massificação ou sustentação da ideologia do governo.





Segundo Guimarães Jr (2008, p. 118), as campanhas publicitárias do governo Jorge Viana receberam aporte de recursos extremamente altos para um Estado pequeno como o Acre e concentraram-se nos veículos radiofônicos e televisivos, que permitia a veiculação das referências de identificação do discurso florestânico para diversos estratos sociais. Reproduzindo uma reportagem do jornal “Folha de São Paulo”, no dia 04 de julho de 2005, o mesmo autor aponta que entre 2001 e 2004 o acréscimo de verba publicitária do governo cresceu 585%, saltando dos iniciais 4 milhões de reais para 27,4 milhões de reais um volume de verbas dessa dimensão para um Estado

pequeno “permite ao governo não só o monopólio dos meios de comunicação comerciais como a instalação de um regime de univocidade difícil de contrapor.”

Desde o início do governo petista, foram traçadas políticas públicas para fortalecer um novo olhar sobre a identidade acreana e, corroborando com ideia de ênfase nos meios radiofônico e televisivo apontados no parágrafo anterior, o Secretário de Estado de Comunicação do “*Governo da Floresta*” e atualmente senador, Aníbal Diniz, assim se referiu a esta necessidade (PINHEIRO, 2009, p.6):

Nós construímos um sistema de radiodifusão e de televisão pública no Acre, realmente, a serviço da ideia da Florestania. A gente construiu essa rede com esse foco. Era preciso fazer isso. Inclusive porque havia uma mentalidade muito arraigada de que a cultura da floresta não era cultura. Aliás, se falava muito por aqui que cultura são somente as manifestações artísticas ou o conhecimento adquirido na academia. E os veículos de comunicação que estão hoje a serviço do Governo da Floresta têm sido instigados a trabalhar fortemente com a ideia de que a cultura é tudo aquilo que faz parte do modo de vida, do jeito de agir diante de situações de um determinado povo. A gente tem procurado fazer com que o caldo de cultura que perpassa o povo acreano seja visto como a cultura da Florestania. E a gente tem colocado, sim, os nossos veículos de comunicação a serviço dessa ideia. Educação, comunicação e cultura a serviço da Florestania.

Logo nas primeiras providências do novo Governo foi aumentada em mil por cento a potência da principal e mais antiga emissora de rádio do Estado, a Rádio Difusora Acreana, AM. Posteriormente identificando que existia um “vácuo” de comunicação nos meios urbanos, já que a audiência da difusora era fundamentalmente rural, foram criadas seis emissoras educativas denominadas *Radio Aldeia* que, gerando programação a partir de Rio Branco, difundiam suas mensagens pelo Estado através de suas sedes em seis cidades do interior (PINHEIRO, 2010, p. 5). Em outro artigo, Pinheiro (Comunicação, Ideologia e Propaganda na Floresta Amazônica, 2011, p. 9) lista uma série de programas de rádio veiculados nas emissoras públicas que contribuíram para materializar o que apontou o secretário de comunicação das gestões de Jorge Viana:

- 1 - *Cantos e Encantos*: lendas da floresta, apresentadas de forma dramatizada;
- 2 - *Jornal da Floresta*: destacando algum fato considerado relevante para a vida do Estado;
- 3 - *Ministério Público do Estado do Acre*: spots educativos e programas temáticos sobre legislação, principalmente ambiental;
- 4 - *Secretaria de Meio Ambiente*: spots e mensagens voltadas para educação e preservação ambiental;
- 5 - *Os Incríveis Casos de Zé Pretim*: rádio-novela baseada em lendas populares;
- 6 - *Nosso Acre Tem Valor*: destacando, de forma ufanista, aspectos da história, assim com perspectivas de futuro do Estado;
- 7 - *Pró-Florestania*: uma notícia positiva com relação ao tema;
- 8 - *Projeto Som da Floresta*: utilidade pública e solidariedade é o foco;
- 9 - *Projeto Cultura em Movimento*: divulgação de oficinas culturais promovidas pelo Governo do Estado;
- 10 - *Turismo Responsável*: divulgação de oficinas sobre o tema promovidas pelo Governo do Estado.

Em relação à televisão, apesar da existência de emissoras privadas operando no Estado, em algumas cidades, como Cruzeiro do Sul, os sinais eram gerados em São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas. Assim pensou-se na reativação da TV pública estadual denominada *Aldeia* e que havia

parado de operar pouco tempo depois de sua criação, em 1990, por falta de investimentos. O jornalista Elson Martins, membro do Conselho Editorial da TV, afirmou em entrevista que

Em 1988 formamos uma equipe composta pelos jornalistas Toinho Alves, Simony, Aníbal Diniz, Altino Machado e a colaboração de outros grandes nomes da nossa imprensa. Foi um grande momento. Tudo se acabou no descaso, mas reativamos agora graças ao apoio do governo do Estado, investindo numa boa equipe e em equipamentos que nos permitem chegar aos 22 municípios levando uma programação que casa a acreanidade com a Florestania. Ou seja, mostramos o modo acreano de viver.
http://pt.wikipedia.org/wiki/TV_Aldeia.

Afiliada da TV Brasil, a TV Aldeia começou a operar novamente em 2002 com uma programação regional centrada no jornalismo. As redes privadas passaram a receber cotas de verba publicitária contribuindo muito na divulgação da ideologia do governo. Apesar de entendermos que qualquer análise nunca capta a verdade única de um texto, ao transcrevermos algumas propagandas televisivas dos governos petistas tomamos a decisão de nos referenciar na Análise de Conteúdo para estabelecermos a frequência de acionamentos de elementos discursivos relativos aos índios, aos seringueiros e à floresta, ignorando alguns efeitos técnicos, para demonstrar a centralidade desses elementos na construção ideológica operada nas propagandas oficiais.

A origem da Análise de Conteúdo remete-nos a uma longa tradição de práticas interpretativas que, segundo Bardin (2011, p. 20) podem ser observadas já com as primeiras tentativas de verificação de influência e autenticidade de hinos religiosos no século XVII, porém sua sistematização como método só ocorreu nas primeiras décadas do século XX, durante os esforços para compreensão das propagandas empregadas no decorrer das duas grandes guerras mundiais.

Em sua fase inicial, a Análise de Conteúdo teve grande produtividade devido ao prestígio que conquistou ao buscar o aperfeiçoamento de técnicas objetivas e quantificáveis que tanto eram valorizadas pelo paradigma de cientificidade do *Positivismo*. Fundada nesse modelo de ciência dura e rigorosa, o analista tentava ao máximo neutralizar aspectos de ordem subjetiva, pautando-se no equívoco clássico de associação de equivalência entre objetividade e quantificação (DEUSDARÁ, 2005, p. 309). Tanto é que entre as décadas de 40 e 50 consolida-se a célebre definição dada por Berelson e Lazarsfeld como sendo a Análise de Conteúdo “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN 1994, p. 18). Nessa época, o behaviorismo predominante nas ciências psicológicas impôs a rejeição de elementos introspectivos em detrimento da psicologia comportamental objetiva, em que os critérios fundamentais exigidos para atestar o rigor científico das análises deveriam ser o trabalho com amostras reunidas de maneira sistemática, a interrogação sobre a validade dos procedimentos de coleta e dos resultados, o trabalho com codificadores que permitiam verificação de fidelidade, a ênfase na análise de frequência como critério de objetividade e de cientificidade e a possibilidade de mensurar a produtividade da análise (BARDIN, 1979; MINAYO, 2000). Nessa perspectiva, o enfoque quantitativo atribuía ao método uma característica meramente descritiva que, tido por seus críticos como uma deficiência, levou ao seu aprimoramento até o lançamento da obra *L'analyse de contenu*, de Laurence Bardin, que serve de orientação até os dias atuais. A partir de então, a Análise de Conteúdo passa a ter também um enfoque qualitativo com o analista voltando sua atenção para as características da mensagem que permitam ultrapassar o enfoque meramente descritivo das técnicas quantitativas para alcançar interpretações mais profundas com base na inferência, conforme definição resumida dada por Bardin (2011, p. 48)

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Ainda hoje as disputas em torno da validade do método são intensas, provocando aceitação e negação.

Em nosso estudo, acreditamos que ela seja capaz de auxiliar, já que, na busca de ultrapassar uma leitura de senso comum, sua função de administração da prova, ou seja, de atestar hipóteses estabelecidas de forma provisória, poderá confirmar aquilo que apostamos ser uma das principais categorias simbólicas mobilizadas na ressignificação identitária da história política recente do Acre, a saber, a floresta.

Para a consecução de nosso objetivo, entendemos ser necessário fazer um breve comentário sobre os procedimentos de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo manifestado nas propagandas que pretendemos analisar.

De acordo com Bardin (1979), a Análise de Conteúdo das mensagens é um método bastante empírico, sendo que a formação em Análise de Conteúdo se faz pela prática no desenvolvimento do jogo entre as hipóteses, as técnicas e a interpretação em função do tipo de problema levantado, do corpo teórico adotado e o tipo de comunicação que será objeto de estudo. Assim, ela não pode ser desenvolvida com base num modelo exato; entretanto, o analista deve seguir algumas regras de base para permitir o alcance de um nível de leitura mais aprofundado do conteúdo manifesto nas comunicações, atingindo significados de natureza política, sociológica, histórica etc, através de significados manipulados ou significantes. Essas regras ou fase são assim descritas por Capelle; Melo; Gonçalves (2003, p.6)

- a) pré-análise: fase de organização e sistematização das ideias, em que ocorre a escolha dos documentos a serem analisados, a retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa em relação ao material coletado, e a elaboração de indicadores que orientarão a interpretação final. A pré-análise pode ser decomposta em quatro etapas: leitura flutuante, na qual deve haver um contato exaustivo com o material de análise; constituição do Corpus, que envolve a organização do material de forma a responder a critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; formulação de hipóteses e objetivos, ou de pressupostos iniciais flexíveis que permitam a emergência de hipóteses a partir de procedimentos exploratórios; referenciação dos índices e elaboração dos indicadores a serem adotados na análise, e preparação do material ou, se for o caso, edição;
- b) a exploração do material: trata-se da fase em que os dados brutos do material são codificados para se alcançar o núcleo de compreensão do texto. A codificação envolve procedimentos de recorte, contagem, classificação, desconto ou enumeração em função de regras previamente formuladas, e
- c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação: nessa fase, os dados brutos são submetidos a operações estatísticas, a fim de se tornarem significativos e válidos e de evidenciarem as informações obtidas. De posse dessas informações, o investigador propõe suas inferências e realiza suas interpretações de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos, ou identifica novas dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material. Os resultados obtidos, aliados ao confronto sistemático com o material e às inferências alcançadas, podem servir a outras análises baseadas em novas dimensões teóricas ou em técnicas diferentes.

Para o desenvolvimento dessas fases utilizaremos a técnica da Análise Temática ou Categorical qualitativa para indicar num conjunto de quatro vídeos publicitários as formas

manifestadas das categorias simbólicas previamente definidas em nossa hipótese. Segundo Bardin (1977, p. 77) a Análise Temática ou Categorical propõe a “contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa codificação previamente determinada” por meio dessa técnica realizaremos operações de desmembramento do vídeo em dois aspectos: um relativo à sonoridade, quando focaremos a análise de frequência nos elementos sonoros da obra e outro relativo à visualidade, onde focaremos a análise de frequência nos elementos visuais apresentados no vídeo-tape. Tais operações visam comprovar pela frequência um núcleo de sentido que compõe as comunicações, ocupando-se com a emergência de elementos determinados pela categoria manifestada na hipótese sob a forma de dados segmentáveis e comparáveis e não com sua dinâmica e organização (BARDIN, 1979). Em nosso caso, determinamos aprioristicamente o núcleo de sentido ou tema como sendo o campo acreano manifestado na categoria *floresta, índios e seringueiros*.





Como nosso *corpus* é constituído de propagandas em vídeo, analisaremos cada uma delas em quadros isolados referentes a aspectos de visualidade e sonoridade. Vale salientar que optamos pela simples contagem da manifestação das categorias definidas anteriormente. Escolhemos trilhar o caminho de Análise Temática de Conteúdo, pois acreditamos que, ao menos em parte, ela permite o estabelecimento de uma ilustração que corrobore com os pressupostos de nossa hipótese com sua função de “administração da prova”, mesmo aceitando a advertência de “que os resultados obtidos pelas técnicas de Análise de Conteúdo não possam ser tomados como prova inelutável (BARDIN, 1977, p.81).

Para tanto, elaboramos um procedimento análogo à indexação e classificação de dados de livros e documentos por categorias que permitam a consulta posterior. Em trabalhos com audiovisual, uma série de profissionais de televisão chama este processo de *decupagem como listagem posterior*; nela o profissional registra as características de cada trecho gravado, bem como o ponto da fita em que ele se encontra para facilitar sua localização posterior. Assim, de forma semelhante, elaboramos um quadro para registrarmos os intervalos temporais das características visuais e sonoras de cada trecho gravado que faça menção direta aos índios, aos seringueiros e à floresta e estabelecermos sua frequência de surgimento em relação ao total do vídeotape. Nossa intenção nesse processo foi de “administrar a prova”, ou seja, de atestar a hipótese estabelecida de que as categorias de índios, seringueiros e floresta foram categorias simbólicas constantemente mobilizadas na ressignificação identitária da história política recente do Acre.

Dentre as propagandas em vídeo veiculadas, selecionamos aquelas que estavam disponíveis no site da TV Aldeia e no youtube (www.youtube.com.br) por acreditarmos que sua disponibilidade nesses domínios eram indicativos de sua importância para a composição de amostragem do rol das publicidades oficiais. As duas primeiras são do governo de Jorge Viana (1999 a 2006) e as outras duas são do governo Binho Marques (2007 a 2010).

QUADRO DESCRITIVO DE VIDEO-TAPE PUBLICITÁRIO				
ASPECTO VISUALIDADE				
Tema do VT: FLORESTANIA		DURAÇÃO: 60"		ANUNCIANTE: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE 1999/2006
Significante	Imagem		Descrição do Trecho Visual	Frequência
	Inicial	Final		Intervalo / duração / % do tempo do VT
SERINGUEIROS			A camera em movimento foca uma escultura em Bronze do Líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes.	08" a 09" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			A Imagem de um seringueiro realizando seu ofício numa árvore é mostrada.	14" a 15" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			O vídeo mostra o látex gotejando de uma árvore.	20" a 21" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			Imagem de uma sala temática do museu da borracha onde aparece Pélas de borracha, um quadro com fotografia de Chico Mendes e um tapiri com alguns objetos do ofício dos seringueiros.	40" a 41" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			Uma sequência de Imagens de Chico Mendes vivo e de uma escultura em bronze do mesmo é mostrada .	41" a 46" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			Imagem externa do museu da borracha.	50" a 52" / aprox. 2" / aprox. 3,2%
ÍNDIOS			Imagem do rosto de dois índios aparece	10" a 11" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			Imagem de um jovem índio numa embarcação com a bandeira do Estado ao Fundo aparece	13" a 14" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			Imagem da face de uma jovem indígena é mostrada.	26" a 27" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			Imagem da Casa dos Povos Indígenas em Rio Branco é Mostrada.	55" a 56" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
FLORESTA			Imagem de um Homem Carregando dois Caixos de banana com a mata ao fundo	11" a 12" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			Imagem do barco transportando estudantes das comunidades ribeirinhas para escola.	18" a 19" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			Plantação de abacaxi nativo de Tarauacá é mostrado.	21" a 22" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			Imagem mostra o resultado do Trabalho da coleta de castanha sendo acumulado.	22" a 23" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			Imagem de menino pescando num rio de forma artesanal.	28" a 29" / aprox. 1" / aprox. 1,6%
			Imagem de dois homens numa pequena embarcação navegando com a mata no plano de fundo.	31" a 33" / aprox. 2" / aprox. 3,2%
			Imagem da Logo marca do Governo do Estado do Acre que estampa uma castanheira como símbolo do período.	57" a 60" / aprox. 3" / aprox. 4,8%







QUADRO DESCRITIVO DE VIDEO-TAPE PUBLICITÁRIO					
ASPECTO SONORIDADE					
TEMA DO VT: FLORESTANIA		DURAÇÃO: 60"		ANUNCIANTE: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	
Significante	Tipo de expressão	Descrição do Trecho do audio	Frequência		
			Intervalo	% de duração do VT	
SERINGUEIROS	MÚSICA	Na música que compõe o Vídeo ocorre menção a elementos que remetem aos seringueiros em duas de suas seis frases. Conforme transcrita abaixo.			
		1. " <i>diversidade é muito mais felicidade na aldeia, na cidade, no campo e no seringal</i> "	22" A 32" / 10"	33%	
		2. " <i>Chico falou e o mund ouviu o nosso Acre tem valor</i> "	40" A 50" / 10"		
FLORESTA	MÚSICA	Na música que compõe o Vídeo ocorre menção a elementos da floresta em quanto de suas seis (estrofes) conforme transcrição abaixo.			
		1. " <i>sou um Guerreiro da floresta, do Brasil</i> "	09" a 14" / 05"		
		2. " <i>florestania é nosso jeito de viver cuidando bem desta riqueza natural</i> "	17" a 22" / 05"	67%	
		3. " <i>Diversidade é muito mais felicidade na aldeia na cidade, no campo e no seringal</i> "	22" a 31" / 09"		
	4. " <i>Viva nossa floresta onde a revolução brotou</i> "	32" a 31" / 09"			
NARRAÇÃO	Na narração de encerramento o locutor pronuncia o slogan do Governo do que tem a palavra Floresta como um de seus componentes	32" a 40" / 08"	7%		

QUADRO DESCRITIVO DE VIDEO-TAPE PUBLICITÁRIO						
ASPECTO VISUALIDADE						
NOME DO VT: FLORESTANIA E DESEN			DURAÇÃO: 30"		ANUNCIANTE: GOVERNO DO ESTADO DO ACR	
Significante	Imagem		Descrição do Trecho Visual	Frequência		
	Inicial	Final		Intervalo	Duração	% do Tempo do VT
FLORESTA			O vídeo começa com uma borboleta em forma de mapa político do Estado do Acre que, inicialmente repousando numa seringueira, passa a voar no interior da floresta e acima dela mostrando a imensa cobertura vegetal amazonica e seus rios. No final do trecho ela repousa sobre um livro no colo de uma adolescente que tem ao fundo o predomínio do verde natural de um arbusto.	01" a 20"	aprox. 20"	aprox. 66%
SERINGUEIROS			Na primeira imagem do vídeo aparece uma seringueira com marcas de corte para a extração do látex. Inicialmente desfocada, ela posteriormente emerge para o primeiro plano do vídeo em conjunto com uma borboleta em forma de mapa político do Estado do Acre.	01" a 03"	aprox. 3"	aprox. 10%
INDIOS	AUSENTES	AUSENTES	AUSENTES	AUSENTES	AUSENTES	AUSENTES

QUADRO DESCRITIVO DE VIDEO-TAPE PUBLICITÁRIO				
ASPECTO SONORIDADE				
NOME DO VT: FLORESTANIA E DESENV. SUSTENTÁVEL		DURAÇÃO: 30	ANUNCIANTE: GOV. ESTADO DO ACRE 1999/2006	
Significante	Tipo de expressão	Descrição do Trecho do audio	Frequência	
			Intervalo	duração do VT
FLORESTA	NARRAÇÃO	O video tem como áudio principal a narração de um texto onde a floresta e seus termos correlatos são mencionados em quatro das cinco frases que o compõe: (1)Em qualquer lugar do mundo você precisa da natureza . (2) Aqui ela oferece muitas oportunidades para o desenvolvimento sustentável. (3)Mas mesmo morando muito distante, , você vai ganhar sempre com a valorização dessa floresta (4)Neste cantinho do Brasil a gente cuida do futuro vivendo a florestania . (5)Estado do Acre: Governo da Floresta	00" a 30"	100%
	MÚSICA "Ambiente"	O video Tape tem como áudio de fundo uma música instrumental em composição com sons de pássaros e insetos, o que remetendo a sonoridade natural do ambiente florestal.	00" a 30"	100%
SERINGUEIROS	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
INDÍOS	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE

ASPECTO VISUALIDADE						
NOME DO VT: CLIPE DO ACRE II		DURAÇÃO: 60"	ANUNCIANTE: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE 2007/2010			
Significante	Imagem		Descrição do Trecho Visual	Frequência		
	Inicial	Final		Intervalo	Duração	% do Tempo do VT
FLORESTA			A partir de seu tronco de uma grande castanheira a camera focaliza sua copa.	9" a 11"	aprox. 2"	aprox. 3,2%
			Imagem de um músico do município de Mâncio Lima tendo ao fundo a floresta.	12" a 15"	aprox. 3"	aprox. 4,8%
			Imagem de um trabalhador na floresta extraindo óleo de uma árvore.	36" a 37"	aprox. 1"	aprox. 1,6%
			Imagem de um músico do município de Assis Brasil tendo como fundo o Rio Acre e a Floresta.	46" a 48"	aprox. 2"	aprox. 3,2%
INDÍOS			Índios Ashaninka surgem dançando e trocando instrumentos de percussão.	29" a 30"	aprox. 1"	aprox. 1,6%
SERINGUEIROS			Rapidamente surge a imagem da escultura de Chico Mendes Exposta na praça Povos da Floresta em Rio Branco.	58" a 58"	aprox. 1"	aprox. 1,6%

QUADRO DESCRITIVO DE VIDEO-TAPE PUBLICITÁRIO				
ASPECTO SONORIDADE				
NOME DO VT: CLIPE DO ACRE II		DURAÇÃO: 60"	ANUNCIANTE: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE 2007/2010	
Significante	Tipo de expressão	Descrição do Trecho do audio	Frequência	
			Intervalo	duração do VT
FLORESTA	MÚSICA	Na música que compõe o video-tape ocorre menção à floresta na terceira frase da letra que é mencionada duas vezes.		
		Foi Deus que nos deu este lugar A força pra trabalhar Deu a FLORESTA para cuidar e com todos compartilhar O Acre melhor pra você é o melhor pra mim O sonho sonhado por todos é o nosso jeito de realizar Garante o futuro que está pra chegar	09" a 15" e 36" a 42"	aprox. 20%
ÍNDIOS	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
SERINGUEIROS	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE

QUADRO DESCRITIVO DE VIDEO-TAPE PUBLICITÁRIO						
ASPECTO VISUALIDADE						
NOME DO VT: ÍNDIOS DO ACRE		DURAÇÃO: 30"	ANUNCIANTE: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE 2007/2010			
Significante	Imagem		Descrição do Trecho Visual	Frequência		
	Inicial	Final		Intervalo	Duração	% do Tempo do VT
ÍNDIOS			61 imagens estáticas de indígenas de diversas etnias acreanas vão se sucedendo num ritmo que acompanha o áudio de descrição.	00" a 26"	aprox. 26"	aprox. 87%
			Logomarca do Governo do estado do Acre acompanhada da frase "VALORIZANDO NOSSAS RAÍZES" em composição com dois objetos ornamentais indígenas feitos de penas nas cores verde e amarela.	27" a 30"	aprox. 3"	aprox. 10%
FLORESTA			Exetuoando-se os emquadramentos de nossos indígenas ou quando as imagens são de ambientes fechados, a floresta compõe as imagens, pois os índios são retratados em suas aldeias onde a presença da mesma compõe a paisagem.	00" a 26"	aprox. 26"	aprox. 87%
SERINGUEIROS	AUSENTES	AUSENTES	AUSENTES	AUSENTES	AUSENTES	AUSENTES

QUADRO DESCRITIVO DE VIDEO-TAPE PUBLICITÁRIO				
ASPECTO SONORIDADE				
NOME DO VT: ÍNDIOS DO ACRE		Duração: 30	ANUNCIANTE: GOVERNO DO ESTADO DO ACRE 2007/2010	
Significante	Tipo de expressão	Descrição do Trecho do audio	Frequência	
			Intervalo	duração do VT
ÍNDIOS	NARRAÇÃO	Áudio de narração onde o locutor evoca a necessidade de respeitar os índios por eles formarem a base de conhecimento sobre a floresta, bem como da identidade acreana.	00" a 12" e 19" a 26"	aprox. 19%
	MÚSICA	Música com instrumento de sopro e percussão indígena compõe o fundo da narração até um momento que ascende ao primeiro plano sonoro um índio cantando em sua língua. Posteriormente a narração em português retorna e somente a parte instrumental da música permanece como plano de fundo sonoro.	00" a 27"	27%
FLORESTA	NARRAÇÃO	Na narração do vídeo o locutor anuncia uma frase com referencia à floresta. " Eles (os índios) nos ofertaram conhecimentos fundamentais para a vida na FLORESTA e para a formação da identidade do povo acreano".	05" a 12"	7%
SERINGUEIROS	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE

Além da televisão e do rádio, outros meios como os sites do governo, dos jornais, outdoors, revistas e impressos avulsos circulavam material publicitário dessa natureza, conforme se evidencia nas imagens abaixo:



Material de publicidade do governo Jorge Viana (PT).



Material de publicidade do governo Binho Marques (PT).



Material de publicidade do governo Jorge Viana (PT).



Material de publicidade do governo Binho Marques (PT).



Material publicitário do governo Tião Viana (PT)



Material publicitário de festival de cultura indígena Puyanawá apoiado pelo governo Tião Viana (PT)

Material publicitário do governo Tião Viana (PT)

Mesmo os veículos privados de comunicação foram levados a trabalhar nesse propósito, tanto por filiação ideológica como também por impossibilidade econômica de manter-se como espaço de oposição a esse projeto, já que levando em consideração

que o volume de capitais privados movimentados pelas atividades comercial e industrial no Estado não garantem sobrevivência financeira a quatro emissoras de TV e a cinco jornais por meio da publicidade; e que a venda de assinaturas (no caso dos jornais impressos) também é restrita, deduz-se que as empresas de comunicação, especialmente os jornais impressos, não se manteriam senão como dependentes das verbas de publicidade oficial. (JUNIOR; MORAIS. 2010, p. 57)

Dos jornais impressos, somente *O Rio Branco* durante algum tempo fez oposição ao governo, mas durante a gestão de Binho Marques, terceira do PT no Acre, o jornal diário aderiu à nova ideologia. (PINHEIRO, 2011, p. 11). Já o jornal *Página 20*, que possui uma tiragem de mil e quinhentos exemplares nos dias de semana (terça-feira a sábado) e dois mil exemplares aos domingos, além de contar com mais de seis mil acessos diários pela internet (PINHEIRO, 2012, p. 8) desde antes da chegada do PT ao governo do Estado já se habilitava como um de seus porta-vozes. O exemplo mostrado por Guimarães Jr (2008, p. 46) é emblemático para percebermos o grau de ligação desse veículo com os governos da Frente Popular do Acre.



Primeira página do jornal "Página 20" com grifos de Guimarães Jr (2008, p. 46)

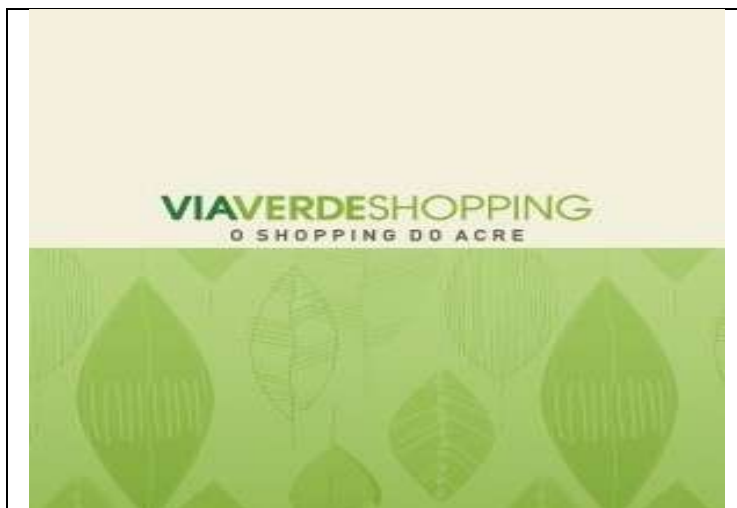
Na esteira dessa supervalorização e disseminação de referências ligadas às culturas dos povos tradicionais e da identidade acreana, o empresariado local acompanhou a estratégia do governo e passou a atrelar suas marcas ao rol de símbolos disseminados pela propaganda oficial que buscava a elevação da autoestima do acreano Guimarães Jr (2008, p. 118). Isto nos remete ao que defendemos anteriormente quando, baseado em Woodward (2000, p. 18), afirmamos que as promoções de marketing podem construir novas identidades [mas] os anúncios só serão "eficazes" no seu objetivo de nos vender coisas se tiverem apelo para os consumidores e se fornecerem imagens com as quais eles possam se identificar como uma suposta unidade em torno de uma comunidade imaginada. As imagens abaixo exemplificam o exposto acima por fazer referência ao universo de símbolos que remetem ao discurso de afirmação étnico-natural oficial do Acre:



Empresa de transporte urbano de Rio Branco/AC que tem o nome de "Floresta" e tem nos Kenês indígenas sua logomarca.



Publicidade de uma rede de supermercados do Acre.



Publicidade de um shopping de Rio Branco/AC.



Empresa de moda Acreana em lançamento de grife em parceria com uma cooperativa da etnia Yawanawá. Na foto superior do lado esquerdo detalhe da presença do Governador Jorge Viana.



Agencia de Turismo de Rio Branco/AC que leva um dos nomes pelos quais são conhecidos os membros da etnia Ashaninka.



Rádio privada de Rio Branco e que tem filiais em Epitaciolândia e Plácido de Castro.



Empresa de transformação de resíduos plásticos instalada em Rio Branco/AC e que tem como slogan a frase “Reciclando na Amazônia por um mundo melhor”.



Lanchonete instalada em Rio Branco/AC em frente à Assembleia Legislativa e próximo ao Palácio Rio Branco.

Essa massificação dos símbolos da floresta e de seus povos tradicionais, ainda que tenha de fato promovido a elevação da autoestima dos acreanos acerca de suas capacidades enquanto sociedade e tenha promovido algum desenvolvimento econômico, é alvo de críticas de inúmeros atores e setores. Até mesmo alguns líderes sindicais históricos ligados aos movimentos sociais, como Osmarino Amâncio e Darcy Teles, fazem coro às críticas aos usos e abusos da luta dos povos da floresta pelos governos petistas.

Tirar a floresta, tirou a fonte de renda, ameaça à geração futura. Mas o marketing (do governo) é grande, sai todos os dias mais de 30 comerciais (nas tevês acreanas) falando de manejo florestal, biodiesel. Eles estão destruindo árvores de 500, 600 anos e estão dizendo que as outras vão se recompor em 30 anos, isto não é verdade, ainda não conhecemos a dinâmica da floresta, dizem que só tiram as árvores avós, mas estão tirando até as varinhas.

(Dercy Teles – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri em entrevista a MORAIS, 2008, p. 206)

Se na origem o Partido dos Trabalhadores nasceu e cresceu articulando as lutas do campo através das disputas eleitorais num cenário estadual extremamente acirrado pelos conflitos não resolvidos pelas antigas oligarquias políticas, o modelo proposto atualmente também parece dar sinais claros de dificuldades de manutenção, haja visto que as resistências fortalecem-se a cada dia.

Trata-se de um rico e diverso conjunto de movimentos cuja “radicalidade” ou “moderação” varia caso a caso. Movimentos fragmentados, pouco articulados, sem coloração ideológica precisa ou mesmo nenhuma, espontâneos, autônomos, imprevisíveis. Em geral, eles têm atuado por fora das organizações controladas pelo governo, como partidos, sindicatos e associação de moradores.

Suas reivindicações são diversas e se acumularam ao longo dos anos. Vão desde a suspensão do manejo à reforma agrária; da melhoria na infraestrutura dos bairros de fora do centro à luta por serviços sociais de qualidade. Isso traz um colorido especial ao atual quadro político no Acre. Mobilizações e protestos não apenas sem o PT (partido que mais fortemente marcou a cultura política “dos de baixo”), mas contra o PT e seus partidos aliados-subordinados. Ou, mais precisamente, contra os interesses e projetos que hoje eles encarnam no governo. Isso lhes tem criado, nas mais diversas latitudes do estado, embaraços sem conta. (MACA - Movimento Anticapitalista Amazônico. Dossiê Acre – O Acre que os mercadores da natureza escondem. 2012, p. 34)

Outro indício do esgotamento da hegemonia construída pelo PT acreano pode ser apresentado no declínio constante do percentual de votos obtidos, onde a oposição de direita ganha força a cada pleito. Nas eleições para a prefeitura de Rio Branco em 2012, o candidato petista obteve 90.557 votos, contra 87.818 votos do candidato de oposição, perfazendo uma diferença de apenas 1,54% dos votos do segundo turno, que teve ainda um total de 19,16% de abstenções. Nas eleições para o governo do Estado em 2010, o candidato petista, senador Tião Viana, obteve 50,51% dos votos válidos contra 49,18% do candidato de oposição, Tião Bocalom do PSDB. Salientamos ainda que a votação do candidato de oposição para uma cadeira no senado, Sérgio Petecão, foi de 199.956 votos, superando a do governador eleito que foi de 170.201 votos.

Diante de um cenário onde a hegemonia partidária do PT acreano, que se habilitou a conciliar interesses políticos divergentes e antagônicos, se torna muito contestada, finalizamos este capítulo nos questionando se o projeto de unidade da identidade acreana ancorada em suas populações tradicionais e na floresta ainda encontrará folego para sustentar um projeto político, ou se pelo contrário, as ampliações de demandas específicas que parecem não encontrar voz nos sistemas representativos monopolizados pelos partidos políticos são justamente o reflexo da fragmentação das demandas postas em marcha pela modernidade líquida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos esse trabalho, pretendíamos lançar luzes sobre a concepção de identidade que era acionada pelo discurso publicitário oficial do governo do Estado do Acre à luz da crítica dos Estudos Culturais. Evidentemente que percebemos que qualquer tentativa de proposição de análise qualitativa como base para generalizações seria extremamente simplificadora e frágil de se sustentar num momento histórico onde pensadores como Derrida (apud WOODWAR, 2013) e Tomaz Tadeu Silva (2013) chamam a atenção para as características de fluidez que a identidade e a linguagem possuem ante qualquer tentativa de fixação, mas acreditamos que nosso estudo qualitativo sobre a questão representa mais um esforço de compreensão, que somado a outros trabalhos de natureza semelhante contribui para a criação de uma base sólida de conhecimentos que permita alguma generalização sobre uma realidade sociocultural que partilho com milhares de acreanos.

No Acre, pareceu-nos que o projeto dos militantes petistas se articulou de fato com as lutas sociais travadas no campo a partir da década de 1970 e que inicialmente opôs alguns grupos sociais acreanos a forasteiros “paulistas” que ameaçavam a base material necessária para a sua reprodução material e simbólica, a saber, a floresta. A partir desses embates, um hábil processo de revisão e organização da narrativa histórica da região pretendeu reforçar os laços de solidariedade e identificação de diversificados grupos sociais apelando à aparência de um antecedente histórico baseado numa trajetória comum coerente e unificada manifestada no passado de lutas de resistência aos interesses externos que avançavam sobre a região desde o século XIX. Pela repetição discursiva via política pública de comunicação, a floresta foi marcada como um símbolo que permitia associá-la como um significante que somente os acreanos autênticos possuíam e que era ameaçado pelos forasteiros. A massificação de uma identidade pela propaganda remete-nos criticamente ao conceito de *performatividade* da linguagem, já que tendo a mesma uma característica de reforçar ou produzir pela repetição os “fatos” ou identidades que supostamente apenas descreve, a massificação televisiva das propagandas contribuiu muito para que o significado atribuído aos povos tradicionais e à floresta tenha sofrido uma transformação substancial desde o início deste século, quando o Partido dos Trabalhadores construiu sua política pública de comunicação.

Embora as propagandas oriundas dessa política pública pareçam nos convidar a perceber a identidade acreana como sendo estável, com uma população coesa e unificada culturalmente, ela de fato não o é e, desde o princípio, parece ter ficado evidente para os militantes petistas que o discurso essencializante da identidade cultural colocava de fora grande parte da população que não era recrutada a ocupar as posições de sujeito disparadas por esta representação de acreeanidade. Diante disso, as propagandas passaram a incorporar referências a outros núcleos de sentido como o meio urbano, a modernidade e celebrar o hibridismo com os brasileiros de outras regiões que aqui chegaram, mas esta e outras celebrações da diferença parecem-nos construída apenas para neutralizar os pontos mais conflitivos das variações identitárias ou para celebrar a diferença como exótica e torna-las comercializáveis em frentes de negócios como a do turismo, por exemplo. Percebemos também que mesmo reconhecendo a diferença, as propagandas ainda tomaram a floresta e os povos tradicionais como referência pelo reforço da ideia de sustentabilidade ambiental originada no contexto das práticas supostamente harmônicas entre índios, seringueiros e a floresta. O reforço da valorização da noção de sustentabilidade, mesmo quando não mencionada diretamente, mostrou-se um conceito tão articulável de referências díspares, como a cidade e a floresta ou os extrativistas e os madeireiros, que permitiu que práticas antes condenadas pelos movimentos sociais, como a pecuária e a extração madeireira, passassem a ser vistas como saudáveis sob o rótulo de ambientalmente corretas e assim incorporadas como legítimas por apoiar-se conceitualmente no elenco de práticas sustentáveis e ancoradas em saberes tradicionais dos povos florestais.

Mesmo reconhecendo e concordando com autores como França (2006), que aponta os avanços proporcionados pelas diversas políticas públicas promovidas pelos governos petistas, as propagandas publicizadas por diversos meios de comunicação combinados e sob intensos efeitos estetizantes para reforçar laços de identidade bem como elevar a autoestima acreana, parecem também se prestar a legitimar as práticas e intenções dos mandatários petistas, já que a grande circulação dessas propagandas levam-nas a funcionar como verdadeiros dispositivos onde se instalam representações do que é ser acreano e que são forjadas pelas diretrizes determinadas pelo poder oficial. O reflexo ou a recepção disso pode ser interpretado como positivo para a capitalização política do grupo liderado pelo Partido dos Trabalhadores dado o longo período de permanência à frente do governo estadual que já se estende por dezesseis anos.

Ao tentarmos localizar a qual tendência o discurso das propagandas parecia assentar-se ante a duas posições pré-estabelecidas, tivemos uma sensação de dubiedade; pois, se por um lado elas evocam símbolos que remetem a um passado essencializado na tradição de índios e seringueiros em suas relações com o meio natural, elas também se apoiam discursivamente numa ideia de abertura a influências postas em aceleração pela globalização, principalmente a econômica que pressiona pela mercantilização da natureza e da cultura lidas como exóticas. Apesar de confirmarmos nossa hipótese de que parte do núcleo de significação das propagandas remeta constantemente ao campo, também verificamos que ela se desloca constantemente para o meio urbano, principalmente o de Rio Branco onde mora quase a metade da população do Estado e também se concentram os resultados do desenvolvimento material alavancado pelas políticas públicas do Estado (FRANÇA, 2006). Isto permitiu-nos notar ao final desse trabalho que o assentamento de nossa hipótese a partir de duas posições rivais caracterizadas por um essencialismo identitário e uma posição construtivista da identidade cultural, caímos na armadilha das oposições binárias que impedem a inclusão de novas perspectivas fora desses polos. Por isto, apesar de identificarmos fortes contornos essencialistas nas propagandas, admitimos a necessidade de recorrer a outros instrumentos e referências teóricas que nos permitam incluir novos olhares sobre a questão.

7. BIBLIOGRAFIA

- ALLEGRETTI, Mary. *A construção social de políticas públicas*. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/13423/9048>>. Acessado em: 06/02/2012.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. *Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, nº 55. Jun 2004.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *Reservas extrativistas no Acre e biodiversidade: relações entre a cultura e natureza*. Revista Projeto História – PUC/SP. Vol. 18: 191-124, Mai 1999.
- ANTUNES, Paula. *Alguns traços da trajetória de Chico Mendes*. Revista Universidade Rural, Série Ciências Humanas. Vol. 24 (1-2): 173-192, Jan/Jun 2002.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. *Fronteiras e identidades: os povos indígenas na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru*. Projeto História, São Paulo, n.39, pp. 159-178, jul/dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5840/4191>
- ASSMAR, Olinda Batista; BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante; LIMA, Gleyson Moura. *O imaginário social: estudos dos editoriais de Rio Branco – século XX*. Vol. 1. João Pessoa: Ideia, 2007.
- BARNES, Eduardo Vieira. *O conselho do parque nacional da Serra do Divisor: rituais políticos, (sobre) posições e representações territoriais*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Brasília: UNB, 2006.
- BORDINI, Maria da Glória. *Estudos Culturais e Estudos Literários*. Letras Hoje. Porto Alegre. V.41, n.3, 2006.
- BRASIL. *Leis, decretos, etc. Amazônia: legislação desenvolvimentista*. Belém, BASA/Centro de Documentação e Biblioteca, 1973. 3 v.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. 2.ed. – São Paulo: Edusp, 1998.
- CASTRO, Ana Raquel de Matos; SANJAD, Nelson; ROMEIRO, Doralice dos Santos. *Da pátria da seringueira à borracha de plantação: Jacques Huber e seus estudos sobre a cultura das heveas no Oriente (1911-1912)*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 503-545, set.- dez. 2009.
- CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. *Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais*. Revista Organizações Rurais & Agroindustriais. Vol. 5, nº 1, 2003.
- COSTA, Marisa Vorraber, SILVEIRA, Rosa Hessel, SOMMER, Luis Henrique. *Estudos culturais, educação e pedagogia*. Revista Brasileira de Educação. Nº 23, p. 36-61, maio/jun/jul/ago. 2003.

- DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil. Um estudo de história ecológica*. Editora Nove, 1989.
- FARIAS, Cleilton Sampaio de, FARIAS, Cleisson Sampaio de. *Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre*. Revista NERA. Ano 13. nº 17. Presidente Prudente. Jul/dez 2010.
- FATHEUER, Thomas. *Amazônia - Região paradigmática situada entre destruição, valorização e resistência*. 2012, erto, p. 79.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*. 11ª ed. Rio de Janeiro, 1973.
- FRANÇA, Raimundo Nonato Cunha de. *Acre: uma experiência inovadora de governança?* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFRN, 2006.
- GREGOLIN, Maria. *Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades*. *Comunicação, mídia e consumo*, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2008.
- GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa. (Orgs.). *Mais borracha para a vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC. Brasília: Ideal Gráfica, 2008.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A territorialidade seringueira: Geografia e movimento social*. Revista Geographia – Ano I – nº 2, 1999.
- GUIMARÃES JR. Isac de Souza. *A construção discursiva da Florestania: comunicação, identidade e política no Acre: 2008*. Dissertação (mestrado em comunicação). UFF, 2008.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Disponível em: http://www.cefetsp.br/edu/geo/identidade_cultural_posmodernidade.doc acessado em 06/02/2012.
- HALL, Stuart. *The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time*. In.: THOMPSON, Kenneth (ed.). *Media and cultural regulation*. London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997. (Cap. 5)
- ISABEL, Rosa Maria Roldan Santa. *Acre: das lutas socioambientais ao desafio de um desenvolvimento sustentável*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Seropédica: UFRRJ, 2001.
- LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. *Da guerra na floresta aos escombros da história: O caso dos soldados da borracha*. Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos, nº 3 – jan. – dez. 2012.
- LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral. (Org.). *Para além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- MACA - Movimento Anticapitalista Amazônico. *Dossiê Acre – O Acre que os mercadores da natureza escondem*. Acre: Conselho Indigenista Missionário, 2012.
- MORAIS, Maria de Jesus. *“Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana*. Tese (Doutorado em Geografia), Rio de Janeiro: UFF, 2008.

MORAIS, Maria de Jesus. *Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da “economia verde”*. Dossiê Acre – O Acre que os mercadores da natureza escondem. Acre: Conselho Indigenista Missionário, 2012.

NASCIMENTO, Jozafá Batista do. *A imprensa acreana na batalha por hegemonia: estratégias de 1969 a 2006*. 2012. Monografia (Bacharelado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2012.

NEVES, Marcos Vinicius. *A heroica e desprezada batalha da borracha*. Revista História Viva, Duetto Editoria, 2004. Disponível em <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_heroica_e_desprezada_batalha_da_borracha.html>

ÔCHOA, Maria Luiza Pinêdo; IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; TEIXEIRA, Gleyson de Araújo Teixeira. (Org.). *Índios no Acre: História e organização*. Acre: Comissão Pró Índio do Acre, 2003.

ORTIZ, Renato. *Estudos culturais*. Revista Tempo Social. São Paulo: editora USP, 2004.

PADILHA, Lindomar Dias. *Povos indígenas do Acre: mentiras históricas e história das mentiras*. Dossiê Acre – O Acre que os mercadores da natureza escondem. Acre: Conselho Indigenista Missionário, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. *O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos*. Revista Nera – ano 7, n. 5 – agosto/dezembro de 2004.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. *Movimentos sociais na Amazônia Brasileira: vinte anos sem Chico Mendes*. Revista Nera – ano 11, n. 13 – julho/dezembro de 2008.

PAULA, Elder Andrade de. *Seringueiros e sindicatos: um povo em busca de liberdade*. Dissertação de Mestrado. Seropédica: CPDA/UFRRJ, 1991.

PIEDRAS, Elisa Reinhardt; JACKS, Nilda. *A contribuição dos estudos culturais para a abordagem da publicidade: processos de comunicação persuasiva e as noções “articulação” e “fluxo”*. E-Compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação. Vol. 6. Agosto, 2006.

PINHEIRO, Francisco de Moura (A). *Os símbolos da floresta na voz do rádio. História da mídia sonora [recurso eletrônico]: experiências, memórias e afetos de norte a sul do Brasil / org. Luciano Klöckner, Nair Prata. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.*

PINHEIRO, Francisco de Moura (B). *A invenção da florestania*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Rio de Janeiro – 7 a 9 de maio de 2009.

PINHEIRO, Francisco de Moura. *A cidadania da floresta vista a partir dos conceitos de Biopolítica, Significantes Vazios e Ecologia dos Saberes*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

PINHEIRO, Francisco de Moura. *Comunicação, Ideologia e Propaganda na Floresta Amazônica*. Confederación Iberoamericana de Asociaciones Científicas y Académicas de la Comunicación Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/118.pdf> acessado em 24/06/2014.

PINHEIRO, Francisco de Moura. *Florestania: Meio ambiente, ideologia e hipóteses de um agendamento*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE – 3 a 7/9/2012 -II Colóquio Brasil-Chile de Ciências da Comunicação.

PONTES, Beatriz Maria Soares. *O Movimento Social dos Povos da Floresta Amazônica*. Revista *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*. Recife: UFPE/MSEU, v. 01, nº 1, 2012.

RANZI, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre*. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2008. 311p. il.

Revista Memórias da Floresta: os velhos sábios da floresta e os movimentos socioambientais do Acre. Publicação da Biblioteca da Floresta. Rio Branco/ AC. 2010.

Revista Wilson Pinheiro: 30 anos sem o líder seringueiro. Publicação da Biblioteca da Floresta e Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre. Rio Branco/ Ac. 2010.

RIOS, Kênia Sousa. In: GONÇALVES, Adelaide. COSTA, Pedro Eymar Barbosa. (Orgs) *Mais Borracha para a Vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. *Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória*. Alea: Estudos Neolatinos, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.

SANT'ANA JR, Horácio Antunes de. *Desenvolvimentistas e sustentabilistas no Governo da Floresta*. Revista *Boletim Rede Amazônia – dinâmicas de ocupação e de exploração – efeitos e respostas socioculturais*. Ano 2 nº 1 (2003) – IRD, PPGSA/UFRJ. NAEA/UFPA – Rio de Janeiro/Belém: 2003. p. 99-105.

SANTANA, Ueliton. *A construção de um imaginário acreano, na perspectiva da arte e da educação*. Dissertação (mestrado em Educação Agrícola). Seropédica: UFRRJ, 2013.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa Sobrinho. *Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental*. Rio Branco, AC. M.M. Paim, 2011. 2ª edição.

SOUZA, Israel Pereira Dias; FALCÃO, Francisco Charles Fernandes; SANTANA, Carlos Cezar. *Estado e Movimento Indígena na Amazônia Ocidental: do conflito à conciliação?* II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte. Belém. 2010.

SILVA, Mauro César Rocha da. *Razões da sustentabilidade do Governo da floresta: uma releitura do processo de desenvolvimento do Estado do Acre*. Tese (Doutorado em ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade) UFRRJ, 2011.

SILVA, Nilson Euclides da. *Um Governo na Floresta*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Política), São Paulo: PUC, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade da diferença. In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia – Natureza, homem e tempo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

VARADOURO. (março de 1980). *O vereador seringueiro*. Rio Branco. Ano IV, nº 1.

WEINSTEIN, Barbara. *Modernidade tropical: visões norte-americanas da Amazônia na véspera da Guerra Fria*. Revista do IEB, nº 45, p. 153-176. São Paulo, 2007.